

RENATO MACEDO FILHO

INFLUÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES
FAMILIARES NA QUALIDADE DE VIDA DOS ASSOCIADOS E
SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO
LOCAL – APAEB/VALENTE-BA

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL

2003

RENATO MACEDO FILHO

INFLUÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES
FAMILIARES NA QUALIDADE DE VIDA DOS ASSOCIADOS E
SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO
LOCAL – APAEB/VALENTE-BA

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA EM: 27 de junho de 2003.

Marília Fernandes Maciel Gomes
(Conselheira)

Geraldo Magela Braga
(Conselheiro)

Neide Maria de Almeida Pinto

Neuza Maria da Silva

Maria das Dores Saraiva de Loreto
(Orientadora)

*Aos meus pais Nato e Nininha,
exemplos sólidos de vida e eterno
incentivo aos estudos.*

AGRADECIMENTOS

Apesar do caráter quase solitário que envolve a elaboração de uma dissertação, vários foram os que direta ou indiretamente, de um modo ou de outro, ajudaram-me e contribuíram para que esta pesquisa pudesse ser finalizada. Prevendo cometer deslizes, agradeço a todos que deixaram suas marcas em minha vida neste momento. Divido aqui os eventuais méritos e assumo inteira responsabilidade pelas falhas.

Ainda na graduação em Ciências Econômicas, foi o Professor Jerônimo Rodrigues de Souza quem incentivou a minha entrada no “mundo da pesquisa”; e foi Marco Antonio Tavares, grande camarada e irmão, quem me estimulou para o mestrado, aos quais agradeço pelo estímulo e pela confiança.

À APAEB e a todos que dela fazem parte, pela inspiração e pelo apoio na realização desta pesquisa, principalmente os agricultores, que me receberam com bastante entusiasmo; aos seus diretores, técnicos, funcionários e outros, representados por Misael, Iracema, Nelilton, Aldo, Cristina, Claret, Ismael, Ronaldo, Ranúcio, Rita, Leninha (STR), Marivaldo (Fórum), Evandro.

À Professora Maria das Dores Saraiva de Loreto (orientadora), pela dedicação, pelos ensinamentos e pelas numerosas e úteis sugestões, o que foi decisivo no desenvolvimento deste trabalho.

À Professora e amiga Neide Maria de Almeida, pela orientação informal, pelo apoio, pela paciência e pelo conforto nos momentos de loucura – Valeu pelo carinho!

Aos meus conselheiros Professores Marília Fernandes e Geraldo Magela, pelo incentivo e pelas preciosas sugestões.

A todas as professoras do Programa, em especial Neuza Maria da Silva, por aceitar participar da banca examinadora e por transmitir paz e tranquilidade durante o Curso.

Às Professoras Maria de Fátima Lopes, pela amizade e por estar sempre alertando para outras possibilidades; e Ana Louise, pelo incentivo e pelas contribuições na etapa final.

Aos funcionários do DED Lena, Roberto, Serafim, João, Efigênia e, em especial, Aloísia, que sempre deu um jeito para facilitar nossa vida.

À Universidade Federal de Viçosa e ao Departamento de Economia Doméstica, pela oportunidade de realização do Curso; e à CAPES, por conceder a bolsa de mestrado por dois anos.

Aos meus camaradas de república Alcides, Zezeu e Ivar e aos agregados Beno, Beto, Rudney e Geraldo, pela boa convivência e pelos churrascos e desabafos.

À Tatiana, por ter me indicado Nunes, Idelano e Regis, os quais me deram guarida nos primeiros momentos em Viçosa.

À galera da Extensão Rural Viviane, Alessandra, Mariana, Alex Fabiane, Maurício e Rosevaldo, pelos momentos lúdicos.

À Fabiane, pelo carinho, pelo incentivo e pela paciência em ler a última versão e traduzir várias vezes o resumo; e à Alécia, pela ajuda na organização dos dados e pela força nos momentos finais do Curso.

A Kelly, Deyse, Vera e Ângela, pelas dicas e pelo empréstimo de matérias.

Às minhas colegas de turma e agora minhas grandes amigas Joelma, Márcia, Dora, Jaqueline, Maira e Kaká (saúde), pelo companheirismo; à Ivna, pelas cervejas e preciosas conversas; à Júnia, pela grande amizade e parceria do

início ao fim, de curtição e perrengues; e ao Bruno, por me ajudar a preparar o seminário e por fazer Júnia feliz. Valeu, galera, a gente se encontra pelo mundo afora!

À Flor, pela paciência, pelas longas conversas, pelo carinho, por me escutar e por falar o que eu precisava ouvir.

Agradeço o apoio que sempre tive de minha família. O esforço para redigir esta dissertação não seria possível sem ela. Agradeço também, e de modo especial, a Mãinha e Agacy, pela paciência em me ouvir e me incentivar a todo instante. Agradeço, ainda, a Fabiana, por educar Renato. A todos esses entes queridos, peço desculpas por tudo e pela ausência.

BIOGRAFIA

RENATO MACEDO FILHO, filho de Senhorinha Santos Macedo e Renato Macedo, nasceu em 26 de abril de 1973, em Santo Antonio de Jesus, BA.

Em setembro de 1999, graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS/BA).

Em fevereiro de 2001, concluiu o curso de Especialização em Finanças Empresariais pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS/BA).

Em abril de 2001, ingressou no Programa de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, em Economia Doméstica, Área de concentração em Economia Familiar, da Universidade Federal de Viçosa, submetendo-se à defesa de tese em junho de 2003.

CONTEÚDO

	Página
LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE FIGURAS	xii
LISTA DE SIGLAS	xiii
RESUMO	xiv
ABSTRACT	xvi
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Contextualização geral	1
1.2. O problema e sua importância.....	7
1.3. Objetivos.....	10
1.3.1. Geral	10
1.3.2. Específicos.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL.....	11
2.1. Participação cidadã.....	11
2.2. Sustentabilidade e desenvolvimento local.....	14
2.3. Bem-estar e qualidade de vida.....	20
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
3.1. Área de estudo	25

	Página
3.2. População e amostra.....	27
3.3. Procedimentos e forma de coleta dos dados da pesquisa	29
3.4. Operacionalização das variáveis.....	31
3.4.1. Variáveis de fontes primárias	31
3.4.2. Variáveis de fontes secundárias	33
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	35
4.1. Os caminhos para criação da APAEB.....	35
4.1.1. A implantação da APAEB e a participação social e política dos agricultores	36
4.1.2. Caracterização da APAEB	45
4.1.3. Atividades e projetos desenvolvidos pela APAEB	48
4.2. Análise histórica da realidade municipal e percepção dos associados e líderes da comunidade sobre a influência da APAEB no desenvolvimento local.....	52
4.2.1. Análise histórica das variáveis sociodemográficas e econômicas do município.....	53
4.2.2. Percepção dos associados e líderes comunitários sobre as influências da APAEB no desenvolvimento local	63
4.3. Microssistema família e produtivo dos agricultores.....	68
4.3.1. Caracterização do perfil pessoal dos agricultores	69
4.3.2. Descrição do perfil familiar dos agricultores	75
4.3.3. Análise de sustentabilidade técnica/ambiental dos sistemas produtivos dos agricultores: características e modificações derivadas da APAEB.....	77
4.3.4. Condicionantes da sustentabilidade econômica dos sistemas produtivos dos agricultores	81
4.4. Percepção dos agricultores sobre qualidade de vida e implicação da APAEB neste indicador social	87
4.4.1. Condicionantes da sustentabilidade social: dimensões concretas da qualidade de vida.....	88

	Página
4.4.1.1. Acesso a serviços.....	88
4.4.1.2. Condições da habitação	89
4.4.1.3. Vida social e familiar.....	93
4.4.2. Satisfação das famílias com os diversos componentes da qualidade de vida	96
4.4.3. Percepção dos agricultores sobre qualidade de vida	99
4.4.4. Implicações da APAEB na qualidade de vida dos agricultores	102
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
APÊNDICES	122
APÊNDICE A	123
APÊNDICE B.....	125
APÊNDICE C.....	127

LISTA DE QUADROS

	Página
1. Distribuição da população do município de Valente, por período e zona (urbana e rural) – 1970 a 2000.....	53
2. Composição da população do município de Valente, por grupos de idade – 1970 – 1996	56
3. Evolução do número de estabelecimentos de ensino no município de Valente, BA – 1970 a 2001	58
4. Consumo de energia elétrica por classe – Valente, BA, 1980-2001	60
5. Formas de ocupação das terras no município de Valente, BA	62
6. Principais produtos agrícolas no município de Valente, BA.....	62
7. Aspectos do perfil pessoal do agricultor associado. APAEB – Valente, BA, 2002/2003.....	70
8. Características do uso e posse da terra dos agricultores associados à APAEB – Valente, BA, 2002/2003.....	73
9. Características do perfil da família dos agricultores associados. APAEB – Valente, BA, 2002/2003.....	76
10. Comparativo de nutrientes em diversas carnes	80

11. Aspectos do mercado laboral dos membros da família dos agricultores associados à APAEB – Valente, BA, 2002.....	82
12. Características da habitação dos agricultores entrevistados. APAEB – Valente, BA, 2002/2003.....	90
13. Principais enfermidades em algum membro da família relatadas pelos agricultores. APAEB/BA, 2002/2003.....	92
14. Nível de satisfação e importância atribuídos aos componentes da vida pelos agricultores – APAEB, Valente, BA, 2002/2003	97

LISTA DE FIGURAS

	Página
1. Dimensões do desenvolvimento sustentável	18
2. Modelo conceitual de qualidade de vida	24
3. Seqüência circular da pesquisa.....	28
4. Fluxos do sisal “in natura” nos municípios baianos.....	51
5. Nível de satisfação total dos agricultores associados – APAEB/BA, 2002.....	98
6. Percepção dos agricultores associados quanto à atuação da APAEB na qualidade de vida. Valente, BA, 2002/2003.....	103
1A. Pluviosidade do município de Valente, BA, média de 400 a 600 mm/ano – Período de 1933 a 1999	123
2A. Localização do município de Valente, BA.....	123
3A. Número de empregos no município de Valente, BA, 2002.....	124
4A. Renda familiar antes e depois das ações da APAEB.....	124
1B. Agricultor trabalhando em motor de sisal – Valente, BA.....	125
2B. Plantação de sisal.....	125
3B. Trabalhadores do sisal – Valente, BA	126

LISTA DE SIGLAS

APAEB – Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia
BNB – Banco do Nordeste de Brasil
CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEI – Centro de Estatística e Informações
CESE – Coordenação Ecumênica de Serviços
COOPERE – Cooperativa Valentense de Crédito Rural
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EFA – Escola Família Agrícola
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FJP – Fundação João Pinheiro
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MOC – Movimento de Organização Comunitária
NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

RESUMO

MACEDO FILHO, Renato, M. S., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2003. **Influência da associação de pequenos agricultores familiares na qualidade de vida dos associados e suas implicações no desenvolvimento local – APAEB/Valente-BA.** Orientadora: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Conselheiros: Geraldo Magela Braga e Marília Fernandes Maciel Gomes.

O presente trabalho objetivou analisar as influências da Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB) sobre a qualidade de vida das famílias de associados e a sua contribuição para o desenvolvimento local, no município de Valente, BA. A APAEB é uma organização socioeconômica resultante da articulação da sociedade civil, por meio de um movimento que uniu pequenos agricultores da região sisaleira e ONGs nacionais e estrangeiras, visando valorizar o espaço local, alcançar a sustentabilidade do território e desenvolver o senso de cidadania. Com o intuito de fornecer subsídios para a análise e discussão dos resultados e, conseqüentemente, para o desenvolvimento e estruturação da pesquisa, fez-se uso de categorias de análise, como: participação cidadã, desenvolvimento local e qualidade de vida. Participaram da pesquisa 61 agricultores, residentes na zona rural do município baiano de Valente, além de lideranças locais e representantes da Associação. As

características, percepções e condições do município e dos entrevistados foram obtidas por uma série de informações locais de fontes secundárias, bem como através de entrevistas e depoimentos, método histórico, relatos orais e *survey*. A análise dos resultados indicou que a atuação da APAEB, por meio da mobilização, cooperação entre seus membros e realização de diversos projetos, proporcionou melhoria na qualidade de vida de seus associados. Contudo, para o município como um todo, os benefícios foram parciais, basicamente por não existirem relação interinstitucional integrada e uma cultura de desenvolvimento que propiciasse uma convergência de integração, cooperação e competência. Em síntese, os esforços e a luta da APAEB trouxeram benefícios ao município de Valente, BA, que só não foram mais amplos, holísticos e sistêmicos porque não houve uma sinergia de ações ou um projeto coletivo de desenvolvimento local que fosse sustentável e com uma dimensão mais humana.

ABSTRACT

MACEDO FILHO, Renato, M. S., Universidade Federal de Viçosa, June of 2003. **An analysis of the influence of APAEB about the quality of the associated farmers' life and in the local development – Valente, Ba.** Adviser: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Committee Members: Geraldo Magela Braga and Marília Fernandes Maciel Gomes.

The present work had the objective to analyze the influences of the Association of Small Farmers of the State of Bahia (APAEB-Valente/BA), on the quality of life of the associate's families and its contribution to the local development in the municipal district of Valente/BA. APAEB is social-economic organization resultant of the articulation of the civil society, through a movement that united small farmers of the sisaleira area and national and foreign ONGs, with the objective of valuing the local space, to reach the sustainability of the territory and to develop the citizenship sense. With the intention of supplying subsidies for the analysis and discussion of the results and, consequently for the development and structuring of the research, it was used as analysis categories: citizen participation, local development and life quality. Were part of the research 61 farmers, that live in the rural zone of the municipal district of Valente, besides local leaderships and representatives of the association. The characteristics, perceptions and conditions in the municipal district and

interviewees were obtained from many local information originated in secondary sources, as well as through interviews and depositions, for the historical method, oral reports and survey. The analysis of the results showed that the performance of APAEB provided improvement on the life quality of this associates. However, for the municipal district, the benefits were partial because of the lack of united actions and division of responsibilities with other entities. In synthesis, the efforts and the fight of APAEB brought benefits to the municipal district of Valente/BA, that only were not wider, holistics and systemics, because there wasn't a synergy of actions or a collective project of local development, so that the same was sustainable and with more human dimension.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização geral

Com a intensificação do processo de internacionalização das economias capitalistas, que acentuou a concorrência entre produtos nacionais e estrangeiros, a situação econômica e social do Brasil vem se agravando. Particularmente, com relação aos pequenos agricultores familiares, a pressão tem sido cada vez mais intensa, levando-os a buscar alternativas para a solução dos problemas relacionados à produção e colocação de seus produtos no mercado.

O modelo de desenvolvimento local, que representa um processo endógeno de mobilização das energias sociais em espaços de menor escala, contrapõe-se ao modelo capitalista, de cunho exógeno, que se estabelece de forma impositiva, de cima para baixo, explorando o produto do trabalho das pessoas que vivem na periferia do Terceiro Mundo, promovendo, inclusive, a expropriação de grande contingente de pequenos agricultores e trabalhadores rurais e aumentando-lhes a dificuldade de acesso aos recursos necessários a produção, comercialização e consumo de bens e serviços.

Nesse sentido, o associativismo entre os pequenos agricultores tem se mostrado uma das estratégias mais eficazes para ampliar suas possibilidades de reprodução social. O incentivo a essa alternativa vem ocorrendo em razão da

percepção, por parte de ONGs e intelectuais, de que o fortalecimento do tecido social pode funcionar como uma pré-condição para fixação do homem do campo no seu chão, mediante o incentivo de um desenvolvimento local integrado e sustentável.

Para contornar essa problemática, uma das estratégias recomendadas tem sido o incentivo ao desenvolvimento local, por meio, principalmente, da formação, ampliação e efetividade do capital humano, social e institucional. De acordo com Chile (2002), o capital humano sustenta-se no valor dos recursos humanos – suas atitudes, história, habilidades, educação, capacitação, uso do conhecimento, saúde e bem-estar, entre outras qualidades –, enquanto o capital social é um componente do capital humano que permite aos membros de determinada sociedade dar sentido às relações de reciprocidade, cooperação e intercâmbio para a formação de grupos e associações. No entanto, o capital institucional consiste no estoque de instituições (públicas e privadas) existentes no município/região, cujo clima de relações deve ser de complementaridade e de cooperação, com flexibilidade e determinada identidade local (CHILE, 2002).

Para que ocorra a implementação do desenvolvimento local sustentável, é preciso que ocorra uma relação sinérgica¹ entre esses capitais e outros, de forma que possam ser executadas mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população. O capital social, ou conjunto de organizações que articulam e canalizam o trabalho humano, pode promover o desenvolvimento local, por meio de redes de relações sociais entre sujeitos e associações (NASCIMENTO, 2000; BOISIER, 1998). Pressupõe-se, neste estudo, que assim seja o caso da Associação de Pequenos Agricultores do Município de Valente, na Bahia (APAEB/Valente), objeto de análise desta pesquisa, que visa, em última instância, discutir se a APAEB tem sido, em termos efetivos, uma estratégia que tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida de seus associados e, ao mesmo tempo, para a promoção do desenvolvimento local.

¹ Boisier (1998) apontou o conceito de capital sinérgico como capaz de potencializar diversas formas de capital (por exemplo, capital natural, econômico e social, cognitivo, cívico etc.), que podem tornar o território desenvolvido.

A APAEB é uma organização socioeconômica resultante da articulação da sociedade civil, por meio de um movimento que uniu pequenos agricultores da região sisaleira apoiados por ONGs nacionais e estrangeiras. Seus principais objetivos consistem em valorizar o espaço local², alcançar a sustentabilidade³ do território e desenvolver o senso de cidadania⁴. As demandas dessa organização estão associadas, basicamente, à proposta de convivência com o semi-árido, visando não só à revitalização e valorização da lavoura sisaleira, mas também sua integração a um processo de reestruturação da pequena propriedade familiar, ampliando as chances de sobrevivência e melhoria da qualidade de vida da população dessa região semi-árida do Nordeste (NASCIMENTO, 2000).

O semi-árido é uma região que apresenta fortes limitações em virtude das adversidades climáticas, que atingem a região com cíclicos períodos de seca e desestruturação econômica, potencializando o êxodo rural. A economia, predominantemente agrícola, é caracterizada por um grande diferencial na organização da produção, uma vez que existe, ao mesmo tempo, uma convivência entre organizações tipicamente capitalistas e atividades de pequeno porte, de natureza familiar, artesã e manufatureira, revelando um espaço social intra-regional de extremos contrastes que podem, também, ser observados no espaço inter-regional. Dados do IBGE (2001), *apud* Fome Zero (2003), apontam uma distribuição regional da pobreza, em que a maior proporção de pobres está nas áreas rurais (47,3%), com renda média mensal *per capita* disponível de R\$39,11. Além disso, ao verificar a distribuição dos pobres pelos Estados da Federação, a Bahia aparece em primeiro lugar, em termos absolutos, com quase 6

² O local torna-se aqui o lugar onde se dá o processo de desenvolvimento rural, em que ocorrem os empreendimentos familiares rurais agrícolas e não-agrícolas. Porém, esse espaço não é visto apenas como espaço micro, mas de uma escala local que cria uma grande proximidade entre as instâncias decisórias e os problemas/necessidades da população, permitindo uma participação mais direta da sociedade e fazendo com que a dinâmica socioeconômica potencialize resultados, fortalecendo a agricultura familiar e, conseqüentemente, o desenvolvimento sustentável da comunidade (FRANCO, 1998; BUARQUE, 1999; ROSA, 1999).

³ A sustentabilidade implica focalizar as atividades humanas, suas ações e relações com os sistemas naturais, visando à melhoria da qualidade de vida e equilibrando a satisfação das necessidades humanas e a continuidade do biosistema (CEBOTAREV, 1995).

⁴ Na concepção de Janoski (1998), *apud* Vieira (2001), a cidadania é considerada um conjunto de práticas políticas, econômicas, jurídicas e culturais que definem uma pessoa como membro competente da sociedade capaz de reivindicar e exercer “direitos de ter direitos”, em termos pessoais e coletivos.

milhões de pessoas em situação de risco, estando 38,7% delas na área rural. Nesse mesmo contexto, como comentaram Silva e Silva (2002), em termos sociais a região tem tido destaque nacional em razão da existência do emprego de expressivo contingente de mão-de-obra infantil e também da ocorrência de graves situações de risco no trabalho. Deve-se ressaltar ainda o registro de trabalhadores mutilados (mãos/braços) devido à utilização, no campo, de máquinas de beneficiamento do sisal tecnologicamente superadas, as chamadas “paraibanas”, como mostrado no Apêndice (Figura 1A). Tais características e condições locais encontram-se relatadas no Projeto Áridas – Bahia, ao mencionar-se que:

(...) a descontinuidade da produção agrícola e persistência de elevados níveis de pobreza, resultado de um processo histórico, onde o papel do Estado, em suas distintas configurações e formas de intervenção, não contribui para uma reorganização dessa base produtiva e para a superação das relações sociais arcaicas nela configurada. (CAR-BA, 1995, p. 3).

Em razão de toda essa gama de fatores é que a população rural do semi-árido baiano tem procurado se articular em novas iniciativas de organizações social e produtiva de agricultores familiares, buscando respostas/estratégias para minimizar ou atenuar os problemas vivenciados no dia-a-dia, buscando promover um desenvolvimento local sustentável. O desenvolvimento local é aqui compreendido sob a lógica da participação e mobilização popular, para que as propostas possam ser transformadas em práticas efetivas, fortalecendo as decisões dos atores sociais envolvidos e proporcionando-lhes capacitação e habilidades, para que possam gerar mudanças sociais, contribuindo para o desenvolvimento econômico e a preservação cultural e ambiental (CALIARI, 2002).

Nascimento (2000) comentou que o processo de organização da APAEB passou por vários períodos de mudanças sociais, com transformação de propostas em práticas efetivas que começa na década de 60 (1967-1979), época do regime ditatorial, em que houve um silencioso trabalho entre as bases do movimento

popular, apoiados pelas instâncias pastorais católicas. Segundo Silva (1993), a partir dos trabalhos com missionários (padres italianos) e de uma nova igreja⁵, os agricultores passaram a discutir e refletir sobre a situação real dos mesmos – quais eram os problemas que os afligiam –, passando a tomar consciência dos interesses coletivos, o que contribuiu para a formação de uma identidade de grupo, cujos esforços eram direcionados de forma ativa para a formação de associações comunitárias.

Mesmo com esse processo de conscientização, a APAEB só vai se formar a partir da criação e atuação do Movimento de Organização Comunitária (MOC). Este, de natureza não-governamental, foi fundado em 1967, tendo sido idealizado a partir da Pastoral Diocesana de Feira de Santana, com o apoio técnico e financeiro da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), sediada no Rio de Janeiro. Inicialmente, o papel do MOC era de assessorar a Igreja Católica nas ações comunitárias pastorais, numa atitude assistencial e paternalista. No entanto, os técnicos da época começaram a questionar a eficácia dessa forma de atuação e passaram a agir, de forma mais independente, com o intuito de favorecer a promoção social das comunidades, estimulando, com isso, atritos com o clero feirense, o que levou à sua desvinculação da diocese, em 1970. A partir desse momento, como entidade autônoma, o MOC passa a promover ações sociais, de caráter organizacional e libertário, direcionadas ao desenvolvimento comunitário e ao combate à exclusão social, que segundo Garry Rogers (1995), *apud* Dupas (2000), possui um caráter “multidimensional, incluindo a idéia de falta de acesso não só a bens e serviços, mas também à segurança, à justiça e à cidadania”, ou seja, procurou-se enfatizar a desigualdade econômica, política, cultural e étnica, entre outras.

O MOC percebeu a importância de dar certo caráter econômico às suas ações, embora não se limitasse apenas a essa questão, por julgar que as mudanças sociais perpassavam pelo desenvolvimento da base econômica das comunidades onde atuava. Diante dessa percepção, as ações da entidade, segundo Nascimento

⁵ A nova Igreja seria a igreja do povo, crítica ao clericalismo, à postura impositiva e ao excesso de ritos e sacramentos, desencarnados do cotidiano popular, com maior preocupação com a realidade do oprimido (SILVA, 1993).

(2000), tinham como objetivos melhorar o processo de comercialização e garantir preços compensadores aos pequenos produtores, combatendo os intermediários ou atravessadores que atuavam puxando os preços para baixo. Além disso, o MOC realizava práticas político-educativas, visando promover a informação e valorização do produtor, de forma que este tivesse condições de planejar uma melhor utilização dos estoques de seus produtos, garantindo-lhe maior poder de negociação no mercado.

Na segunda metade dos anos 70, com os freqüentes encontros dos agricultores promovidos pelo MOC, viabilizando a troca de experiências, a mobilização coletiva foi ampliando-se, e os pequenos agricultores passaram a perceber a necessidade de discutir, de forma conjunta, aqueles problemas que afetavam a todos ao mesmo tempo, como a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICM). Isso levou à criação do “Movimento do ICM”, que pretendia isentar do imposto os produtos excedentes, destinados ao auto-consumo das famílias rurais. Esse movimento teve como um dos principais resultados, de acordo com Silva (1993), maior articulação entre os agricultores de comunidades e municípios diferentes, quebrando-se, assim, o isolamento e incentivando a parceria e a discussão de outros problemas do dia-a-dia, enfrentados pelos pequenos agricultores⁶. Desse modo, inicia-se, conforme Nascimento (2000), uma segunda etapa (1980-1989) da APAEB, caracterizando uma intensa politização pela ação das ONGs, inclusive no processo de organização de novas formas de associações civis.

Em um primeiro momento, cogitou-se fundar uma cooperativa, porém a legislação vigente nessa época (Decretos-Lei n^{os} 59 e 5.764, de 26/11/66 e 16/12/71, respectivamente) não permitia cooperativas somente de pequenos agricultores. Daí a criação, em 1980, da Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia, sediada inicialmente em cinco municípios: Serrinha, Feira de Santana, Ichu, Araci e Valente.

⁶ O parâmetro de um pretense perfil socioeconômico dos associados, mais do que um critério classista, o que efetivamente habilita o indivíduo a ingressar na APAEB, é a sua condição de “pequeno agricultor”, de “ganhar a vida da terra”. Obedecendo também ao que está estabelecido em estatuto, o regimento institui que “o pequeno agricultor que for proprietário de motor de sisal e que for também trabalhador de motor pode se associar à APAEB” (SILVA, 1993).

Nesse sentido, a APAEB foi criada, portanto, para funcionar de forma híbrida, porque foi concebida para exercer um papel sociopolítico, social e econômico específico, investindo na cidadania ativa⁷, reestruturando a pequena propriedade rural e melhorando a qualidade de vida do agricultor sertanejo. Nascimento (2000, p. 56) sintetizou essa forma de atuação almejada pela APAEB:

*O espírito de uma Associação serviria para reforçar os laços informais e promover uma maior integração dos participantes, já o **modus operandi** de Cooperativa, para reforçar o caráter gerencial-produtivo de apoio e valorização da agricultura familiar.*

Com isso, além de ter como meta sensibilizar o agricultor para que desempenhe um papel na formação da cidadania, a APAEB é considerada uma das alternativas para solucionar os problemas do setor agrícola (em sua maior parte, de subsistência), direcionando suas ações para promover o crescimento da produtividade, o acréscimo da renda dos pequenos produtores, o fortalecimento do mercado interno e, com isso, a redução da transferência de renda da região etc. Inicia-se, então, na década de 90 uma terceira etapa de efetiva atuação da APAEB, por meio da mobilização e afirmação de várias iniciativas locais de desenvolvimento no sertão baiano, tendo destaque o município de Valente, gestado principalmente pelo movimento social da região sisaleira (NASCIMENTO, 2000).

1.2. O problema e sua importância

Considerando a análise contextual da atuação da APAEB, apresentada anteriormente, o problema da pesquisa está calcado no aprofundamento de conhecimentos, repassados pelos próprios associados e por lideranças comunitárias, sobre as mudanças na vida dos agricultores e do município de

⁷ Este conceito se coloca nos termos de Arruda (1997), segundo o qual cada pessoa buscaria laços solidários de colaboração para desenvolver a comunidade no sentido de tornar-se sujeito consciente e ativo de seu próprio desenvolvimento.

Valente, BA, tendo como pressuposição de que as transformações socioeconômicas ocorridas podem ter sido influenciadas pelas ações desenvolvidas pela associação, com reflexos positivos tanto no âmbito dos atores sociais diretamente envolvidos, que seriam os pequenos agricultores, quanto também daquelas pessoas indiretamente envolvidas, estando aí incluída a população local. Para a comprovação dessa hipótese positiva, fez-se necessária uma análise sistemática das implicações da associação na vida dos associados e de suas famílias, verificando-se sua sustentabilidade, principalmente sob uma perspectiva social e política, representada por um indicador de qualidade de vida⁸, que é percebida, pelos agentes envolvidos, como uma categoria de análise necessária ao desenvolvimento do senso de cidadania.

Nessa perspectiva e, ao mesmo tempo, com o intuito de dar maior visibilidade a essa iniciativa da sociedade civil, foi analisado o caso da APAEB, no município de Valente, visto como uma experiência socioeconômica das mais relevantes para o semi-árido nordestino. A justificativa para sua seleção, como objeto de estudo, está respaldada em sua significativa atuação, na região nordestina, avaliada por pesquisas coordenadas pela Fundação Getúlio Vargas e Fundação Ford, cujos estudos contaram com o apoio do Banco Mundial e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, pelo Programa Gestão Pública e Cidadania, considerando-a como uma das 10 experiências socioeconômicas de caráter popular de maior êxito no Brasil. Além disso, houve o interesse particular pelo assunto, por parte do pesquisador desta tese, que, além de ser oriundo da região, teve experiência e contatos com essa iniciativa popular, sentindo-se influenciado e motivado para conhecer mais cientificamente como se deram, de forma dinâmica, a mobilização e participação dos agricultores nesse processo de construção de sua cidadania. Ainda, quais os principais problemas enfrentados pela associação, seus desafios e potencialidades, como os

⁸ A qualidade de vida está relacionada ao estado de conforto das pessoas como indivíduos ou em grupo, ou seja, deve abranger tanto os aspectos objetivos da realidade quanto as avaliações subjetivas dos indivíduos, dentro de vários aspectos da vida: sua situação financeira, sua vida com o meio ambiente e na comunidade na qual reside, suas condições de trabalho, seu relacionamento com a família, seus parentes, amigos e vizinhos, enfim, sua qualidade de vida como um todo (METZEN et al., 1980).

agricultores e a população do município percebem a APAEB, bem como qual a influência que ela tem exercido sobre a qualidade de vida, tanto dos associados quanto da população como um todo.

Considerando que a análise/avaliação do significado e do alcance de movimentos sociais, particularmente esse de pequenos agricultores, deve incorporar novos instrumentos e indicadores, à medida que pretende interpretar um tipo de ação política, cuja base organizacional se fundamentou, sobretudo, na solidariedade advinda da projeção política de uma identidade coletiva, dá-se aí a importância da investigação de certas respostas e questionamentos comuns nesse contexto. São eles: de que forma se caracteriza ou como tem sido concebido o direito de exercício da cidadania, na perspectiva dos agricultores da APAEB? A associação tem caráter transformador? Quais foram as alterações sociais e econômicas ocorridas no município e quais destas poderiam ter sido proporcionadas pela APAEB? Quais as implicações da APAEB na qualidade de vida da população dos agricultores associados? Como a atuação da Associação reflete no modo de produção e de vida dos pequenos agricultores? Quais as implicações da APAEB – Valente nas condições de vida das famílias diretamente envolvidas na Associação? Em fim, a sustentabilidade pôde ser alcançada e, portanto, ocorreu desenvolvimento local?

Outro fator relevante para a realização desta pesquisa está baseado na idéia de que estudos realizados sobre associações não têm considerado questões mais subjetivas, como: qual é a percepção dos agricultores sobre qualidade de vida e sobre direito à cidadania; quais são os desejos e aspirações da população, ou seja, qual é o seu padrão de vida, que é influenciado tanto por suas condições atuais de vida quanto por sua dimensão cultural e ética. Além disso, muitos estudos têm privilegiado os indicadores gerais de organismos nacionais e internacionais, na maioria das vezes de natureza agregada, não considerando a realidade local, sua diversidade e particularidades.

Assim, considerando a importância significativa do papel socioeconômico da APAEB na região semi-árida, especificamente no município baiano de Valente, tal estudo se torna de extrema relevância, uma vez que poderá

proporcionar conhecimentos concretos de como podem ser analisadas outras associações, de igual natureza, existentes no Estado da Bahia.

1.3. Objetivos

1.3.1. Geral

Analisar as influências da APAEB sobre a qualidade de vida das famílias de agricultores associados e suas repercussões sobre o desenvolvimento do município de Valente, BA.

1.3.2. Específicos

- Analisar o processo de implantação da APAEB, enfatizando a forma de participação social e política.

- Analisar, historicamente, as transformações ocorridas no município de Valente, antes e depois da APAEB, considerando tanto informações objetivas ou concretas quanto subjetivas ou perceptivas.

- Delinear o perfil pessoal e familiar dos associados, bem como as modificações no seu ambiente produtivo, técnico-ambiental e socioeconômico, derivadas da Associação.

- Identificar a percepção dos agricultores sobre a qualidade de vida, o nível de satisfação com esta e o posicionamento dos associados com relação às implicações da APAEB nesse indicador social.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL

Nesta seção teve-se por finalidade realizar uma revisão bibliográfica e, ao mesmo tempo, refletir sobre as principais categorias analíticas consideradas na pesquisa, como: participação cidadã, sustentabilidade, desenvolvimento local e qualidade de vida. Além disso, esta revisão de literatura teve o intuito de fornecer subsídios para a análise e discussão dos resultados e, conseqüentemente, para a estruturação e desenvolvimento desta tese.

2.1. Participação cidadã

Entre os objetivos específicos propostos para o desenvolvimento deste trabalho, um deles refere-se à análise evolutiva do processo de mobilização e participação dos agricultores familiares para criação e implementação da APAEB. Diante disso, considerou-se necessário realizar uma breve discussão sobre o termo *participação* (aqui colocado enquanto categoria analítica), no intuito de proporcionar maior clareza ao conceito nesta pesquisa, o qual tem sido utilizado de forma mais contundente nos fóruns de discussões, sobretudo a partir da década de 70, com os movimentos sociais⁹. Esse debate vem se traduzindo na formação de uma série de novos conteúdos e conotações, originários de diversas

⁹ Sobre movimento sociais, ver Gohn (1995 e 1997) e Sader (1988).

práticas, às vezes tão variadas que podem criar inúmeras interpretações, descaracterizando o fenômeno ora analisado. Alencar (2001, p. 20) chamou atenção para essa questão:

(...) é importante observar que participação é um processo multidimensional e varia de situação para situação em resposta a circunstâncias particulares. Não existe um único modo de compreender esse processo e a sua interpretação está em função da perspectiva de análise empregada.

Baseado nessa condição, o conceito de participação está, de forma geral, relacionado a práticas sociais concretamente efetivadas, que se referem desde o comparecimento a reuniões e à realização de protestos até a formação de associações culturais, religiosas, de bairro ou a inscrição nestas. Mas, ao mesmo tempo, o conceito encontra-se envolvido de conteúdo ideológico, o que, muitas vezes, pode se colocar inversamente a um processo de conscientização dos indivíduos a partir de uma prática cidadã, como forma de legitimar estratégias de dominação e manipulação de grupos.

Alencar (2001) destacou quatro significados associados à participação: *colaboração*, que é o envolvimento das pessoas nas atividades de grupo; *desenvolvimento comunitário*, em que as pessoas são designadas a ter responsabilidades para criar mecanismos de promoção social; *organização*, dada no momento em que os indivíduos se organizam para elaborar formas mais adequadas de ação, movidos pela realidade que os envolve; e *empowering* ou empoderamento, que se relaciona com a aquisição de poder sobre os recursos necessários ao desenvolvimento.

Essa participação, segundo Bordenave (1986), envolve também a motivação, que pode ser analisada sob dois fundamentos básicos: um relacionado à questão afetiva, em que se participa pelo prazer de estar com os pares, de construir e conquistar ao lado destes. Enquanto o segundo fundamento é visto como uma ação racional-instrumental, uma vez que o resultado a ser alcançado de uma ação coletiva pode ser mais eficaz e consistente. Dessa forma, é preciso delimitar o conceito de participação, pois este não pode ser concebido como

imparcial, já que existem contextos históricos diferentes, nos quais as pessoas estão inseridas. Além disso, existe um poder político (não o Estado), em que os atores sociais “fazem valer seus interesses e valores, construindo suas particularidades; afirmando-se como sujeito de direitos e obrigações”, visando transformar o quadro desfavorável em que se encontram para algo desejável (TEIXEIRA, 2001, p. 26). Isso pode ser fortalecido no argumento de Pinto (1987, p. 78), quando comentou que “a participação é luta por direitos, é luta por aquilo que é seu, que lhe está sendo negado”.

O que se percebe é que a participação, que vem ocorrendo desde o final da década de 70 nos diversos âmbitos da sociedade, por incentivo de ONGs, pastorais católicas, sindicatos e outros movimentos, tem dinamizado os processos organizativos de conquista de direitos contra o crescimento econômico desigual; a apatia estatal em dar atenção às demandas sociais e a necessidade de valorizar a relação população/governo. Nesse sentido, o ideal, em termos de participação, deveria ser o da parceria ou proximidade entre as instâncias governamentais e as demandas da sociedade organizada. Contudo, a realidade evidencia que o país tem se constituído dentro de uma tradição autoritária e excludente, uma vez que o povo tem sido mantido sempre à margem das decisões políticas que, na maioria das situações, são não participativas.

A participação possibilita fortalecer a sociedade civil, mediante a atuação organizada dos indivíduos e associações, de forma que as pessoas possam “tomar parte” e “ser parte” do processo ou iniciativa para mudar o sistema, embasado na cidadania ativa, para construir alternativas de desenvolvimento local mais justas (democráticas). Com isso, Teixeira (2001, p. 28) afirmou que é possível, com a participação, formar “uma nova cultura política, em que se valorize a ação coletiva, a construção de identidades, a criação e efetivação de direitos e o enfrentamento de problemas”.

Vera Telles afirma que é necessário:

requalificar a participação popular nos termos de participação cidadã, que interfere, interage e influencia na

construção de um senso de ordem pública, regidos pelos critérios de equidade e justiça. (TELLES, 1994, p. 52).

Isso corresponde à necessidade de uma realização contínua de mudanças nas práticas dos agricultores, que devem se perceber como sujeitos ativos, opondo-se à perpetuação das condições precárias, do esquecimento e das desigualdades aos quais foram submetidos durante séculos, condições essas tidas muitas vezes como naturais, mas que na realidade foram definidas pelos detentores dos poderes político e econômico, no âmbito social e cultural.

Nesta pesquisa foi utilizada essa concepção de participação cidadã por contemplar questões como a inserção ativa dos indivíduos ou grupos na tomada de decisão, a atuação racional e coletiva em espaços de diversidade de interesses, de sujeitos diferentes, para os quais são atribuídas equivalências em habilidades e competências, em termos de ação, discussão e julgamentos; e, por último, a questão da cidadania, no sentido de valorizar igualdade de direitos, responsabilidades e deveres, ou seja, como comentou Carvalho (1998), a participação deve estar “centrada na construção social de novos valores democráticos, da legitimidade, da pertinência das demandas da sociedade, da justiça e do direito a ter direito”. Assim, tais circunstâncias poderiam influenciar o processo de desenvolvimento local e melhoria da qualidade de vida, já que as pessoas (atores sociais envolvidos) teriam capacidade de decidir, reivindicar e criar alternativas.

2.2. Sustentabilidade e desenvolvimento local

Dando continuidade ao referencial de fundamentação que foi utilizado nesta pesquisa, considerou-se pertinente apresentar definições sobre o desenvolvimento que vai além da questão de produtividade, envolvendo outros aspectos psicossociais que não devem ser desconsiderados, para que a abordagem se torne mais abrangente e realista.

Por muito tempo, acreditava-se no fator econômico como único determinante do desenvolvimento. Hoje, sabe-se que o desenvolvimento tem

muitas dimensões que, mesmo estando relacionadas entre si, possuem um relativo grau de autonomia. Todas essas dimensões estão presentes no processo de desenvolvimento, em um conjunto determinado ou em particular, cada qual regulando-o de acordo com as particularidades locais (FRANCO, 2000).

Bava (1996), *apud* Campanhola e Silva (2002), enfatizou o fato de que o desenvolvimento local pode ter natureza endógena quando nasce das forças internas da sociedade, constituindo um todo, com dimensões ecológicas, culturais, sociais, econômicas, institucionais e políticas, em que a ação a seu serviço deve integrar todas essas dimensões. Por essas razões que Buarque (1999) afirmou que o alcance da sustentabilidade está diretamente associado ao desenvolvimento local, porque em espaços de pequena escala é mais fácil implementar mudanças pela própria endogeneidade de mobilização das energias sociais, que podem propiciar uma maior equidade social ou elevação das oportunidades para todos; eficácia de racionalidade econômica; e uma melhor qualidade de vida, em que está implícita a conservação ambiental. Esse mesmo autor discutiu ainda a questão do poder local, conjugado com a descentralização e a participação, de forma que a consciência e a organização da sociedade sejam estimuladas, proporcionando a consolidação democrática e uma gestão participativa. Dessa forma, em razão do acelerado processo de transformação pelo qual tem passado a humanidade, as reflexões associadas ao desenvolvimento devem levar em conta as articulações entre suas múltiplas dimensões no cotidiano vivenciado pelos indivíduos. Tais reflexões exigem dimensões abrangentes, integrando e articulando conceitos que interajam com uma dada realidade diferenciada e complexa. Nas palavras de Amartya Sen (2000, p. 219): “o desenvolvimento tem aspectos que requerem análises e investigações adequadamente diferenciadas”. Nesse mesmo contexto, Corragio (1987) relatou que, para se pensar em desenvolvimento, é necessária uma análise dinâmica da realidade socioeconômica e ecológica, na qual são produzidos os problemas que se pretendem minimizar ou mesmo dizimar.

Observando essas questões e levando em conta que a proposta é enfatizar o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população de Valente, BA, foi utilizado, neste trabalho, o conceito de Buarque (1999, p. 23):

O desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover a dinâmica econômica e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas.

Dentro dessa mesma concepção de desenvolvimento, Caliari (2002, p. 22) o define como:

um processo de transformação via realização de propostas, obtidas mediante a participação efetiva da coletividade, em que haja um forte relacionamento entre sujeito, comunidade, cultura local e meio ambiente, ou seja, implica na construção de um ato de harmonia entre crescimento econômico, redução das desigualdades e preservação cultural e ambiental.

É interessante mostrar que, no espaço local conceituado anteriormente, os problemas têm sido mais bem identificados, aproveitando as potencialidades e habilidades locais, identificadas e fortalecidas pela maior proximidade com as comunidades (FRANCO, 1998). Nesse sentido, o espaço atua como elemento de transformação sociopolítico-econômica, representando o *locus* privilegiado para novas formas de solidariedade e parcerias entre os atores sociais. Reafirmando essa concepção, Albagli (1998), *apud* Franco (2000), afirmou que o local constitui-se, assim, em um espaço de articulação entre o moderno e o tradicional, sinalizando, a partir de sinergias produzidas por essas interações, soluções inovadoras para muitos problemas da sociedade contemporânea.

O que se pode notar é que a idéia de desenvolvimento local envolve a estruturação de um modelo, a partir de um projeto social, que considera a realidade existente, destacando o aproveitamento dos recursos naturais sem

destruir a natureza, o incentivo à cooperação social e econômica, as condições de solidariedade e o desenvolvimento cultural/educacional. Deve-se considerar, ainda, a participação ativa das pessoas na vida social e pública, para que o desenvolvimento local se processe e possa ser atingido o objetivo da comunidade, que é a sustentabilidade (REICHEL, 2002).

Sustentabilidade não significa, nesse caso, apenas a preservação ou conservação dos recursos limitados ou não-renováveis, estando também associada, como comentou Franco (2000), ao processo ou padrão de organização de um sistema, que se mantém ao longo do tempo com suas características autocriativas. Isso está relacionado, como afirmou Veiga (1994, p. 18), à continuidade e à “liberdade do sistema agrícola em manter a produção através do tempo, face a distúrbios naturais e pressões socioeconômicas de longo prazo”, contribuindo, assim, para o “desenvolvimento integral, participativo e ecologicamente sustentável da sociedade...buscando o fortalecimento da cidadania, melhoria da qualidade de vida e a erradicação da exclusão social” (Dias, 2001).

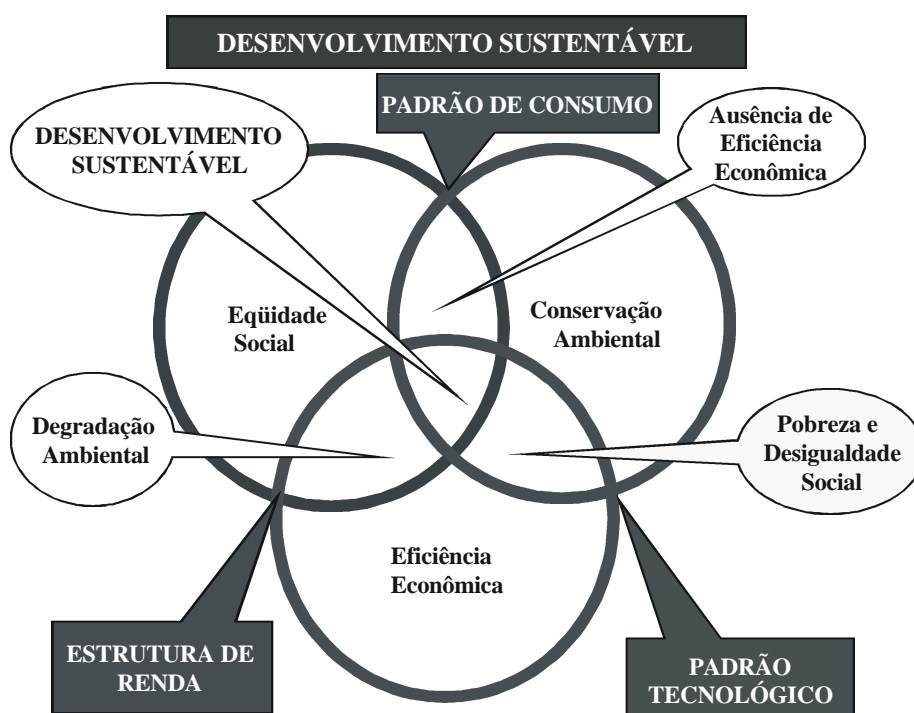
Ainda sobre sustentabilidade, Laurence et al. (1986) formulou dimensões importantes, que foram consideradas total ou parcialmente neste estudo, ou seja:

Sustentabilidade técnico-ambiental – Definida como a habilidade de manter níveis de produtividade sustentáveis por um longo período de tempo, considerando a manutenção de critérios razoáveis de qualidade dos recursos naturais, de forma a minimizar os impactos adversos sobre o meio ambiente, para uma produção atual e futura de alimentos saudáveis.

Sustentabilidade econômica – Refere-se, no âmbito microeconômico, à habilidade da unidade agrícola de ser economicamente viável, com renda líquida suficiente para que os agricultores e suas famílias tenham um nível de vida aceitável e possam investir no aumento da produtividade dos recursos. Em termos macroeconômicos, a sustentabilidade econômica está relacionada à habilidade dos agrossistemas em se adequarem às pressões sociopolíticas, derivadas de políticas agrícolas, monetárias e fiscais, quase sempre não sincronizadas com a realidade e os interesses do meio rural.

Sustentabilidade social – Implica, em última instância, em melhoria da qualidade de vida, uma vez que se refere à possibilidade de o sistema produtivo ampliar as atuais e futuras necessidades e aspirações humanas. Procurou-se, nesta pesquisa, dar maior ênfase a essa dimensão, visto que o processo de desenvolvimento sustentável, como pressupôs Graziano da Silva (2002), não é uma formulação técnica de cunho estritamente agrônômico ou econômico e sim uma tarefa de cunho eminentemente político de buscar consensos locais, regionais e nacionais, que permitam superar as velhas dicotomias rural/urbano e agrícola/não-agrícola.

Essas dimensões encontram-se articuladas, como exposto por Buarque (1999), na Figura 1.



Fonte: Buarque (1999)

Figura 1 – Dimensões do desenvolvimento sustentável.

Como pode ser observado na Figura 1, o desenvolvimento sustentável é o processo que leva a uma ampliação da área de intersecção dos três círculos, refletindo um grau crescente de compatibilização das três dimensões: maior equidade social, mais conservação ambiental e maior racionalidade econômica. Fora da intersecção ocorrem desequilíbrios entre as dimensões, representados pela pobreza e desigualdade social, degradação ambiental e ausência de eficiência econômica. Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito a fatores como padrão tecnológico, padrão de consumo e estrutura de renda, que podem afetar tais dimensões de forma positiva e, ou, negativa, com reflexos sobre a sustentabilidade. Por exemplo: determinado tipo de padrão tecnológico pode levar a uma maior eficiência econômica, mas só será sustentável caso não comprometa a conservação ambiental e não amplie a pobreza e a desigualdade social.

Várias pesquisas, como as do Conselho da Comunidade Solidária, compartilham a idéia de que uma das estratégias para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado é que o desenvolvimento local seja estimulado, por meio da mobilização das energias sociais, da implementação das oportunidades e do incentivo às potencialidades em espaço de pequena escala; além disso, incorporar a matriz cultural nas políticas/ações do desenvolvimento. Para isso, como afirmaram Mercadante (2002) e Tavares (2002), deveria ocorrer uma mudança no estilo de desenvolvimento, passando o social a constituir o seu eixo, ou seja, a prioridade social não pode ser mais um mero apêndice ou um suposto resultado natural do crescimento. O desafio é reverter o modelo econômico que perpetua a fome, a miséria e a desigualdade social. Para que isso ocorra, exige-se outro elemento central nesse novo modelo econômico, que é a redução da dependência e da vulnerabilidade externa.

Nesse contexto, considera-se, como afirmou Rosa (1999, p. 11):

um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais, desenvolver suas potencialidades específicas e fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens.

Neste estudo, baseado-se em Demo (1996, p. 87), a “comunidade é vista como um grupo social, especialmente localizada, de dimensão populacional restrita, relativamente homogênea, organizada e politicamente consciente”.

A utilização desse conceito de comunidade visa atender às peculiaridades do objeto de estudo, observando-se que os associados da APAEB consistem em um conjunto de indivíduos, com características diversas, que habitam uma mesma localidade e “compartilham um sentimento de fraternidade, que os motiva para uma consciência de seus problemas históricos, procurando recompor sua caracterização cultural, reforçando a identidade e mobilizando para sua co-gestão” (DEMO, 1996, p. 87). Dessa forma, considera-se que o referido conceito aplica-se à APAEB-Valente, que possui característica comunitária, principalmente no que se refere à capacidade de conscientização e mobilização dos agricultores, como também a implementação de atividades, que visam a um bem-estar comum, uma vez que estão centradas nas necessidades e aspirações de seus membros.

2.3. Bem-estar e qualidade de vida

Trabalhar a questão do bem-estar e qualidade de vida exige um esforço de conceitualização, por suas características, sua temática e suas modalidades. Trata-se de conceitos complexos, de conteúdo ambíguo, cuja história esteve sempre associada a outras categorias analíticas, como meio ambiente e desenvolvimento, fazendo com que o mesmo tenha um caráter não apenas quantitativo, mas principalmente subjetivo e qualitativo.

A qualidade de vida apresenta um caráter relativo e pode ser explicada à medida que se busca comparar/medir situações individuais e coletivas e valorizar horizontes desejáveis de grupos sociais. Seu conceito, de acordo com Silva (1997), é socialmente difuso, uma vez que sua interpretação parte de uma visão essencialmente subjetiva, política e ética, exprimindo, inclusive, juízos de valor. Ainda segundo esse autor, a qualidade de vida tem como pressuposto básico expressar conceitualmente as condições econômicas e sociais de determinado

espaço ocupado e explorado pelo ser humano, com garantias de satisfação de suas necessidades, mediante o uso de recursos da natureza e de objetos construídos para o próprio ser humano.

Para Fernandes (1997), a qualidade de vida apresenta características e componentes diferentes entre classes. Os estratos mais abastados possuem conotações diferentes de certos componentes em relação aos mais pobres. Assim, nesse contexto, sua análise está condicionada ao tipo de população estudada e ao ambiente cultural, econômico, natural, tecnológico e socioinstitucional vivenciado por ela.

Em termos agregados, o desenvolvimento e a qualidade de vida das pessoas têm sido medidos, desde 1990, pelo Programa das Nações Unidas (PNUD), por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Para construir esse índice, o órgão baseou-se em três componentes: indicador de “nível de longevidade”, através da esperança de vida ao nascer; indicadores de “nível educacional”, formado pela taxa de alfabetização de adultos no ensino fundamental, médio e superior; e indicador de renda. Posteriormente, segundo o IPEA (2003), o PNUD, em parceria com este órgão e a Fundação João Pinheiro, elaborou o novo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, mostrando a realidade dos 5.307 municípios brasileiros, com base nos dados do IBGE, referentes ao Censo de 2000. Além de seguir o padrão adotado pelo PNUD, esse atlas conta com outros dados sociais e apresenta um novo recorte: o de raça e cor. O Estado da Bahia foi classificado pelo IDHM como de médio desenvolvimento, tendo o município de Valente alcançado os seguintes valores, em termos dos indicadores: esperança de vida de 56,7 anos; nível educacional de 63,66%, em termos de taxa de alfabetização de adultos, sendo a taxa bruta de frequência escolar de 54,07%; e condições econômicas, quanto à renda *per capita* que foi de R\$70,40, ou seja, aproximadamente 1/3 do salário mínimo atual (PNUD, 2003). Dessa forma, o nível de qualidade de vida pode envolver fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, religiosos e ambientais que configuram não apenas as dimensões do “ter” e do “possuir”, mas também do “ser” e do “viver”,

em condições de produzir, e deles usufruir, os bens e serviços necessários, disponíveis na sociedade (FERREIRA, 1996, *apud* SANTOS, 1999, p. 23).

No desenvolvimento desta pesquisa, utilizou-se como referencial teórico a aproximação radical (*the radical approach*), apresentada por Lipshitz (1993), na qual são analisadas as principais abordagens para medir o bem-estar e o desenvolvimento regional/local. Segundo esse autor, esta é uma teoria do desenvolvimento que procura enfatizar o estudo histórico, como forma de identificar as causas das desigualdades regionais/locais, em função de seu passado econômico, de sua história social e de suas relações de autoridade/dependência; procurando-se mapear as instituições e locais determinantes de decisões importantes concernentes à região/local.

Pressupondo uma integração entre a questão do bem-estar e do desenvolvimento, assim como entre as aproximações objetivas e subjetivas da qualidade de vida, procurou-se, nesta pesquisa, analisar tanto as condições concretas do nível de vida quanto as percepções da população local entrevistada que proporcionam indicativos para o padrão de vida. Nesse contexto, com base na abordagem teórica elaborada por Cebotarev (1994), foi pressuposto que um fator de desenvolvimento, como é o caso da APAEB, poderia afetar não só os atores diretamente envolvidos (pequenos agricultores associados), como também a comunidade como um todo, com reflexos sobre a qualidade de vida da população local e, conseqüentemente, sobre seu desenvolvimento. Para essa autora:

qualidade de vida diz respeito às condições necessárias, em nível de famílias e comunidade, para satisfazer adequadamente as exigências básicas culturalmente definidas e indispensáveis ao desenvolvimento normal e potencial do ser humano e no exercício responsável de sua capacidade, levando em conta o meio ambiente físico e natural. (CEBOTAVREV, 1994, p. 16).

Neste sentido, a qualidade de vida não depende exclusivamente do aumento da renda, mas da situação no trabalho, da família¹⁰ e de suas redes ou círculos de convivência social (SANTOS, 1999). Com isso, ela está diretamente relacionada com o desenvolvimento local sustentável como um:

processo de transformação socioeconômico que se realiza com a participação ativa da população afetada e que leva a um melhoramento das condições de vida para todos; sendo distribuída de forma equitativa a qualidade de vida e a dignidade humana na comunidade como um todo. (CEBOTAREV, 1979, apud PINTO, 1995, p. 32).

Em razão do exposto, pode-se afirmar que a avaliação da qualidade de vida de uma população está na dependência de suas particularidades, ou seja, de vivência, valores e costumes do grupo a ser analisado. Com isso, Metzsem et al. (1980) elaboraram um modelo conceitual¹¹ que pressupõe que na avaliação da qualidade de vida devem ser abordados tanto fatores concretos da vida dos indivíduos e família quanto suas percepções subjetivas. No modelo conceitual (Figura 2) utilizado nesta pesquisa, a satisfação dos indivíduos, da família ou da comunidade com a qualidade de vida está relacionada com os vários domínios ou campos da vida, associados de acordo com o propósito deste estudo, e com os fatores: educação, trabalho, renda, serviço comunitário, saúde, lazer, integração social, habitação, segurança física e religião.

O modelo pressupõe que a qualidade de vida não depende somente da satisfação em cada domínio isoladamente, mas também da importância que têm esses domínios para o indivíduo em sua experiência de vida, ou seja, aqueles elementos mais importantes tendem a contribuir mais para a satisfação com a qualidade de vida em geral (METZEM et al., 1980, apud PINTO, 1995).

¹⁰ A família tem seu bem-estar associado à capacidade de se adaptar e se desenvolver como um microsistema, em que todos os membros são interdependentes, obtendo e alocando recursos, bem como contribuindo para o desenvolvimento de toda a comunidade (ENGBERG, 1992).

¹¹ Este modelo vem sendo utilizado com êxito em vários trabalhos acadêmicos que tratam da análise da qualidade de vida e bem-estar de indivíduos e famílias. Entre esses trabalhos estão: “estudo sobre a qualidade de famílias beneficiadas por programas de irrigação” (Pinto, 1995), “análise da qualidade de vida de famílias de mulheres beneficiadas por programa de microcrédito” (Santos, 1999) e “impactos da implantação de unidade de preservação na qualidade de vida da população do entorno: o caso do Parque Estadual do Rio Doce” (MELO, 2001).



Fonte: Metzen et al. (1980), com adaptações

Figura 2 – Modelo conceitual de qualidade de vida.

Assim, de acordo com este modelo, a avaliação da qualidade de vida envolve indicadores que estão associados tanto aos aspectos objetivos (informações sobre as condições concretas e gerais da vida das famílias e de seu *habitat*) quanto a fatores subjetivos (relacionados com as percepções, avaliações e aspirações que as pessoas/família têm de suas próprias condições).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Área de estudo

Esta pesquisa foi desenvolvida no município de Valente, situado no nordeste da Bahia, microrregião de Serrinha, no polígono das secas. A região encontra-se inserida numa das áreas mais pobres do Brasil; o clima é semi-árido, estando secularmente sujeita às secas, como se pode observar na Figura 1A (em Valente, a média pluviométrica anual é de 508,3 mm, distribuída de forma bastante irregular). A região caracteriza-se, ainda, por ter a pecuária como atividade econômica básica, apoiada num sistema latifundiário complementado pelo sisal, introduzido na Bahia no início do século XX, em médias e pequenas propriedades; e pela agricultura de subsistência, em minifúndios (SILVA e SILVA, 2002).

A cidade de valente foi criada em 1958, pela Lei Estadual 1016, estando localizada, como pode ser visualizado na Figura 2A, a 270 km da capital Salvador, metrópole portuária. Possui uma área de 871,2 km² e uma população estimada pelo Censo de 2000 em 19.145 habitantes, respondendo as zonas urbana e rural por 9.511 e 9.634 pessoas, respectivamente. A taxa de urbanização, de acordo com o último censo, é de 49,67% e a densidade demográfica, de 51,35 habitantes por km² (IBGE, 2003).

Conforme exposto, o município de Valente caracteriza-se, ainda, por ser eminentemente agrícola, tendo como principais culturas feijão, milho, mandioca e sisal, esta última a mais importante atividade econômica não só do município, mas de toda a região. A relevância da cultura do sisal (*Agave sisalana perrine*), planta originária do México (Figura 2B), está respaldada pelo setor de exportação do produto, que apresentou, nas décadas de 40 e 50, resultados expressivos; contribuindo, assim, para a ocupação e desenvolvimento mais acelerado de alguns municípios daquela região, fazendo com que esse espaço territorial fosse configurando a região sisaleira da Bahia.

A importância dessa cultura na região, principalmente para os municípios de influência da APAEB, pode ser ilustrada pela quantidade de área plantada. Do total de 257 municípios que fazem parte do semi-árido baiano, mais de um terço (83) cultiva essa planta, estando 7,78% dos municípios (um total de 20) concentrados em 91% de toda a área plantada, ou seja, cerca de 140 mil hectares. Desse total, 59% pertencem a seis municípios beneficiados por ações da APAEB. Tal informação é um indicativo da importância que a Associação proporciona à cultura do sisal e aos seus produtores, especialmente diante da dependência de muitas famílias rurais dessa atividade.

O quadro aqui traçado revela a importância do sisal na região, bem como a constatação de que a lavoura vem apresentando decadência, levando os agricultores a se organizarem para buscarem uma solução para os problemas vivenciados. Essa organização esteve relacionada, basicamente, com a redução dos preços do produto no mercado internacional, conjugada com a concorrência das fibras sintéticas, além da escassez de recursos físicos e humanos do produtor vinculados à agricultura de subsistência. Tais fatores induziram, de forma endógena, à organização coletiva dos pequenos agricultores para criação da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia, atuante em 12 municípios da região sisaleira, com destaque para o município de Valente.

3.2. População e amostra

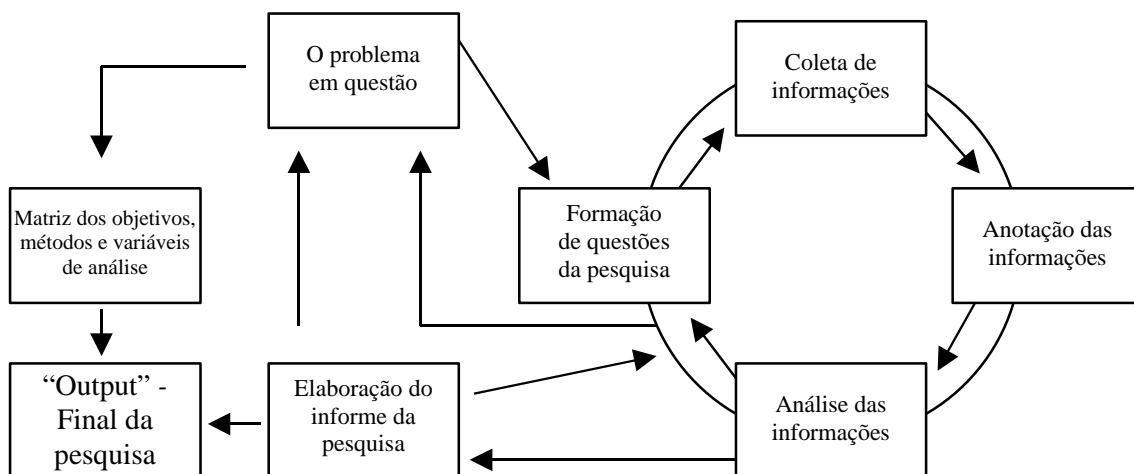
Para analisar a questão da qualidade de vida das famílias de agricultores associados à APAEB, bem como as implicações dessa Associação sobre o desenvolvimento do município, foram delimitados alguns critérios para a identificação da população e do processo de amostragem.

Considerando que essa entidade possuía (até julho de 2002) 571 sócios, distribuídos em 12 municípios próximos de Valente, optou-se por priorizar, no universo desta pesquisa, agricultores familiares associados residentes no município de Valente, BA. Entretanto, antes da pesquisa direta de campo com os agricultores associados, ocorreu uma primeira etapa de conversas e entrevistas com diretores da APAEB, técnicos, educadores, líderes de sindicato e representantes da sociedade civil. Essa fase foi de grande relevância, pois serviu para uma maior aproximação entre o pesquisador e a realidade da Associação e associados, permitindo, com isso, esclarecer melhor as questões abordadas na pesquisa, bem como definir melhor a amostra.

Esse processo pode ser visualizado na Figura 3, que mostra a “seqüência circular da amostra”, o que possibilitou iniciar o trabalho de campo, com pressuposições pautadas na realidade e originadas das conjecturas teóricas, que orientaram a primeira coleta de informações. Isso permitiu a reformulação de procedimentos da pesquisa e direcionamento da segunda etapa de campo, melhorando, assim, o *output* final da investigação e sua conseqüente publicação.

A partir das informações, seja de origem de fontes secundárias (dados censitários, registros documentais), seja de fontes primárias (entrevistas semi-estruturadas, com parecer e posicionamentos), obtidas na etapa inicial da pesquisa, foi possível elaborar alguns critérios fundamentais para composição da amostra, como: número de sócios efetivos¹² da zona rural (já que havia sócios

¹² Constatam no Estatuto da APAEB quatro tipos de sócios: *Sócios participantes*, que são os trabalhadores dos setores de produção e administração que prestam serviços à entidade como funcionários; *Sócios colaboradores*, aqueles que têm imóveis rurais com área superior a quatro módulos rurais (mais de 200 ha) e se dispuseram a ingressar na entidade com o espírito de colaboração; *Sócios diretores*, sócios efetivos eleitos para direção da associação; e *Sócios efetivos*, pequenos produtores rurais que trabalham como autônomos em terra própria ou não e têm a agropecuária como ocupação principal, além de exercerem diretamente a atividade.



Fonte: Spradley (1980), *apud* Alencar e Gomes (1998, p.14), com adaptações

Figura 3 – Sequência circular da pesquisa.

morando na cidade), além do tempo de associação (mais de 15 anos, de 6 a 15 anos e menos de 5 anos). Por ocasião da escolha dos agricultores, tomou-se como referência o cadastro dos associados, além das informações prestadas pelos diretores e técnicos da APAEB, entre os critérios definidos previamente. Na escolha das comunidades, foram consideradas aquelas distantes entre 5 e 15 km da sede (por questão de custo e disponibilidade de acesso, além do tempo disponível para o trabalho de campo) e que tivessem um número representativo de sócios em cada estrato, considerando-se os três períodos de tempo de associação.

Observando esses critérios, constatou-se que, dos 571 associados da APAEB, 362 residiam no município de Valente, em que destes 34 moravam na cidade e 328 na zona rural. Assim, a base para amostra partiu desta última informação (328 associados).

Na especificação do tamanho da amostra, foi utilizado o programa SAEG (Sistema de Análise Estatística e Genética), considerando-se no cálculo da amostra que seu tamanho planejado (N) fosse coerente com uma margem de erro de 5% e um intervalo de confiança de 95%. De acordo com Richardson (1985,

p. 116-117), “o tamanho da amostra deve alcançar uma determinada proporção mínima, estabelecida estatisticamente” e “nas pesquisas sociais, normalmente trabalha-se com um nível de confiança equivalente a 95% e um erro menor que 6%”. O tamanho da amostra (N) foi obtido pela expressão “partilha” de Newman.

$$N = \frac{K^2 \cdot \left[\frac{Sni \cdot si}{Sni} \right]^2 + K^2 \cdot (n-1) \cdot \left[\frac{Sni \cdot si}{Sni} \right]^2}{E^2 \cdot (n-1) + K^2 \cdot \left[\frac{Sni \cdot si}{Sni} \right]}$$

em que N é o tamanho da amostra calculado, K o nível de confiança estabelecido (95%) em números de desvios (K=2), S o desvio-padrão observado e E o erro de amostragem (5%).

A partir desses cálculos, obteve-se uma amostra de 49 sócios, o que significa que deveriam ser aplicados 49 questionários. No entanto, para lograr maior nível de segurança, foram aplicados 61 deles.

Com uma população de 328 associados estratificados em três segmentos¹³, obtiveram-se estratos de amostra proporcionais ao universo populacional, com um total de 21, 20 e 20 entrevistas no primeiro, segundo e terceiro estratos, respectivamente. O parâmetro utilizado nesse cálculo foi o tempo de associado de cada agricultor.

3.3. Procedimentos e forma de coleta dos dados da pesquisa

No processo de coleta de dados, fez-se uma combinação de variáveis qualitativas e quantitativas para se construir uma visão mais abrangente da realidade. Além disso, baseando-se na abordagem utilizada para o dimensionamento da qualidade de vida e com o intuito de atender à proposta da pesquisa, foi feita uma análise histórica do município de Valente a partir de dados relacionados com o município e de indicadores de melhorias, antes e

¹³ O primeiro segmento referiu-se aos indivíduos associados há mais de 15 anos (114 sócios), o segundo 15 a 6 anos (100 sócios) e o terceiro menos de 5 anos (114 sócios).

depois da implantação da APAEB em Valente, BA. Assim, foram coletados e analisados alguns dados secundários, relacionados com a vida social, econômica e cultural do município, baseados em alguns domínios da vida e na disponibilidade dos dados nos órgãos oficiais, como: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia (SEI), da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), do IBGE e do Relatório Anual da APAEB. Dessa maneira, foi possível determinar quais eram os domínios que haviam obtido melhorias e quais estavam em processo de estagnação ou mesmo de piora em suas condições. Considerou-se importante ressaltar que, na opinião de alguns estudiosos da questão, entre eles Lipshiti (1993), o desenvolvimento local deve-se construir/melhorar a partir das deficiências. É preciso, também, verificar as causas dessa situação, obtidas por meio de análises históricas, para que sejam formulados projetos sociais levando em conta a realidade como um todo, numa perspectiva de baixo para cima, ou seja, de forma endógena e, além disso, como discutido por Amaral Filho (1996)¹⁴, de maneira evolutiva, holística e sistêmica.

A análise relacionada ao município foi complementada fazendo-se uso de outro método, denominado “survey”, quando foram feitas entrevistas, por meio do uso de questionários. Procurou-se, por meio de questões estruturadas e semi-estruturadas, coletar informações sobre as características pessoais e familiares dos agricultores, forma de uso das terras, variações nos níveis de produtividade das explorações agrícolas e pecuárias e formas de produção e comercialização; além dos componentes objetivos e subjetivos da qualidade de vida. Foram aplicadas, também, questões para identificar as modificações na vida dos agricultores com a implantação da APAEB, as transformações ocorridas na comunidade que poderiam estar relacionadas à Associação e, finalmente, as sugestões dos agricultores para a melhoria da entidade.

¹⁴ Na visão de Amaral Filho (1996), para que ocorra o desenvolvimento social sustentável os projetos e ações sociais devem levar em conta os seguintes aspectos: *evolutivo*, que considera as mudanças do padrão de relações como a própria essência da realidade social; *holístico*, que tem como força de análise as relações entre as partes do sistema, no seu todo; *sistêmico*, quando as partes estão interconectadas, podendo ser entendidas tão-somente nos termos da interdependência.

3.4. Operacionalização das variáveis

3.4.1. Variáveis de fontes primárias

As variáveis de fontes primárias envolveram questões tanto objetivas como subjetivas, relacionadas com o perfil pessoal e familiar dos agricultores, assim como as ligadas aos domínios da vida (apresentados na Figura 2), que permitem entender as condições de sustentabilidade dos modos de produção das famílias de pequenos agricultores associados.

➤ Perfil pessoal e familiar dos agricultores

As informações relacionadas com perfil dos agricultores e sua família foram obtidas pelas seguintes variáveis: idade (número de anos), sexo (masculino e feminino), estado civil (casado, solteiro ou divorciado), tempo de moradia e posse do estabelecimento (em anos), condição de posse e uso da terra (proprietário, arrendatário, parceiro ou ocupante), tempo de associado à APAEB (número anos), grau de escolaridade (n^o anos de estudo), acesso à assistência técnica e creditícia fornecido pela APAEB/Estado (por meio de variáveis dicotômicas, sim/não), tamanho da família (número de membros), tipo de família¹⁵ (nuclear, monoparental, extensa ou composta) e número de filhos.

Sustentabilidade técnica/ambiental

No que diz respeito às condições de sustentabilidade técnica/ambiental, procurou-se identificar, pelos discursos e depoimentos dos produtores, técnicos e extensionistas, se haviam ocorrido mudanças nos níveis de produção, no uso da terra, bem como se tinha sido identificado algum tipo de degradação do meio ambiente. Procurou-se, também, identificar algumas variáveis condicionantes dos sistemas agropecuários, especificamente: uso da terra (em termos de hectares

¹⁵ *Família nuclear*: constituída de pai, mãe e filhos; *extensa*: constituída de pai, mãe, filhos e outros membros da família; *monoparental*: constituída de pai ou mãe e filhos; *composta*: constituída de pai, mãe, filhos e agregados não-parentes.

explorados com lavouras, pastagens, matas e áreas não-utilizadas); forma dos sistemas produtivos, que incluem variáveis associadas a tipos de exploração (agrícola, pecuária e outros) e extratos de área (em ha) com a exploração; bem como a forma usual de produção.

Sustentabilidade econômica

A sustentabilidade econômica, dimensionada pela segurança financeira, foi operacionalizada por meio das seguintes variáveis: valor da renda (em reais) pessoal e familiar dos agricultores, disponibilidade de recursos para necessidades urgentes e se existia o recebimento de outras fontes de renda (aposentadoria, pensão, bolsa-escola etc.).

Sustentabilidade social

Do ponto de vista objetivo, a sustentabilidade social foi medida pela qualidade de vida da população, em razão dos domínios da vida (apresentados na Figura 2), representados pelos seguintes itens:

- Educação (escolaridade média da família, em número de anos de estudo).
- Saúde (principais doenças nos últimos três meses e formas de atendimento).
- Opiniões sobre violência e sistema de segurança pessoal.
- Serviços comunitários disponíveis e os serviços utilizados.
- Aspectos habitacionais (condições de construção, número médio de cômodos relacionados com tamanho da família, forma de aquisição da moradia).
- Condição de trabalho (tipo de atividades familiares e número de horas trabalhadas pelo produtor e outras pessoas residentes no domicílio).
- Renda/rendimento percebido pelos produtores e demais membros da família (em reais).
- Relacionamento humano (comunicação com amigos e parentes, divisão das tarefas em casa, presença de áreas de discórdia, recebimento de ajuda).

A qualidade de vida também foi dimensionada subjetivamente por meio do nível de satisfação e importância das seguintes dimensões da vida: família, integração social, saúde, situação financeira, serviço comunitário, segurança, lazer, religião, moradia, trabalho, educação. O grau de satisfação e de importância foi categorizado em quatro níveis: muito insatisfeito, insatisfeito, satisfeito e muito satisfeito, bem como por meio das categorias sem importância, pouco importante, importante e muito importante.

3.4.2. Variáveis de fontes secundárias

Estas variáveis foram obtidas a partir de uma série de dados censitários de órgãos oficiais e de informações documentais relacionados com alguns domínios da vida (educação, saúde, lazer, serviços comunitários, integração social etc.), considerados como condicionantes da qualidade de vida das famílias dos produtores associados.

➤ Variáveis demográficas, econômicas e socioinstitucionais

Estas variáveis corresponderam a:

- Densidade demográfica, em habitantes por km².
- Taxa de crescimento da população residente (em %).
- População residente, em percentagem e por sexo.
- Taxas de urbanização (%) e densidade demográfica (habit. /km²).
- População por zona; faixa de idade da população (em n^o).
- Taxa de mortalidade infantil (%) e expectativa de vida (n^o de anos).
- Destino dos dejetos humanos (se possui fossa séptica ou não).
- Formas de armazenamento e recebimento da água (encanada ou não); distribuição de energia (rede geral ou não).
- Escolaridade média da população de 25 anos e mais, em número de anos.
- Porcentagem da população de 25 anos e mais com menos de quatro anos de estudo.

- Número de estabelecimentos que ministram os ensinos fundamental e médio.
- Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais, em percentagem.
- Percentagem de pessoas com renda insuficiente.
- Número de instituições disponíveis à comunidade para as atividades de entretenimento e descanso.
- Integração social ou existência de grupos comunitários, associações, clubes etc.
- Serviços comunitários, no que se refere à infra-estrutura física disponível (postos de saúde, posto policial, casas comerciais, escolas públicas, centros culturais, hospitais e clínicas) e serviços (telefonía pública, transporte, assistência médica).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo objetivou analisar e discutir a criação da APAEB; a dimensão histórica da realidade municipal, ampliada pelo posicionamento dos entrevistados quanto à influência da APAEB no desenvolvimento municipal/local; e as características e condições do microssistema familiar e produtivo dos agricultores associados, bem como a percepção destes sobre a qualidade de vida e as implicações da APAEB nesse indicador de sustentabilidade.

4.1. Os caminhos para criação da APAEB

No que concerne à criação da APAEB, procuraram-se analisar e discutir os resultados relacionados com os caminhos para a criação dessa entidade, em termos de seu processo de implantação, considerando a conjuntura política brasileira da época, no que se refere aos movimentos sociais, à motivação para a participação dos atores sociais no processo de implantação, assim como a estrutura, funcionamento e forma de atuação da APAEB.

4.1.1. A implantação da APAEB e a participação social e política dos agricultores

A criação e implantação da APAEB, como resumida na introdução deste trabalho, deu-se a partir das dificuldades enfrentadas pelos agricultores durante uma conjuntura em que, na Bahia e no Brasil, era significativo o descaso, por parte dos gestores públicos, para com as demandas sociais.

O momento político daquela época, especificamente na década de 70, era de uma forte ditadura política, estando enraizado na cultura brasileira o predomínio de critérios etnocêntricos por parte das classes dominantes. Tal sentimento autoritário e sectarista permitia fortalecer, ainda mais, a subordinação das pessoas, a disparidade econômica, a miséria e a fome etc., reproduzindo-se a desigualdade nas relações sociais¹⁶.

A deterioração da qualidade de vida, a demanda reprimida de bens e a exploração e expropriação de uma ampla camada de trabalhadores das comunidades rurais foram decisivas para que ocorresse a articulação de uma expressiva quantidade de movimentos sociais não só no campo, mas também na cidade. Explicando, essa mobilização social ocorreu com reação à ditadura, em busca de justiça e igualdade social, quando a sociedade organizada passou a exercer importante papel, como assim relatado por Gohn (1997, p. 303):

... os novos movimentos sociais que emergiram na sociedade civil brasileira, após 1970, à revelia do Estado e contra ele num primeiro momento, configuram novos espaços e formatos de participação e de relações sociais.

Esse fenômeno, que o referido autor chamou de a Era da Participação, proporcionou uma nova configuração à sociedade civil brasileira, que saiu da extrema subordinação ao aparato estatal para uma situação de maior ativismo na conquista de seus direitos. Em consonância com esse processo e diante dos

¹⁶ Mais sobre este assunto, ver Dagnino (1994), que chamou esse processo de *autoritarismo social*, “um sistema de classificações que estabelece diferentes categorias de pessoas, dispostas **hierarquicamente** nos seus respectivos lugares na sociedade”.

obstáculos enfrentados pelos agricultores, iniciou-se na região sisaleira da Bahia, com o apoio do MOC (um movimento de discussões e ações por parte de um grupo basicamente formado por pequenos agricultores), a conscientização dos trabalhadores do campo para participarem da luta para a transformação do cenário negativo, de forma a constituir novos rumos para os agricultores e para toda a comunidade diretamente ligada à terra.

Esse tipo de ação permitiu que cada indivíduo compartilhasse suas experiências com seu grupo e com outras comunidades, possibilitando a autodescoberta enquanto parte de um todo, em um contexto de dificuldades e conflitos. Os dados documentais indicam que, quanto mais intensa era a interação dos atores nesse ambiente, maiores eram as possibilidades de estratégias ou alternativas para a transformação da realidade cotidiana.

A princípio, o que levou a participação dos agricultores foi um problema de natureza concreto, isto é, as dificuldades para comercialização dos produtos, em sua maioria como resultado do excedente de produção para subsistência. Isto ocorria em detrimento dos valores extorsivos do Imposto sobre Circulação de Mercadoria (ICM), que, em vários momentos, corroía quase todo o resultado do que era comercializado pelos agricultores, além do fato de os agentes confiscarem a mercadoria quando um trabalhador não tinha condições de pagar, como comentado por Silva (1993, p. 66):

*Foi nesse processo de intercâmbio de dificuldades e de experiências que aflorou um velho problema vivido pelos camponeses: a perseguição do Fisco Estadual. A lei...estabelecia que nenhuma mercadoria podia circular sem nota fiscal...Pegos pelo fisco estavam obrigados a pagar multas que chegavam a 150% do valor do ICM, **correspondendo a 40% do valor do produto.***

Essa questão estava diretamente ligada às condições de sobrevivência das famílias, uma vez que os produtos, em grande parte, não eram produzidos tendo como principal objetivo a obtenção de lucro. Os agricultores procuravam vender o excedente, nas feiras livres, para que pudessem adquirir outros produtos

industrializados, componentes da cesta básica, necessários ao atendimento das necessidades de existência¹⁷.

Outro obstáculo relacionado à comercialização era o intermediário (atravessador), que, como mostrado por Silva (1993, p. 68), explorava a situação dos produtores e causava-lhes grandes prejuízos:

Diante da ausência de crédito e de condições para armazenamento da produção, os camponeses se sujeitavam... à atuação do intermediário, nas mais variados formas de ação ...negociavam a sua produção antes da colheita, assumindo o compromisso de vender ... ao mesmo comprador...Este tendo o produtor preso a si pelo adiantamento, impunha o preço que lhe convinha.

Como constatado, essas situações mobilizaram os agricultores e despertaram neles o interesse e a necessidade de participação. Esta, nesse momento, é compreendida como uma defesa, uma luta por interesses de um grupo, não apenas para regularização da lei ou para conter os excessos dos agentes fiscalizadores do Estado, mas como uma forma de identificação de problemas e soluções entre os membros da comunidade rural (PINTO, 1987), ou seja, é uma reação às dificuldades e aos desmandos do Estado, no trato com os menos favorecidos.

Entre as soluções iniciais, para o enfrentamento dessas dificuldades pode ser citada a preparação de manifestações públicas na capital do Estado, uma forma utilizada pelos produtores para pressionar o governo, no sentido de conseguir isenção dos impostos sobre o excedente do autoconsumo, num período em que o medo de retaliações ainda era muito forte. Isso pode ser comprovado pela fala de um agricultor, citado por Silva (1993, p. 67):

foi muito difícil porque o medo era grande, corria boatos de que ia ser todo mundo preso. Muita gente tinha medo. Mas de pouco a pouco o pessoal foi tomando coragem.

¹⁷ Segundo Aldefer (1969), as necessidades humanas que são hierarquizadas pelas pessoas/famílias podem ser categorizadas em: *existenciais*, que estão associadas às exigências físicas e básicas para o desenvolvimento humano; de relacionamento; e de autocrescimento.

Em meio a essa mobilização e, ainda, sem resposta concreta por parte do governo (na época Antonio Carlos Magalhães), surgiu a idéia de formar uma associação para ajuda na compra e venda de produtos. Porém, logo se percebeu o poder da entidade, que tomou novos rumos, adquirindo a conotação de uma organização sociopolítica, de pequenos agricultores, capaz de resolver muitos outros problemas por eles manifestados. É possível inferir que essa ação possibilitou o fortalecimento da participação política dos agricultores, como atores principais no enfrentamento das condições adversas.

Com a implantação da Associação, foram tomadas outras iniciativas para mudar, inclusive, o estímulo à inclusão de novos grupos locais para assumir o comando das decisões, a partir de uma real conscientização de cidadania, sentindo-se que eram capazes de criar alternativas concretas diante dos problemas e para suprir suas necessidades.

Após as primeiras ações, que culminaram com a criação da APAEB, várias outras atividades e projetos foram elaborados, conferindo maior visibilidade à Associação e conquistando maior confiança tanto dos agricultores quanto da sociedade local. Esta última, nos primeiros momentos, demonstrou desconfiança e apatia ao movimento dos agricultores, como descrito nos depoimentos a seguir:

A gente no início não pensava que isto ia acontecer, este sonho que a gente sonhava, fosse chegar aonde chegou, onde a gente está vendo a realidade, aquilo que a gente sonhava no passado e que hoje está acontecendo... No início da nossa história, o poder público, os maiores, não acreditavam, pensavam que isso era brincado de menino e que ia acabar logo, mas graças a Deus isso foi a sério... Hoje você faz uma entrevista com qualquer produtor aí do campo e todos vão dizer que a APAEB é muito interessante no município. (Dados da pesquisa, 2002 – Agricultor).

... já passamos por várias fases. Uma fase que praticamente a comunidade ignorava a APAEB. Em outra fase a APAEB começa a incomodar, com sua postura e a comunidade começa a se dividir. A APAEB é hoje uma força econômica e política no município, então aquelas pessoas mais independentes, que pensam de forma mais livre brigam e

defendem a APAEB. (Dados da pesquisa, 2002 – Direção Executiva).

Assim, é possível notar, por esses depoimentos, que o processo inicial de formação da APAEB foi bastante difícil e proporcionou angústias para os agricultores e lideranças, uma vez que não tinham apoio e credibilidade da sociedade. Além disso, havia, principalmente por parte das oligarquias rurais e alguns comerciantes, que dominavam e ainda têm poder sobre a política local, a oposição ao sucesso do movimento. As forças políticas demonstravam desconfiança, porque viam no Projeto APAEB uma ameaça ao poder que exerciam e, por isso, colocavam todo tipo de empecilho.

É por essa razão que a motivação para participação estava centrada principalmente na solução dos problemas enfrentados, além do que havia a confiança nas organizações envolvidas, que deram suporte, como a Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que tinham grande influência sobre os agricultores e na própria formação do MOC. Os missionários proporcionaram conforto espiritual, através dos cultos (denominados “Círculos Bíblicos”), e incentivaram a participação através da conscientização popular. Em plena ditadura militar, os padres católicos procuravam discutir não apenas os problemas enfrentados pelo pessoal do campo, criando ações como mutirões, alternativas de manejo do solo etc.; mas, também, refletiam sobre a realidade social, econômica e política, por meio de reuniões clandestinas, formando a consciência de grupo e criando uma identidade política¹⁸, base para as reivindicações ao poder público e para a criação da APAEB. Bordenave (1983) chamou esse processo de participação provocada, uma vez que agentes externos contribuem para que outros, através de esclarecimentos, realizem seus objetivos previamente estabelecidos.

¹⁸ Sobre este assunto, ver Sherer-Warren e Kriskche (1987), *apud* Ricc (2002), que estudou a emergência dos novos movimentos sociais dos anos 70. “A identidade política em formação,... se alimenta daqueles elementos que constituíam a sociabilidade comunitária, base da Teologia da Libertação: ausência de autoridade discriminada e de hierarquia de definições, relações afetivas e contraprestação de serviços na comunidade. Elementos que valorizam a participação ampliada da base, via instalação de mecanismos de democracia direta...discurso elaborado pela igreja católica e realizado pelas CEBs.”

A credibilidade que os agricultores depositavam nos missionários e no MOC favoreceu o fortalecimento de sua autoconfiança para mudar. No entanto, isso foi conseguido mediante ações educativas, voltadas para despertar a interação entre os atores sociais e sua realidade, conscientizando-os para a necessidade de romper as amarras da subordinação e da exclusão e valorizando a atuação coletiva em todos os momentos do processo.

Verificou-se, com isso, que o vigor da participação está principalmente entre aqueles que possuem mais informação e clareza sobre sua história. Isso ocorre pelo processo educativo de participação, definido por Souza (1994, p. 84), *apud* Caliari (2002, p. 103), como “o processo que se expressa através da conscientização, organização e capacitação contínua e crescente da população ante sua realidade concreta”, desenvolvendo-se a partir do confronto com essa realidade, com vistas a alcançar melhorias sociais e estimular o desenvolvimento local.

Mesmo cercado daquele ambiente hostil, a APAEB surge como uma organização social autônoma, que atua não só na proteção dos interesses específicos dos associados – objetivo observado ao longo de todo o processo de implantação da associação –, mas também em muitos outros aspectos, demonstrando a ampliação de suas ações. Constatou-se, por exemplo, uma preocupação com os interesses da sociedade local, no contexto de uma lógica de desenvolvimento local sustentável. Isso permitiu fortalecer a participação política da sociedade, alimentada por sentimentos de transformação, que incentivaram a construção de diversos espaços de diálogo entre vários atores e o Estado. Entretanto, também possibilitou dar nova definição à participação como uma prática de cidadania ativa, na qual o indivíduo, integrado à sua comunidade, busca reconstruir o tecido social e recuperar ou conquistar, de forma individual ou coletiva, a liberdade de escolha e novas formas de relação entre o Estado e a sociedade. Tais fatores podem ter possibilitado o desenvolvimento e estruturação da APAEB.

No que se refere àqueles espaços de diálogos para a prática da cidadania, o município de Valente destacou-se por possuir grande número de associações,

cuja maioria (de pequenos produtores e trabalhadores sem-terra) se encontra no meio rural, existindo cerca de 50 delas. Algumas associações foram criadas por estímulo de órgãos do Estado, como a Companhia de Ação Regional (CAR) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), apenas para receber financiamento para desenvolver projetos. No entanto, a maior parte das associações tem surgido por estímulo e articulação do MOC, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e da APAEB, funcionando de forma mais capacitada e independente. Além dessas associações, o município contava com o Fórum da Cidadania, que reúne diversas entidades para discutirem os problemas locais e fiscalizarem as ações dos gestores públicos.

É importante, inclusive, chamar a atenção para o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (com muitas lideranças ligadas à APAEB), que tem se fortalecido e realizado diversas atividades de capacitação, educação e discussão dos problemas particularmente enfrentados pelas mulheres. Esse movimento adquiriu importância pelo ambiente vivenciado pela mulher, isto é, em uma região de forte tradição patriarcal, onde vem se reproduzindo, há séculos, a cultura de subordinação feminina, que sofre a superexploração nas múltiplas jornadas de trabalho, conciliando diversas tarefas, sem qualquer reconhecimento. É possível observar que a mulher, além de atuar nas atividades da casa (cozinha, filhos, limpeza, cuidados de animais de pequeno porte), realiza tarefas na lavoura (capina e colheita). Tais atividades executadas pela mulher são tidas como de “ajuda”, não como trabalho, excluindo-se qualquer remuneração ou mesmo o reconhecimento pelo grupo familiar de sua contribuição para a melhoria das condições da reprodução familiar, o que reduz, em muitos casos, a auto-estima dessa mulher, que não tem noção do grau de submissão em que se encontra.

O que se tem percebido, contudo, é que o movimento de mulheres tem conseguido romper a condição de receptoras passivas, levando para o espaço público discussões antes vistas como inferiorizadas e encaradas como de competência doméstica. Com isso, as lutas enfrentadas pelas mulheres passaram a ser mais reconhecidas, conquistando mais respeito e, assim, muitas reivindicações foram aceitas e concretizadas – por exemplo o reconhecimento do

trabalho da mulher na zona rural, o gerenciamento dos alimentos nos períodos de seca (quando são maiores a escassez e a fome), o acesso a médicos, a educação dos filhos etc. –, tudo isso comprovado no depoimento a seguir:

Antigamente os produtores e produtoras não se manifestavam na questão de procurar seus direitos diante do poder público, hoje já se faz abaixo assinado, tem uma comunidade que as mulheres fizeram, exigiram da prefeitura que todas as quartas-feiras tivessem uma médica... realmente tá lutando e tão tendo força e uma coisa que depois da associação o povo se uniu mais, antes era cada quem por si, mas depois da associação viram que através da associação, da união, da força, conseguia mais coisa. (Dados da pesquisa, 2002 – Técnico da APAEB).

Outro dado importante da pesquisa é o crescimento da participação de mulheres nas diversas associações e, mais especificamente, na APAEB. Ao longo do tempo, tem-se notado que o número de mulheres vem crescendo bastante, assumindo posições de destaque nas diretorias, na presidência do Fórum da Cidadania e no STR, já tendo sido criada, inclusive, uma secretaria específica para coordenar um forte grupo de mulheres.

Pode-se falar, assim, em participação cidadã, em que a sociedade, fortalecida e organizada em associações, começa a redefinir tanto seu papel quanto o do Estado. O desejo atual dos agricultores é que seja estabelecida uma relação mais estreita, com regras bem-definidas para evitar o corporativismo, para que haja responsabilidade política e transparência nas decisões, bem como debate das reivindicações dos diferentes grupos sociais em espaços públicos; além disso, que as ações combinem mecanismos institucionais e sociais, valorizando a experiência popular.

A APAEB tem conseguido, com sua forma de atuação e suas conquistas, mudar a mentalidade dos associados e da população, contribuindo para a construção da participação cidadã. Isso fica evidente nos depoimentos do corpo de representantes da APAEB:

Para mim está muito claro que não se faz desenvolvimento sustentável apenas com ação da APAEB é preciso que os órgãos competentes, os poderes públicos também façam sua parte... hoje você vê as pessoas mais preocupadas, se mobilizando, participando, achando que é possível e já exigindo muita coisa do poder público que antes não exigia. (Dados da pesquisa, 2002 – Direção Executiva).

A APAEB está aqui há 22 anos,... hoje está numa dimensão enorme e mesmo assim, nem a EBDA, nem a própria Prefeitura elas nunca tomaram, eu diria, vergonha, para pegar o exemplo da APAEB e ajudar a fazer esse trabalho, porque ... tem muitas pessoas carentes, que é também um dever da EBDA e da Prefeitura está fazendo esse trabalho, ...a gente tem o testemunho de antes e hoje, portanto pra mim a APAEB representa muita coisa mesmo, porque transformou a qualidade de vida, está transformando a concepção das pessoas com seus trabalhos de treinamento, capacitação, enfim isso para mim é um trabalho interessante da APAEB. (Dados da pesquisa, 2002 – Direção da APAEB).

Nesses relatos, podem-se evidenciar o amadurecimento e a responsabilidade dos agricultores, que sempre estiveram à margem das decisões políticas do poder público. Percebe-se, também, que esse amadurecimento surgiu com as próprias experiências, os desafios e a partilha de sucessos e insucessos, fazendo com que sintam que os gestores públicos municipais deveriam se conscientizar de que, somente por meio de uma gestão democrática, responsável e participativa, poderiam ser alcançados melhores resultados para a população local. Entretanto falta, como relatou Schneider (1999), uma educação para a cidadania, com mecanismos e processos de participação e controle por parte da sociedade como um todo. Permanece, assim, a mentalidade arcaica das oligarquias que estão no poder, com uma forte resistência à participação cidadã da população.

Em síntese, a análise dos fatos históricos e dos discursos dos associados da APAEB deixa bastante evidente a exploração e a submissão sofrida pela população do semi-árido. No entanto, já existe uma consciência, derivada da própria atuação da Associação, de que os problemas concretos da vida da população devem ser refletidos não de forma isolada, mas em parceria com as

pessoas envolvidas, de forma que a sociedade assumira uma co-responsabilidade nos assuntos da comunidade, trabalhando de forma consciente e voluntária em conjunto com os dirigentes municipais por ela eleitos. Nesse caso, a participação cidadã é um instrumento viável de fortalecimento da sociedade civil, embasada na cidadania ativa, que exige tempo de maturação e contínua reflexão das experiências positivas e negativas, perpassadas pelos atores envolvidos.

4.1.2. Caracterização da APAEB

Após sua fundação, em 1980, a APAEB é definida como uma associação sem fins lucrativos, visando promover a organização de trabalhadores, o desenvolvimento e as condições dignas de vida do homem no campo.

Inicialmente, a APAEB organizou-se em cinco municípios (Serrinha, Feira de Santana, Ichu, Valente e Araci). Entretanto, com o desenvolvimento de suas atividades, através de programas de armazenamento, casa de farinha e a experiência da Batedeira Comunitária de Sisal¹⁹, mais outros municípios foram incorporados.

A APAEB, em sua etapa inicial, era de certa forma centralizada, possuindo um conselho administrativo e uma coordenação executiva, eleita por diretores municipais, que traçavam as ações da APAEB. Com o passar dos anos, os municípios necessitaram de uma certa autonomia nas atividades, o que acarretou, em 1986, a mudança do estatuto, com condições para a municipalização. Em 2 de julho, foi desmembrada e fundada a APAEB – Valente, com estatuto próprio, funcionando na zona urbana do município.

As finalidades da APAEB – Valente, a partir dessa data e em razão dos acordos estabelecidos no estatuto, podem ser descritas nos seguintes pontos:

- Promover o desenvolvimento social e econômico sustentável da região sisaleira, buscando elevar a qualidade de vida de sua população.

¹⁹ Nome dado às usinas de beneficiamento de sisal para retirar os resíduos e fazer o enfardamento da fibra para comercialização. Teve o apoio financeiro da cooperação internacional: Agência Católica Holandesa de Cooperação Internacional e da Inter-American Foundation do Estados Unidos.

- Desenvolver atividades culturais, educacionais e de promoção social, estimulando a cooperação, auto-ajuda e a solidariedade entre seus associados.
- Viabilizar o beneficiamento, o armazenamento, a industrialização e a comercialização dos produtos oriundos dos pequenos produtores rurais, assim como o fornecimento de outros bens básicos consumidos por eles.
- Desenvolver atividades e projetos de assistência social, técnica e econômico-financeira que venham a contribuir para a elevação do padrão socioeconômico dos seus associados.
- Contribuir para a formação da consciência crítica e da organização comunitária, para que tenha maiores possibilidades de interferir no processo político-social local e geral.
- Defender os direitos humanos e dos trabalhadores em toda a sua plenitude.
- Defender o meio ambiente com adoção de medidas que garantam a preservação do ecossistema.
- Representar os seus associados na defesa de seus interesses e direitos.

As finalidades, anteriormente descritas, consistem basicamente em proporcionar à APAEB condições para colaborar e apoiar as famílias dos agricultores associados, para que suas dificuldades sejam amenizadas, possibilitando melhoria nas condições de trabalho e oportunidades para o aumento da renda familiar; oferecendo meios para o incremento das oportunidades, para o aumento das atividades agrícolas e não-agrícolas, por meio do fornecimento de crédito, através de parcerias e da COOPERE²⁰ (cooperativa de crédito criada pela APAEB). Além disso, é notável a preocupação da APAEB para com o desenvolvimento agropecuário e os demais setores, em razão de seu objetivo em promover o desenvolvimento sustentável local regional, por meio da preservação do meio ambiente.

²⁰ A COOPERE, criada para fornecer crédito aos pequenos produtores, foi fruto de uma experiência chamada “Poupança APAEB”, em que os agricultores depositavam pequenas economias, administradas numa conta pela Associação, viabilizando as primeiras experiências de comercialização, as quais serviam de capital de giro.

A composição administrativa da APAEB está distribuída da seguinte forma: Conselho Administrativo (eleito pelos associados) constituído de 11 membros, que escolhem entre eles a Diretoria Executiva (6 pessoas), que nomeia o diretor-executivo para exercer funções técnico-administrativas. Existe, ainda, um Conselho Fiscal (6 membros, sendo 3 suplentes), responsável pela fiscalização dos atos da Diretoria Executiva e emissão de parecer sobre os balanços financeiros da entidade.

Além da administração, a APAEB conta, também, com departamentos, compostos por técnicos e profissionais qualificados em diversas áreas, que são responsáveis por atividades de assistência ao associado e pelo desenvolvimento da entidade. Esses departamentos eram divididos da seguinte forma:

- Departamento Educativo – Responsável pela organização, participação, capacitação, conscientização, questões culturais, associativismo, reivindicação por políticas públicas e relacionamento com outros movimentos populares.
- Departamento Agropecuário – Tem a função de ajudar os pequenos produtores a transformar suas unidades familiares em unidades produtivas viáveis economicamente, ou seja, fazer os produtores rurais compreenderem a necessidade de redimensionar suas unidades de produção e se capacitarem para conduzir o processo produtivo dentro da perspectiva de convivência com o semi-árido.
- Departamento Comercial – Responsável pelas atividades desenvolvidas na indústria, que tem como objetivos valorizar a fibra do sisal, gerar empregos para a permanência das pessoas na região e, ao mesmo tempo, contribuir para que a APAEB possa se tornar independente financeiramente.

Recentemente, após um amplo processo de avaliação, com a atuação de consultores externos, essa estrutura foi reformulada, e os quatros departamentos se transformaram em apenas dois: Comercial/Industrial e de Desenvolvimento Comunitário, que envolveram aspectos relacionados com os antigos departamentos, o Educativo e o Agropecuário.

Desde o início de seu funcionamento, os diretores da APAEB procuraram agir de maneira bastante profissional e democrática, na forma de conduzir a Associação. No entanto, nos primeiros momentos enfrentaram muitas dificuldades por não disporem de pessoas com conhecimento nas áreas de gerenciamento e administração. Mas esse problema foi resolvido através de assessoria, consultoria e capacitação constante dos membros. Assim, particularmente, foi alcançada a eficiência no processo, o que foi conseguido principalmente pela participação de todos nas discussões e pela transparência, sobretudo, das finanças, proporcionando a confiança dos membros e das entidades parceiras.

4.1.3. Atividades e projetos desenvolvidos pela APAEB

Dentro das finalidades estabelecidas, a APAEB tem realizado, também, atividades e projetos para alcançar seus objetivos de desenvolvimento regional e melhoria das condições de vida de seu público-alvo, o que pode demonstrar a dimensão e importância da entidade, destacando-se:

- Capacitação em Associativismo – Cursos para os associados e diretores de associações da região, que visam à compreensão dos objetivos coletivos das entidades; buscando-se, assim, mostrar a importância da autonomia e da independência contra a política clientelista e de troca de favores, comum numa região de alto nível de pobreza e baixa escolaridade.
- Acompanhamento e Incentivo aos Mutirões – Organização de grupos de pessoas para trabalharem (na capina de roça, conserto de cerca, escavação de tanque etc.) na propriedade de outros membros, sempre motivados por manifestação de cultura (música e ritmos próprios).
- Oficinas de Remédios Naturais – Incentivo ao uso de ervas naturais existentes na região.
- Oficinas sobre gênero – Atividades para proporcionar maior conhecimento à mulher sobre seu próprio corpo, como também para discutir as relações entre homens, mulheres e a sociedade.

- Incentivo à Participação de Lideranças Comunitárias em Diversos Conselhos – que envolve tanto a participação como a fiscalização das atividades, desenvolvidas por órgãos do poder público, por exemplo as decisões relativas ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; a participação em sessões da câmara municipal, quando são discutidas e tomadas decisões de interesse local etc.
- Criação de Rádio Comunitária – Que busca transmitir informações importantes sobre valorização humanística e solidariedade, preservação do meio ambiente, convivência com a seca e denúncia da ineficiência dos serviços públicos, além das principais reivindicações das comunidades, entre outras.
- Escola Família Agrícola (EFA) – Com a finalidade de despertar o interesse dos filhos dos pequenos agricultores pelas atividades rurais, demonstrando a viabilidade da pequena produção, através de tecnologias apropriadas e adaptáveis à realidade local, a EFA (com turmas de 5^a a 7^a série do Ensino Fundamental) foi criada para proporcionar um ensino alternativo e de qualidade. Adota uma *metodologia da alternância*, em que os estudantes passam uma semana na escola, em regime de internato, e uma semana com a família, aplicando os conhecimentos práticos e teóricos que adquiriram. Além das disciplinas convencionais (Português, Matemática, História, Geografia etc.), são oferecidas outras mais adequadas à realidade vivenciadas pelos filhos dos agricultores, sendo ministradas para atender à proposta da escola: Técnica Agropecuária, Economia Doméstica, Noções de Economia Rural, Movimento Social etc. Também, são repassadas experiências importantes para quem vive no campo, por exemplo: apicultura, caprinocultura, ovinocultura, piscicultura, horticultura etc.
- Capacitação para Convivência com o Semi-árido – Visa proporcionar ao agricultor conhecimento de métodos alternativos para o trabalho no semi-árido, visando quebrar a resistência e, ao mesmo tempo, mostrar que muitas medidas tradicionais, como queimada de material orgânico, degradam o meio ambiente.
- Sistema de Energia Solar – Proporciona um mínimo de conforto aos agricultores, numa região em que apenas 10% da população rural possui energia convencional. Além disso, a energia solar proporciona grandes benefícios, não

poluindo o meio ambiente, como o candeeiro que utiliza diesel, além de ser empregada na eletrificação de cercas para criação de caprinos e ovinos.

➤ Posto de Vendas – Uma das primeiras ações da APAEB foi a criação, em 1981, do posto de vendas, que é hoje um grande supermercado que oferece aos associados e à população produtos de primeira necessidade e industrializados, a custos mais acessíveis, atuando como um regulador de preços e como uma forma de escoamento da produção dos pequenos agricultores. O posto de vendas não tem fim lucrativo, e os associados têm a possibilidade de comprar a prazo, além de possuírem uma demanda garantida para seus produtos (carne, feijão, farinha etc.).

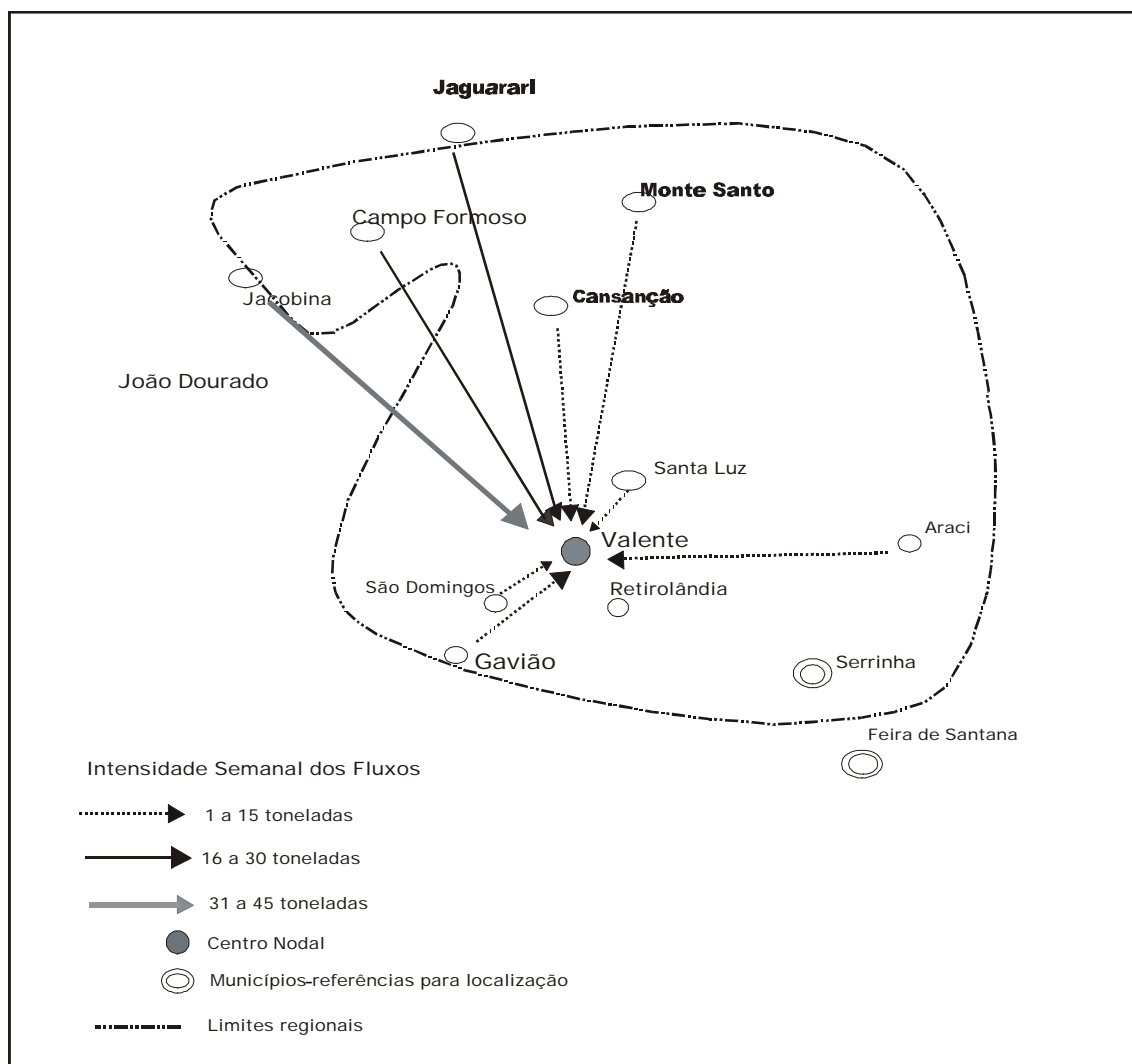
➤ Projeto Cisterna – Sendo a região muito seca, a APAEB tem incentivado a construção de reservatórios (cisternas) de água, em parceria com as comunidades e outras instituições. O custo fica em torno de R\$400,00, financiado pelo Fundo Rotativo²¹ e pago pelos associados, em parcelas de R\$10,00 mensais.

➤ Fábrica de Tapetes e Carpetes – Foi criada com o objetivo central de valorizar a fibra do sisal, gerar emprego e manter o homem na região; além disso, colaborar na regulação dos preços e ajudar a APAEB a se tornar independente financeiramente, nas suas atividades educativas e sociais.

Todas essas atividades têm proporcionado também a (re)organização do espaço²², com alterações em toda a sua base produtiva regional, mantendo o sisal como carro-chefe, visando à agregação de valores, por meio da industrialização. É possível afirmar que houve uma dinamização dos fluxos do sisal *in natura*, em que a cidade de Valente se coloca como principal receptor do produto, para beneficiamento e industrialização, em toda a região (Figura 4).

²¹ Fundo Rotativo – Criado na década de 80 como estratégia de crédito para suprir a ausência do sistema convencional, que não emprestava ao pequeno produtor ou tinha juros altos e era destinado à reestruturação das pequenas propriedades, com prazo de até sete anos, corrigido com base no equivalente produto da carne caprina.

²²O espaço é um produto do trabalho humano; logo, histórico e social, e por isso mesmo é uma vertente analítica a partir da qual se pode fazer a leitura do conjunto da sociedade (FANNI, 1995, p. 39, *apud* SANTOS 2002), que pode esclarecer mais sobre o assunto.



Fonte: Santos (2002, p.26), com adaptações

Figura 4 – Fluxos do sisal “in natura” nos municípios baianos.

Dessa forma, é possível perceber os processos que giram em torno da cultura do sisal, que tem gerado emprego, ocupando muita mão-de-obra no município e na região. Desde que a APAEB foi instalada em Valente, tal atividade tem evoluído, criando diversas outras que possibilitaram agregação de valor. Outra estratégia eficaz foi a construção da fábrica de tapetes e carpetes de sisal, que fechou o ciclo da agroindústria (do plantio à comercialização), contribuindo para a elevação do nível de emprego, tornando a APAEB mais autônoma e sustentável.

4.2. Análise histórica da realidade municipal e percepção dos associados e líderes da comunidade sobre a influência da APAEB no desenvolvimento local

Para melhor compreender a atuação da APAEB sobre o desenvolvimento local, procurou-se considerar a dinâmica municipal, descrevendo e caracterizando alguns indicadores sociodemográficos e econômicos do município de Valente, bem como suas prováveis modificações, que podem ter sido derivadas por meio da influência desta Associação. Contudo, para examinar se, concretamente, APAEB teve alguma implicação no desenvolvimento local, procurou-se identificar qual era a percepção que as famílias associadas e membros da comunidade²³ tinham sobre as possíveis alterações que a Associação havia proporcionado à qualidade de vida da população local. É importante chamar a atenção para análise comparativa dos períodos utilizados, que estiveram condicionados à disponibilidade dos dados de órgãos oficiais. Assim, foram utilizados, em alguns momentos, dados disponíveis de dois períodos e, em outros, de três. Considera-se que tal procedimento não compromete o trabalho e possibilita visualizar onde ocorreram as principais transformações e onde não ocorreram.

²³ São as lideranças socioinstitucionais, ou representantes de órgãos públicos e privados que contribuíram com depoimentos.

4.2.1. Análise histórica das variáveis sociodemográficas e econômicas do município

Os dados referentes aos aspectos demográficos do Censo 2000, apresentados no Quadro 1, indicam que os habitantes de Valente estão distribuídos, praticamente, na mesma proporção entre as áreas rural (50,32%) e urbana (49,68%). No entanto, nem sempre a população esteve distribuída dessa maneira. De acordo com dados da CEI (1994), a população, em 1970, era de aproximadamente 16.993 pessoas, com densidade demográfica de 31 habitantes por km², estando 79,32% dessa população residente na área rural. Em 1980, a população total elevou-se para 21.790, com um percentual rural um pouco inferior (77,24%). Em 1991, eram 17.800 habitantes, estando mais da metade desse percentual na área rural, equivalente a 63,99%. Observou-se que houve variação na população total desses períodos, ressaltando-se que, em 1991, ocorreu uma acentuada queda, que pode ser explicada pelo desmembramento que sofreu, em 1989, o município de Valente, em função da criação do município de São Domingos.

Quadro 1 – Distribuição da população do município de Valente, por período e zona (urbana e rural) – 1970 a 2000

Ano	Total	Densidade	Urbano		Rural	
	(nº)	Demográfica (hab./km ²)	(nº)	(%)	(nº)	(%)
1970 (1)	16.993	31,12	3.515	20,68	13.478	79,32
1980 (1)	21.790	39,91	4.967	22,79	16.823	77,21
1991 (1)	17.800	32,60	6.410	36,01	11.390	63,99
2000 (2)	19.145	51,40	9.511	49,68	9.634	50,32

Fonte: (1) CEI – Informações básicas dos municípios baianos, 1994 (1970-1991).
(2) IBGE: Censo Demográfico 2000 (2000).

Observando ainda o Quadro 1, pode-se destacar que, além da tendência ao aumento da população total, têm sido verificado crescimento da população urbana e redução da rural. Mesmo que o estudo não tenha pretensão de abordar as dinâmicas de migração da população, é possível, tomando por base o referencial histórico adotado, fazer algumas inferências a respeito. O crescimento da população total, desde a década de 70, pode estar ligado à saúde e ao controle de doenças, que se refletem diretamente nos índices de natalidade e mortalidade do município. Já a redução da população rural está relacionada com o empobrecimento e a falta de incentivos para o desenvolvimento do meio rural; além disso, a perspectiva de oportunidades de crescimento econômico, nas áreas urbanas de cidades maiores ou grandes centros, incentivou o movimento migratório da população do campo para a cidade. Essa situação tem se reproduzido em toda a região nordeste da Bahia, o que pode ser evidenciado pela taxa de crescimento populacional, que tem se tornado menor, como revelam os dados estatísticos. Ou seja, na década de 70/80, a taxa foi de 4,29%, enquanto na década seguinte essa taxa foi de 4,28 e, no período de 91/96, de 2,8% (CAR, 1999). Tal fato reforça a hipótese de que a economia regional não tem criado condições suficientes de trabalho e de renda necessária para reter a população rural no campo, provocando a emigração para outras cidades.

Sobre a evolução da densidade demográfica, é importante destacar que houve crescimento do número de habitantes por quilômetro quadrado, embora esse crescimento não tenha modificado a característica rural do município. Essa variável, segundo estudos recentes de Veiga (2002), seria o “melhor” indicador para definir um município como rural ou urbano. Ele considerou como rural os municípios de pequeno porte, que possuem até 50 mil habitantes e menos de 80 hab./km². Para o referido autor, as modificações ecossistêmicas são resultantes das atividades humanas, alegando que, quanto mais áreas de natureza intocada ou sem grandes intervenções existam, maior seria o grau de ruralização do território (como é o caso de Valente, BA). Nesse contexto, conforme Veiga (2002, p. 36):

o que importa é entender que o futuro dessas populações rurais dependerá cada vez mais de articulações intermunicipais capazes de diagnosticar as vocações do local, território (...) para a promoção e articulação (...) de um programa especialmente voltado ao desenvolvimento sustentável do Brasil rural.

Com isso, percebe-se que as categorias utilizadas para definir uma cidade como rural, nos dias de hoje, levam a divergências, porque não permitem dimensionar a realidade em termos do desenvolvimento de ações públicas (federal, estatal e municipal), voltadas para a realidade local ou territorial. Ao analisar as ações locais da APAEB, de natureza rural, que podem ter proporcionado modificações positivas na estrutura do município de Valente, notou-se uma convergência entre a prática e a teoria defendida por Veiga; possibilitando inferir que há necessidade de discutir a tendência de urbanização brasileira e as implicações das políticas de desenvolvimento que são adotadas nas cidades.

Quanto à pirâmide etária do município de Valente, pode-se dizer, conforme dados do Quadro 2, que não ocorreu grande variação nas proporções das faixas etárias. De certa forma, constatou-se um predomínio da população jovem, embora apresentando reduções gradativas (46,67%, 45,61% e 39,07%), na faixa etária de 0 a 14 anos de idade, nos anos de 70, 80 e 96. No entanto, houve um aumento da população de idosos, que é um fenômeno observado, também, em outras regiões do Brasil, que está caminhando para se tornar um país de idosos, em função de estar ocorrendo uma inversão da Pirâmide Etária Populacional, pois estão nascendo mais pessoas e a expectativa de vida está aumentando (alcançando, em média, 70 anos). Isso remete para a necessidade de uma reflexão sobre as condições de vida dessa categoria, já que a cidade e o próprio país não estão estruturados e, também, não existem políticas públicas voltadas para o atendimento das demandas dos idosos, que lhes proporcionem bem-estar e uma melhor qualidade de vida.

Quadro 2 – Composição da população do município de Valente, por grupos de idade – 1970 – 1996

Faixa Etária	Anos					
	1970		1980		1996	
	(n ^o)	%	(n ^o)	%	(n ^o)	%
0-14	8.096	47,67	9.939	45,61	6.954	39,07
15-24	3.268	19,21	4.190	19,23	3.842	21,58
25-59	4.867	28,64	6.369	29,23	5.663	31,81
60 acima	762	4,47	1.292	5,93	1.341	7,54
Total	16.993	100,00	21.790	100,00	17.800	100,00

Fonte: CEI – Informações Básicas dos Municípios Baianos (1994).

Outro dado importante dessa distribuição da população é o aumento de jovens em idade ativa. Essa elevação traz preocupações, porque o município não apresenta capacidade de absorver todas essas pessoas (mesmo com as atividades da associação) e, no caso dos jovens do meio rural, estes se encontram ainda mais vulneráveis, por não terem sido contemplados com políticas de incentivo ao trabalho no campo e porque muitos alimentam o sonho de ter uma vida melhor nos grandes centros urbanos, que se encontram, entretanto, com o mercado de trabalho saturado.

Quanto à distribuição da população por sexo, os dados indicam a manutenção de um percentual basicamente equitativo, ou seja, em torno de 50%, tanto para homens quanto para mulheres, com variação pequena ao longo do tempo. Tal realidade condiz com os dados nacionais, quando o IBGE (1996) registrou, em sua contagem populacional, percentuais de 50,5% e 50,7% de homens e mulheres, respectivamente.

No que se refere às questões de saúde, mais especificamente sobre o número de estabelecimentos, verificou-se um importante aumento de 1970 a 2000. Naquele ano foi registrado apenas um estabelecimento (SEI, 1972), enquanto em 2000 existiam 16 (SEI, 2003), demonstrando um avanço quantitativo no sistema de saúde municipal. É importante registrar a importância dos movimentos sociais nessa conquista, uma vez que, em vários momentos,

ocorreram reivindicações e manifestações por parte de agricultores e agricultoras (movimento de mulheres) na prefeitura local, para que fossem implantados postos de saúde e houvesse médicos especializados, como ginecologistas, para atender às necessidades da população.

No que diz respeito à expectativa de vida no município, houve um aumento, passando de 47,55 anos para 56,70 anos, entre 1970 e 2001 (PNUD, 2003). Isso, provavelmente, é resultado da disponibilidade dos novos medicamentos no controle de doenças e do melhoramento da alimentação. Outro indicador positivo do PNUD, nesse mesmo período, foi a diminuição da mortalidade infantil de 161,85 óbitos por 1.000 nascidos vivos para 87,55. Tal fato reflete os resultados das campanhas de combate à mortalidade, primeiro da vacinação e do acompanhamento pré-natal, proporcionados pelo trabalho conjunto dos governos federal, estadual e municipal, orientados por organismos internacionais e ONGS, em que a APAEB entra como agente ativo, por meio da conscientização de seus associados.

Com relação ao número de estabelecimentos de ensino, as informações oficiais registraram uma diminuição no ano de 2001, comparativamente aos outros anos (Quadro 3). Esse indicador de educação é essencial para o desenvolvimento do município, principalmente quando existe na população uma concentração de pessoas com menor faixa etária. Vodonis et al. (2002) mostraram a relação do espaço educacional de um país, relatando o seguinte: quanto menor o índice educacional em termos de analfabetismo, evasão escolar e precariedade do nível e qualidade do ensino, maiores os índices de pobreza e exclusão social e, além disso, mais intensa deve ser a manipulação pela elite dominante. Esses autores mostraram, ainda, que o Brasil apresenta números elevados de analfabetismo absolutos (em torno de 60 milhões de indivíduos sabem ler e escrever, mas não são capazes de interpretar), ressaltando a problemática do subdesenvolvimento e do desenvolvimento humano. Tal situação fez com que o governo aprovasse a Lei nº 10.172, de 09/01/2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), em que cada governante se compromete, ao longo de 10 anos, com a democratização educacional, visando à

Quadro 3 – Evolução do número de estabelecimentos de ensino no município de Valente, BA – 1970 a 2001

Grupos de População	Nº de Estabelecimentos de Ensino		
	1970	1990	2001
Pré-Escolar	40	58	25
Fundamental	1	66	49
Médio	1	2	4

Fonte: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (1972, 1997 e 2001).

elevação do nível de escolaridade da população, e a melhoria de sua qualidade, de tal forma que, até 2015, todas as crianças tenham acesso à educação primária, gratuita, obrigatória e de boa qualidade, por meio da integração dos esforços entre União, estados, municípios, organizações não-governamentais e a sociedade civil (SANTOS, 2002).

Essa legislação legal também deverá refletir sobre a questão registrada, principalmente, na Região Nordeste, onde predomina o processo de “dominação de consciências”, que se refere à negação do acesso à educação, sobretudo aos menos favorecidos, como uma maneira de que o indivíduo oprimido não tenha oportunidade de refletir e descobrir e conquistar a si mesmo como sujeito consciente de seus direitos. A conscientização advém do conhecimento do mundo, e isso permite a prática da liberdade, da superação da passividade, da possibilidade de escolha entre manter-se ou não em determinada situação²⁴. Como comentou Santos (2002 p.22): “nenhuma iniciativa de desenvolvimento social e humano, visando a promoção da cidadania pode prescindir da educação das pessoas em seu grupo social e sua participação ativa na vida política e econômica do país”.

De acordo com o PNUD (1998/2003), a educação no município de Valente, BA, apesar de apresentar deficiências nesta área (por exemplo, 36,34% de sua população adulta é analfabeta), teve algumas melhorias, no que se refere à

²⁴ Esta questão pode ser mais bem explorada em **Pedagogia do Oprimido**, de Paulo Freire (1987).

diminuição no número de pessoas de 25 anos a mais com menos de quatro anos de estudo, ou seja, de 97,7% para 74,7%, no período de 1970/91, bem como foi registrada uma queda de 51,2% para 36,1%, nesse período de 20 anos, do percentual de crianças de 7 a 14 anos que não freqüentavam a escola. Entretanto, esse avanço ainda não é significativo quando se constata que, em 1991, a média de estudo da população de 25 anos a mais era de 2,2 anos, o que equivale à 2ª e 3ª séries do ensino fundamental. Essa média é uma evidência de que o número de pessoas que não completam os estudos é alto, sendo grande a evasão ainda nas primeiras séries. Em linhas gerais, não existe, ainda, uma perfeita consciência do Estado/sociedade com relação à importância da educação tanto para o desenvolvimento local/regional como um todo quanto para o progresso individual das pessoas. Não há um consenso, como comentou Santos (2002, p. 28), de que:

... o desenvolvimento sustentado e a construção da cidadania exigem a organização de um sistema nacional de educação de qualidade, onde todos possam ter acesso a uma educação socialmente relevante e individualmente significativa, desde a pré-escola até a universidade.

No que se refere à renda, pode-se dizer que a pobreza está concentrada nas áreas rurais do Nordeste, estando 51% de sua população rural abaixo da linha de pobreza²⁵. No cálculo dessa linha, consideraram-se os estudos de Rocha (2000) e Hoffman (2001), *apud* Silva et al. (2001), quando constataram que 50,4% das pessoas residentes na zona rural nordestina viviam com uma renda *per capita* igual ou inferior a um quarto do salário mínimo. No caso do município de Valente havia, em 1970, 93,16% das pessoas com renda insuficiente, passando para 67,19%, em 1980. Entretanto, em 1990 voltou a crescer para 81,07%, evidenciando a instabilidade financeira das pessoas, facilmente afetadas por conjunturas econômicas desfavoráveis. Outro dado que evidencia o baixo

²⁵ Segundo Silva et al. (2001), o cálculo da linha de pobreza (LP), que define o público-alvo do Projeto Fome Zero, está baseado na linha determinada pelo Banco Mundial, que é equivalente a US\$1,08 por dia por pessoa, considerada como a linha esperada por um país mais pobre de uma amostra de 33 países (a maioria deles da Ásia e da África).

rendimento da população de Valente, BA, indicativo da vulnerabilidade das unidades familiares, é a sua renda *per capita* (R\$70,40), menos de um terço (29,3%) do salário mínimo atual (R\$240,00), que é bastante inferior à de Salvador (R\$287,29). Essa renda *per capita* do município de Valente não garante um dos direitos básicos de cidadania, que é a garantia de uma alimentação de qualidade. Além da insuficiência alimentar, esse estado de pobreza pode produzir desagregação social e familiar, doenças, desespero e até violência crescente (SILVA et al., 2001).

Quanto ao consumo geral de energia elétrica no município, pode-se destacar, como mostrado no Quadro 4, que houve aumento tanto no número de consumidores quanto do consumo, no período de 1980 a 2001, principalmente no meio urbano. Na zona rural, não houve mudança significativa, mesmo aquelas de maior proximidade da sede, em razão do desinteresse da empresa fornecedora, preocupada mais com a margem de lucro. Além disso, os gestores públicos não têm feito investimentos nessa área, o que poderia estar beneficiando aquelas pessoas/famílias e, ao mesmo tempo, contribuindo para a fixação delas no meio rural.

Quadro 4 – Consumo de energia elétrica por classe – Valente, BA, 1980-2001

Classes	Número de Consumidores (1)			Consumo (mwh) (2)		
	1980	1990	2001	1980	1990	2001
Residencial	1.313	2.390	4.090	747	1.840	2.762
Industrial	32	39	53	302	266	2.295
Comercial	299	342	373	381	490	736
Rural	5	39	42	20	69	76
Outros	31	70	205	681	1.276	1.598

Fonte: (1) CEI - Informações Básicas dos Municípios Baianos (1994).

(2) SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (2001).

No que se refere ao saneamento básico, o município não possui Estação de Tratamento de Água. As comunidades rurais, em sua maioria, não recebem água

encanada, e o esgoto sanitário é destinado às fossas sépticas. Além disso, o município possui serviço de limpeza pública (varrição e coleta), embora o destino final do lixo seja o depósito a céu aberto. Esse problema de disposição final do lixo assume magnitude alarmante, no Brasil. Mais de 80% dos municípios, segundo Jucá (2003), têm seus resíduos vazando a céu aberto, em cursos d'água ou em áreas ambientalmente protegidas. A maioria desses municípios conta com a presença de catadores, entre eles crianças, denunciando os problemas tanto sociais quanto ambientalistas, que a malgestão do lixo acarreta.

Com relação à caracterização de algumas das principais infra-estruturas disponíveis, até a década de 80, registraram-se: uma biblioteca com capacidade para 30 pessoas, um centro cultural para 50 pessoas, um estádio de futebol para 4.000 pessoas, um clube social e uma agência dos correios. Em nível de segurança, o município dispunha de um efetivo de um policial civil, cinco militares, sete guardas municipais e dois veículos. Pôde-se observar que, com o desenvolvimento da APAEB, a estrutura cultural vem, também, melhorando, com a construção de espaços para o resgate e valorização do saber popular. Além disso, inclusive a própria APAEB e suas atividades têm se tornado atrações da cidade, ativando a área turística ao atrair pessoas do mundo inteiro, incluindo pesquisadores, gestores públicos, ONGs etc., com o intuito de conhecer a experiência dos agricultores, enfim, os projetos da associação. Isso induz ao aquecimento da economia local, por meio dos visitantes nas pousadas e nos restaurantes ou, mesmo, pela valorização dos produtos dos agricultores.

Quanto à utilização da terra e aos tipos de sistemas de produção básicos do município de Valente, constatou-se, como mostrado pelos dados dos Quadros 5 e 6, que durante o período de 1970/1996 houve diminuição da área total cultivada, principalmente com uma das principais culturas que é o sisal. De 58.462 ha, em 1970, para 30.468 ha, em 1996, houve uma redução da área total em 52,12% (Quadro 5).

Essa diminuição da área cultivada pode ser explicada, principalmente, pela divisão territorial ocorrida, quando foi criado o município de São Domingos, que absorveu boa parte das terras de Valente, BA. Além disso, existem as

Quadro 5 – Formas de ocupação das terras no município de Valente, BA

TIPOS	1970	1996
	Área Média	
	Hectares	Hectares
Lavoura permanente	17.057	8.897
Lavoura temporária	1.913	1.125
Pastagem natural	16.296	13.035
Pastagem plantada	6.355	5.676
Mata natural	12.925	413
Mata plantada	117	20
Terra prod. não utilizada	3.251	460
Total	58.461	30.468

Fonte: Bahia, Censos Agropecuários (1970 e 1996).

Quadro 6 – Principais produtos agrícolas no município de Valente, BA

Produtos	1980(1)			1989(1)			2000(2)		
	Produção (t)	Área Plantada (há)	Rendimento (kg/ha)	Produção (t)	Área Plantada (há)	Rendimento (kg/ha)	Produção (t)	Área Plantada (há)	Rendimento (kg/ha)
Sisal	12.229	8.357	1.472	16.800	21.000	800	16.095	13.000	1.352
Feijão	21	56	375	292	815	358	-	-	-
Mandioca	1.465	208	7.043	33.600	2.800	12.000	1.184	300	8.000
Milho	44	73	603	424	800	530	75	150	500
Batata-doce	-	-	-	315	90	3.500	20	8	2.500

Fonte: (1) CEI – Informações Básicas dos Municípios Baianos (1994).

(2) SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (2001).

dificuldades inerentes ao próprio produtor, dos pontos de vista natural (adversidades climáticas) e político-financeiro (baixo incentivo do poder público, com suas políticas macroeconômicas restritivas). Como a redução em termos de área média cultivada foi geral, pressupõe-se que a principal causa dessa diminuição de 52% na área total plantada se deva à divisão territorial.

Mesmo com a perda de parte da área do município, é possível fazer algumas inferências sobre a elevação ou queda da produção, área e rendimento dos principais produtos cultivados no município de Valente, BA (sisal, batata-doce, feijão, milho, mandioca). Comparando as informações do último período (1989-2002), evidenciadas no Quadro 6, pode-se constatar que a redução na área

plantada de todos os produtos foi geral, ocorrendo, inclusive, o não-plantio da cultura de feijão. Conseqüentemente, a queda da área de plantio afetou a produção obtida, que também apresentou diminuição em todos os produtos, resultando na inexistência da produção feijoeira. Observando os dados referentes ao rendimento, pode-se dizer que a única cultura que conseguiu recuperar-se foi o sisal, cujo rendimento foi maior, passando de 800 kg/ha para 1.352 kg/ha.

Outro fator que tem contribuído para essa redução na área/produktividade dos principais produtos agrícolas do município de Valente, que reflete sobre a base econômica local, principalmente em termos de geração de emprego e renda, são os longos períodos de seca que assolam a região, que estão conjugados com a situação conjuntural desfavorável. Tais aspectos tiram do município o caráter estritamente de “desastre” natural, passando isso a ser considerado um fenômeno social²⁶, que agrava a pobreza e afeta, em particular, as condições de vida da população, em face da redução da qualidade dos serviços sociais oferecidos pelo poder público. Os efeitos da seca não atingem igualmente a população e o território, fato que favorece as disparidades dos benefícios e, conseqüentemente, contribui para a distribuição não-equitativa da renda municipal, o aumento das desigualdades e uma maior exclusão social.

Esse fenômeno, a ser reproduzido para as outras culturas, amplia a gravidade da situação social, tornando-se necessário a criação de alternativas não paliativas para o problema, como as frentes de trabalho, mas que sejam estratégias de natureza sustentável, por exemplo: acesso e uso racional da água e implantação de cisternas, poços artesianos e tanques para armazenamento de água, ou seja, medidas que proporcionem bem-estar e maior segurança aos produtores e suas famílias.

4.2.2. Percepção dos associados e líderes comunitários sobre as influências da APAEB no desenvolvimento local

Neste item são analisadas as percepções dos diversos associados e líderes comunitários do município de Valente, BA, a respeito da APAEB, bem com o

²⁶ Ver estudo sobre a “Dimensão social e política da seca de 1983” (FUNDAJ, 1983).

posicionamento deles sobre suas repercussões na vida da população local. Entre os entrevistados estavam diretores da APAEB, técnicos, educadores, agricultores, lideranças socioinstitucionais, religiosos, sindicalistas rurais e outros, de forma a permitir uma visualização mais abrangente do objeto de estudo. Procurou-se analisar tais influências da APAEB no desenvolvimento local, dando-se ênfase à própria fala ou discursos dos diversos entrevistados, uma vez que representam uma das fontes de informação mais fidedignas para a constatação dessa realidade.

Analisando as falas dos membros da comunidade, pode-se notar, no que diz respeito à atuação da APAEB, uma sintonia entre todos os entrevistados, no sentido de que percebem a associação como um dos atores do desenvolvimento, que tem proporcionado grandes mudanças positivas no município, por exemplo:

A APAEB melhorou muito a cidade, trouxe benfeitorias. Nós estamos vendo as famílias de Valente empregadas, com salários em dia, quase todos ganham mais que um salário mínimo. Sem a APAEB acho que Valente não seria o que é hoje, foi a melhor coisa que aconteceu nesses tempos (Membro da Câmara de Vereadores – 2002).

Se não fosse a APAEB dentro de Valente, principalmente na gestão anterior, Valente teria fechado as portas, porque assegurou o pagamento em dia para o funcionário, quando a prefeitura, infelizmente, não vinha pagando e o dinheiro que corria era só da APAEB e do Estado. (Membro do CDL – 2002).

Uma das principais implicações da associação apontadas pelas lideranças comunitárias, diz respeito à economia municipal. Os líderes entrevistados afirmaram que o município tem se desenvolvido a partir dos diversos projetos e atividades²⁷ implantados pela APAEB, o que proporcionou um maior aquecimento da economia local, em face da geração de empregos nas fábricas de tapetes e carpetes. O significado e a importância dessa variável está na carência de empregos e na baixa renda da população, que tinha como principal rendimento, obtido de forma regular, os baixos e insuficientes salários da

²⁷ Incluem-se aqui a bateadeira comunitária, o curtume, o laticínio, o clube, o posto de vendas e, principalmente, a fábrica de tapetes e carpetes.

prefeitura e as aposentadorias. A associação criou mais de 800 empregos diretos (Figura 3A), com salários superiores aos da prefeitura, para exercer a mesma função e com todas as garantias trabalhistas e, pelo seu efeito multiplicador, cerca de 2.500 empregos indiretos.

A folha de pagamento, de acordo com as informações da diretoria, chega a R\$200.000,00 por mês, dinheiro que circula no município, movendo a economia local, como atestam os depoimentos a seguir:

O dinheiro da APAEB faz com que o dono do bar venda mais, o dono do mercadinho venda mais, a farmácia, o serviço de quem tem uma moto, uma bicicleta e todo mundo ganha mais. (Agricultor – Dados da pesquisa, 2002).

Hoje em Valente a construção civil tem aumentado muito e a gente atribui ao volume de recursos movimentados na cidade. Aqui é uma dificuldade encontrar pedreiro, tem que falar com antecedência, porque estão todos trabalhando, Valente está crescendo. (Membro do DDC/APAEB – Dados da pesquisa, 2002).

Nesse cenário, as mudanças percebidas no município ocorrem em razão de iniciativas do meio rural, que incorporam novas atividades, de comercialização e industrialização, representando aumento e fonte de renda para muitas famílias rurais, que dependiam exclusivamente da agricultura. Mas essas atividades, no caso de Valente, proporcionaram também a geração de oportunidades para as famílias da área urbana, pois, como enfatizado por Campanhola e Silva (2002) em um estudo sobre “estratégia e ações de desenvolvimento local”, o dinamismo do setor rural pode criar alternativas de ocupação e renda, como “empregos na agroindústria, nos serviços públicos, nas escolas de primeiro grau e mão-de-obra temporária na agricultura”, na construção civil, no mercado informal etc. Todos esses fatores ganham importância diante da situação atual da conjuntura brasileira, em termos de carência de ocupação e renda, bem como permitem “potencializar”, na linguagem de Franco (1998), iniciativas que favoreçam o desenvolvimento local, reduzindo o desemprego e possibilitando melhorias na qualidade de vida.

Outro fenômeno apontado pelos entrevistados foi o incentivo para a abertura de outros estabelecimentos na cidade, tanto de pequenos quanto de grandes investimentos – como é o caso de uma indústria de calçados (Via Uno) –, os quais foram atraídos pela maior quantidade de dinheiro circulante no município e pela mão-de-obra. Mas a indústria de calçados, mesmo gerando empregos, tem criado desconforto, pois a comunidade e, principalmente, os associados notam, por parte dos órgãos públicos, um tratamento diferenciado entre essa empresa e outra na área de sisal a ser implantada. Manifestam que a prefeitura tem oferecido toda infra-estrutura (terraplanagem, galpão, sistema elétrico) a essa indústria, negligenciando a iniciativa dos associados, que sofreram durante anos, e sofrem ainda, com a falta de apoio, mesmo pagando muitos impostos, como relatado a seguir:

*... a APAEB todo mês paga 100 mil reais de impostos, se os impostos que a APAEB paga voltassem para o município e para a região numa forma para beneficiar a comunidade geral, a gente tava vendo em que estava sendo investido esse dinheiro, mas... esse dinheiro sai daqui e a gente não sabe para onde vai e quando você vê as demais (**empresas**) vindo com todo esse tratamento e (**a prefeitura e o Estado**) não ajuda nem a APAEB e outras que está aí a muito tempo, que quer ficar em Valente, quer gerar emprego para Valente, economia para Valente e para região, é isso que nos deixa triste. (Agricultor – Dados da pesquisa, 2002).*

Por esses depoimentos, percebe-se que a Associação tem conseguido notoriedade na região e, principalmente, a confiança da população. Isso a transforma numa força política que representa possibilidade de mudança, mas que, na ótica dos detentores do poder, pode se tornar uma ameaça. Com isso, certas iniciativas pontuais dos poderes públicos, como a instalação de fábricas externas por períodos determinados, na verdade representam uma estratégia clientelista e de concorrência, não contribuindo para uma ação sustentável de benefícios à população.

Tal fato contrapõe a afirmativa de Dowbor (2001) de que “a prefeitura deve ser articuladora e facilitadora das ações de desenvolvimento local,

comprometendo-se com a geração de emprego e renda para promover a cidadania”. Tudo isso indica que as ações, para terem eficácia, não podem ser de exclusividade do poder executivo, mas por meio de um trabalho conjunto, em que o Estado representaria um dos múltiplos atores envolvidos num projeto de desenvolvimento local, construído pela sociedade. O isolamento de certos atores sociais torna o projeto insuficiente para promover sinergia que produza “algo novo, que aponte e alavanque novos recursos, descortine novos horizontes, descubra e desperte ou torne dinâmica novas potencialidades” (BOISIER, 2003, p. 1; FRANCO, 1998, p. 13).

Outro fator, apontado nas entrevistas, que merece destaque foi a criação da Escola Família Agrícola, destinada aos filhos dos pequenos agricultores, mas que atende também a outros jovens da cidade. A experiência tem dado grandes resultados, revolucionando o ensino na região e servindo de modelo para outras escolas municipais e estaduais, pois valoriza nos conteúdos a realidade local, motivando e preparando melhor os jovens.

Em termos culturais, foi também construído, com a iniciativa da APAEB, um clube social, que serve a toda comunidade, através de shows, festival de violeiros etc. Iniciou-se, em 2002, a construção da Casa da Cultura, com capacidade para 3.000 pessoas, além de espaço para uma biblioteca pública. Outro grande investimento tem sido no setor de comunicação, que não existia, sendo que, atualmente, por iniciativa da APAEB, foram criadas uma rádio FM e uma TV itinerante, além de um provedor de Internet, com sala de computadores, para que a população tenha acesso aos mesmos e à rede. A comunicação é um fator importante, pois mostra a toda população as possibilidades e os benefícios do “processo de desenvolvimento, aumentando o respaldo social das iniciativas” (FRANCO, 1998, p. 19).

Outra iniciativa importante da Associação foi o resgate da cultura popular, através da Festa Anual da Quixabeira, em que os pequenos agricultores apresentam seus trabalhos (cantiga de roda, bata de feijão, reisado etc.). Isso, além de resgatar e valorizar a cultura local que estava esquecida, eleva a auto-estima da população, por sentir que sua riqueza cultural está sendo reconhecida.

É importante salientar que a própria experiência bem-sucedida de associativismo e cooperativismo na cidade tem proporcionado mudanças, principalmente, na mentalidade da população, incentivando-a a lutar por direitos e qualidade de vida. Um exemplo é a comparação de ações e gastos da APAEB com os da prefeitura, reconhecendo-se a ineficiência do poder público e a necessidade que o mesmo tem de redirecionar suas ações, cada vez mais, para as questões sociais requeridas pela população local:

A APAEB construiu um clube, daquele tamanho, gastou R\$90.000,00 para isso, a prefeitura fez só a cobertura do centro cultura e do centro de abastecimento e gastou R\$180.000,00, alguma coisa está errada. (Agricultora e membro do Fórum da Cidadania – Dados da pesquisa, 2002).

Essas atitudes evidenciam que a população está começando a construir e reconstruir significados para as coisas que fazem parte de seu cotidiano. Ações simples passam a ter grande valor, direcionando para grandes mudanças no futuro. O projeto de construção de cisternas (em parceria da APAEB com o CESE) é uma dessas ações. Pode parecer algo pequeno, sem muito impacto, que beneficie apenas as famílias dos associados; entretanto em um município da região semi-árida, onde muitas pessoas dependem da água e que a necessidade deste recurso passa a ser manipulada como instrumento para dependência política, isto é, para a troca por voto, a cisterna passa a adquirir valores de autonomia e independência, que podem ser traduzidos em uma melhoria democrática e, ao mesmo tempo, em maiores possibilidades para o atendimento dos desejos da população, por parte dos gestores públicos.

4.3. Microssistema família e produtivo dos agricultores

Para caracterizar o perfil pessoal e familiar dos agricultores associados à APAEB, utilizaram-se, na discussão, algumas variáveis provenientes de fontes primárias, que descreveram, em traços gerais, o perfil dos entrevistados e respectivas famílias, bem como os aspectos do sistema produtivo, em termos de

características e modificações derivadas da atuação da APAEB, visando, sempre, a uma melhor compreensão da realidade cotidiana das famílias dos agricultores. Na caracterização desse microssistema familiar e produtivo, os resultados são apresentados na forma de extratos (categorizados pelo tempo de associado), pressupondo-se que o grupo de associados não era homogêneo, ou seja, que poderia diferenciar-se, conforme o tempo de contrato com a associação.

4.3.1. Caracterização do perfil pessoal dos agricultores

Neste item, procurou-se identificar e caracterizar alguns aspectos que fazem parte do perfil dos pequenos agricultores, como: idade, sexo, estado civil, grau de instrução, mobilidade geográfica, tipo de religião, tempo de residência na localidade e participação em associações. Assim, em termos do perfil dos agricultores entrevistados, os dados resultantes da pesquisa, evidenciados no Quadro 7, indicam que a idade dos produtores variou num intervalo de 40 a 70 anos, sendo a idade média de 47,8 anos, tendo apenas os produtores do estrato III idades acima dessa média. O grupo com menor faixa etária está incluído no estrato I, indicando que este possa ser o de melhor capacidade produtiva, visto que a maioria das atividades exige muito das pessoas, causando desgaste, pois a idade pode ter influência no desempenho.

No que diz respeito ao estado civil, a maioria dos agricultores era casada legalmente, sugerindo o valor que é dado ao casamento na região e a influência da religião, principalmente católica, que engloba mais de 90% dos entrevistados.

Quanto ao sexo, notou-se grande diferença entre os três estratos, apesar de que tenham prevalecido agricultores do sexo masculino. A participação de mulheres vem aumentando e já alcança 35% no estrato I, onde estão os associados mais recentes. Isso pode indicar que existe influência do Movimento de Mulheres, que tem procurado informar às agricultoras sobre a importância da organização e da participação delas na Associação.

Outra informação que merece destaque é a capacidade de organização e participação dos membros da APAEB e outras associações, como cooperativas e

Quadro 7 – Aspectos do perfil pessoal do agricultor associado. APAEB – Valente, BA, 2002/2003

Aspecto	Unid.	Estrato (Por Tempo de Associado)		
		I (5 anos a menos)	II (6 a 15 anos)	III (15 anos a mais)
1. Idade média				
Média	Nº	42,2	47,6	53,6
Faixa (variação)	Intervalo	20-59	30-75	40-78
2. Sexo				
Masculino	%	65,0	80,0	100,0
Feminino	%	35,0	20,0	-
3. Estado civil				
Solteiro	%	10,0	5,0	-
Casado	%	90,0	90,0	100,0
Divorciado	%	-	10,0	-
4. Grau de instrução				
Sem instrução	%	5,0	30,0	38,1
Fund. Incompleto	%	80,0	65,0	57,1
Fund. Completo	%	5,0	-	-
Médio incompleto	%	-	5,0	-
Médio completo	%	10,0	-	-
Não respondeu	%	-	-	4,8
5. Nível de escol. (média de estudo)	Nº	4,8	2,8	1,9
6. Religião que pratica				
Católica	%	85,0	100,0	95,2
Evangélica	%	15,0	-	4,8
7. Local de origem				
Nativo	%	100,0	90,0	95,2
Outra cidade	%	-	-	4,8
6. Tempo de residência no local				
1 a 5 anos	%	15,0	20,0	-
6 a 15 anos	%	30,0	30,0	14,3
Mais de 15 anos	%	55,0	50,0	85,7
8. Mobilidade geográfica				
Idas à cidade/semana				
1 a 2 vezes	%	70,0	65,0	76,2
3 a 4 vezes	%	25,0	15,0	14,3
Mais de 5 vezes	%	5,0	20,0	9,5
Idas à cidade/mês				
2 a 3 vezes	%	10,0	-	9,5
4 a 8 vezes	%	70,0	65,0	66,7
9 a 16 vezes	%	20,0	15,0	19
Mais de 16 vezes	%	-	20,0	4,8
9. Participação em outras associações				
Sim	%	80,0	90,0	90,5
Não	%	20,0	10,0	9,5

Fonte: dados da pesquisa (2002/2003).

sindicatos, visto que 80%, 90% e 90,5% dos agricultores, nos estratos I, II e III, respectivamente, participam de outros movimentos. Isso é uma evidência de que os associados da APAEB consideram relevantes e dão importância à participação social e política, seja em grupos formais, seja em informais, os quais, segundo os próprios agricultores (principalmente os que têm maior tempo de associado), são formados e incentivados nas discussões da APEAB, do STR e do MOC.

No que se refere ao grau de instrução dos associados, registrou-se, nos três estratos, a predominância de agricultores que possuem até a 2ª série do ensino fundamental, com a ressalva de que no terceiro estrato exista maior número de analfabetos. Em termos médios, constatou-se que nos estratos I e II o nível médio de escolaridade era um pouco superior, ou seja, 4,8 e 2,8 anos, respectivamente, contra 1,9 ano de estudo, para o grupo III. Tais resultados indicam a precariedade do ensino e a dificuldade de acesso das pessoas à escola, principalmente da zona rural, o que está coerente com a realidade nacional, em termos de seletividade do processo educacional brasileiro, como discutido por Cunha (1998). Além disso, comparativamente às evidências estatísticas, apresentadas pelo IBGE (2002), o grau de instrução de todos os grupos de associados da APAEB era inferior ao do país como um todo, já que, enquanto 29,1% da população brasileira, em 2001, não chegou a completar a 4ª série do ensino fundamental, nos grupos II e III existiam 65 e 57,1% de agricultores, respectivamente.

Verificou-se, também, que em todos os estratos houve um predomínio de agricultores nascidos no próprio município (cerca de 90%) e na mesma comunidade rural onde residiam há mais de 15 anos. Com relação à mobilidade geográfica, constatou-se que os agricultores não se encontravam isolados no meio rural. Possivelmente, a pequena distância (15 km) das comunidades pesquisadas até a sede do município facultava que mais de 65% dos entrevistados fossem à cidade uma a duas vezes por semana para comercializar seus produtos, participar das reuniões, fazer consultas médicas etc., demonstrando, assim, a integração rural/urbana, o que torna difícil separar esses dois meios, exigindo que as políticas públicas vejam o território como um todo.

Quanto à condição dos agricultores, no que se refere ao estabelecimento rural, verificou-se que a maioria dos entrevistados era proprietária das terras, sendo a média de 95% nos três estratos (Quadro 8). No que diz respeito ao tamanho da propriedade, observou-se uma variação entre os três estratos, uma vez que no estrato I a área média de propriedade era de 10,7 hectares, em que cerca de 65% dos agricultores possuíam menos de 10 ha. No entanto, registrou-se, no estrato II, uma média menor de 8,5 ha, com a maioria possuindo, também, menos de 10 ha (65%). Pressupõe-se que os agricultores do grupo I apresentaram uma média maior devido à entrada de novos sócios, com mais de 20 ha de terra. No estrato III, a área média foi de 18,7 ha, indicando maior estabilidade financeira, em termos patrimoniais, para aqueles que têm mais tempo de associado. No entanto, é importante chamar a atenção para a irregularidade da região, que apresenta muitas áreas não aproveitáveis. Ainda, com relação a esta questão, é importante fazer um paralelo com um estudo sociodemográfico da FAO (1992), o qual revelou que o limite de área de terra para uma família viver exclusivamente da agricultura seria estimado em 20 ha, ressaltando-se, inclusive, que nas regiões semi-áridas, de seca prolongada, uma propriedade com uma área desse tamanho não seria suficiente para sustentar uma família, sendo necessárias outras atividades, principalmente não-agrícolas, para complementar o rendimento proveniente da agricultura. De acordo com o referido estudo, seria muito difícil a sobrevivência de uma família de tamanho médio (4 membros) com uma área menor que 10 ha, percebendo, em média, dois salários mínimos.

Sobre o tempo de experiência na atividade agropecuária, todos os entrevistados informaram que estão envolvidos desde a infância na agricultura, adquirindo conhecimento informal, já que o nível de escolaridade detectado foi baixo. No entanto, os cursos e as instruções repassadas pelos técnicos, depois de se associarem à APAEB, foram apontados pelos agricultores como pontos positivos na melhoria de sua capacitação.

No que se refere à auto-avaliação ou percepção dos agricultores entrevistados quanto ao papel deles como administradores, registrou-se que os mesmos, em sua maioria, se auto-avaliam como bons administradores nas suas

Quadro 8 – Características do uso e posse da terra dos agricultores associados à APAEB – Valente, BA, 2002/2003

Característica	Unid.	Estrato (Por Tempo de Associado)		
		I (5 anos a menos)	II (6 a 15 anos)	III (15 anos a mais)
1. Área média da propriedade	Ha	10,7	8,5	18,7
• Menos de 3 ha	%	35,0	20,0	19,0
• 3 a 10 ha	%	30,0	45,0	28,6
• 10 a 20 ha	%	15,0	20,0	23,8
• 20 ou mais ha	%	20,0	10,0	28,6
2. Percepção dos agricultores como administradores				
• Ruim	%	-	-	-
• Razoável	%	30,0	30,0	28,6
• Bom	%	50,0	70,0	66,7
• Ótimo	%	20,0	-	4,7
3. Posse da terra				
• Proprietário	%	85,0	100,0	100,0
• Arrendatário	%	15,0	-	-
4. Acesso à assistência socioinstitucional				
4.1. Assistência técnica atual				
• Sim	%	50,0	70,0	81,0
• Não	%	50,0	30,0	19,0
4.2. Assistência téc. antes da APAEB				
• Sim	%	10,0	15,0	4,8
• Não	%	90,0	85,0	95,2
Assistência téc. Depois da APAEB				
• Sim	%	45,0	60,0	85,7
• Não	%	55,0	40,0	14,3
Assistência creditícia				
• Sim	%	40,0	75,0	57,1
• Não	%	60,0	25,0	42,9

Fonte: dados da pesquisa (2002/2003).

atividades, estando os valores percentuais médios entre 50% (grupo I), 70% (grupo II) e 66,7% (grupo III). Essa questão referente à auto-avaliação positiva representa, para os agricultores, um indicativo de sustentabilidade, uma vez que, mesmo vivenciando situações de precariedade e limitação de recursos, consideram que os conhecimentos adquiridos e sua aplicação ao longo do tempo são fatores importantes para a sustentabilidade do sistema de produção e para a sobrevivência familiar.

No que consiste ao acesso à assistência socioinstitucional, especificamente com relação à assistência técnica, observou-se que mais de 90% dos associados não eram beneficiados antes de se associarem à APAEB. Esta assistência elevou-se substancialmente, por meio da atuação da Associação, embora com diferenças entre os três estratos. No estrato I, 45% dos agricultores passaram a ter assistência técnica; no estrato II, esse percentual passou para 65%, enquanto no estrato III era de 85,7%. Tais valores podem ser justificados, basicamente, por três fatores: pouco tempo de associado de alguns agricultores, porque alguns associados trabalhavam em terras de terceiros e, além disso, o número de técnicos estava se tornando pequeno, em razão do aumento de novos sócios. No entanto, muitos afirmaram que, nas reuniões mensais da APAEB ou de suas comunidades eram repassadas informações relevantes, que têm contribuído para a melhoria do manejo da terra.

A assistência técnica após a APAEB tem tido importante papel, principalmente porque foi constatado, por meio das entrevistas, que havia uma ausência do poder público, através de seus órgãos especializados (como EBDA), na assistência aos pequenos agricultores da região semi-árida. Essa inércia demonstra-se, ainda mais evidente, quando se constatou a inexistência de pesquisa sobre a cultura do sisal, considerada de significativa relevância para a economia local e de bem-estar para os produtores.

Quanto ao crédito, observou-se expressiva melhoria para os agricultores. A primeira experiência de crédito alternativo foi a “Poupança APAEB”, até que foi criada a Cooperativa Valentense de Crédito Rural (COOPERE), uma entidade independente da APAEB, idealizada pelos pequenos agricultores, que contam

com recursos repassados pelo governo federal do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e pelo Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF). A COOPERE possui programas especiais de crédito, como o Fundo Rotativo-Criatório e o Fundo Rotativo-Energia Solar, destinado a pequenos financiamentos, baseados na equivalência/produto, em que o valor do empréstimo é convertido em valor da carne caprina e ovina, visando facilitar o entendimento do agricultor. Os resultados evidenciaram que o percentual de agricultores entrevistados que já haviam obtido crédito ficou entre 40% (no estrato I) e 75% (estrato II), enquanto 57,1% do grupo III já havia sido beneficiado pelo serviço de financiamento.

4.3.2. Descrição do perfil familiar dos agricultores

Os dados sobre o perfil das famílias dos entrevistados podem ser visualizados no Quadro 9, os quais mostram a existência de três a cinco membros na casa, sendo praticamente insignificante a variação média entre os estratos. Com respeito ao tamanho médio da família, observaram-se 3,9, 4,5 e 3,6 membros nos estratos I, II e II, respectivamente, demonstrando que todos superaram o tamanho médio (3,2) da família brasileira (IBGE, 2002). O número médio de filhos ficou em 1,9 (estrato I), 2,1 (estrato II) e 1,6 (estrato III), com predomínio de filhos do sexo masculino nos estratos I (62,8%) e III (68,6%), comparativamente ao estrato II, que possuía 39,8% de filhos masculinos.

Quanto à faixa etária dos filhos, esta mostrou-se bastante diversificada entre os três estratos. No I e no II, a predominância foi de filhos com até 18 anos, demonstrando que a responsabilidade dos pais na criação e desenvolvimento destes era maior nesses grupos de agricultores. No entanto, o estrato III foi o que apresentou maior percentual de filhos adultos (50%), assim como menor média de filhos morando na casa dos pais. Tal resultado está de acordo com o ciclo de vida das famílias, uma vez que o maior percentual de famílias (81%), na etapa de dispersão do ciclo de vida familiar, encontrava-se no grupo III, onde os cônjuges tinham mais de 50 anos de idade e os filhos eram, em sua maioria, adultos. Nessa

Quadro 9 – Características do perfil da família dos agricultores associados.
 APAEB – Valente, BA, 2002/2003

Característica	Unid.	Estrato (Por Tempo de Associado)		
		I (5 anos a menos)	II (6 a 15 anos)	III (15 anos a mais)
1. Tamanho médio da família	Nº	3,9	4,5	3,8
2. Nº médio de filhos na casa	Nº	1,9	2,1	1,6
3. Sexo dos filhos				
Masculino	%	62,8	39,8	68,6
Feminino	%	37,2	60,2	31,4
4. Faixa etária dos filhos				
0 – 6	%	18,0	20,5	5,9
7 – 12	%	20,5	15,4	11,8
13 – 18	%	33,3	30,8	35,3
Mais 18	%	28,2	33,3	50,0
5. Tipo de família				
Nuclear	%	95,0	80,0	85,7
Monoparental	%	-	5,0	4,8
Extensa	%	5,0	10,0	9,5
Composta	%	-	5	-
6. Ciclo de vida da família				
Formação	%	25,0	25,0	4,8
Intermediária ou maturação	%	45,0	35,0	14,2
Dispersão	%	30,0	40,0	81,0
7. Nível médio de escolaridade da família	Nº	5,6	4,6	3,9

Fonte: dados da pesquisa (2002).

fase, a tendência é de que os pais já não tenham preocupações relativas aos cuidados com os filhos pequenos. Além disso, já há uma determinada estabilidade financeira, seja por meios de recursos próprios, seja pela aposentadoria ou, mesmo, pela contribuição que pode ser repassada pelos filhos adultos.

Nos outros estratos (I e II), as famílias situavam-se entre o ciclo de formação (25%) e o ciclo intermediário ou em maturação (45% e 35%, nos estratos I e II, respectivamente). As unidades familiares em constituição ou formação são aquelas com pais até 35 anos de idade e filhos com até 12 anos, enquanto as famílias na fase de maturação do ciclo de vida são compostas de pais entre 35 e 50 anos, com filhos adolescentes (entre 13 e 18 anos).

No que concerne à distribuição das famílias pelo seu tipo, verificou-se o predomínio, nos três grupos de agricultores, de famílias nucleares (formada por pai, mãe e filhos morando juntos), tendo, também, sido registrada a presença de famílias extensas (pai, mãe, filhos e outro parentes), embora em pequena

magnitude, nos estratos II (10%) e III (9,5%). Isso fortalece os resultados de pesquisas demográficas²⁸, que demonstram uma tendência das famílias brasileira de serem nucleares, mesmo que existam vários outros tipos de arranjos familiares. A existência de famílias monoparentais (sem a presença de um dos cônjuges) pode ser considerada inexpressiva (4,8% e 5%), em face daquela encontrada em nível nacional, que, de acordo com os dados do IBGE, é de 24,9% (FOLHA DE SÃO PAULO, 2002).

No que diz respeito ao grau de instrução da família, medido pelo número de anos de estudo de todos os membros, verificou-se uma média de 5,6 anos para o estrato I, 4,6 para o II e 3,9 para o estrato III, ou seja, todos estavam concentrados no ensino fundamental incompleto. Essa média foi alcançada por causa dos filhos maiores de 12 anos, que possuem escolaridade mais elevada que a dos seus pais. A justificativa de muitos agricultores para sua baixa escolaridade foi que antigamente era dada menos importância aos estudos; os pais obrigavam-nos a trabalhar desde pequenos, já que consideravam o trabalho um valor indicativo de “maior responsabilidade”.

4.3.3. Análise de sustentabilidade técnica/ambiental dos sistemas produtivos dos agricultores: características e modificações derivadas da APAEB

Neste item foram analisadas as características e principais modificações na forma de uso da terra, apontadas pelos agricultores, após a vinculação com a APAEB.

Quanto à extensão média da área utilizada nas atividades agrícolas, os depoimentos evidenciaram que não ocorreram alterações no tamanho das propriedades da maioria dos agricultores, após a associação dos mesmos à APAEB, principalmente nos estratos I e II. A modificação principal para esses agricultores foi que se tornaram legalmente donos das terras, que herdaram dos pais. Já no estrato III foi maior o número de agricultores que conseguiram aumentar o tamanho da propriedade (42,8%), pois passaram a ter maior

²⁸ Ver Goldani (1994).

rendimento com os projetos da APAEB e, conseqüentemente, investiram em mais terra.

Questionados sobre as mudanças e cuidados no uso da terra, os entrevistados, de todos os estratos, afirmaram que adotaram algum tipo de modificação. A primeira detectada e com influência direta da APAEB foi com respeito às queimadas. Os agricultores deixaram de fazer queimadas após as instruções dos técnicos e ao tomarem conhecimento dos problemas causados por essa forma de tratamento do solo. Outro fator foi o aproveitamento do lixo orgânico para adubação. Isso demonstra a preocupação da APAEB com a sustentabilidade ambiental, pois, além de incentivar os associados a não fazer queimadas, distribuía aos mesmos mudas de árvores, visando, com essas práticas, desenvolver uma maior sensibilização e conscientização entre os agricultores com relação à conservação do meio em que vivem, com vistas à formação de uma cultura ambientalista.

Outra mudança que pode ser vista, em termos de modificações no sistema produtivo, está relacionada à maior diversificação, por meio do cultivo e utilização de plantas alternativas, adaptáveis à região e destinadas à alimentação dos animais. O cultivo de plantas, como leucena, algaroba e palma, que têm forte resistência à região árida, permitindo garantir alimentos aos animais, mesmo diante de uma seca prolongada, passou a ser desenvolvido pelos agricultores, sendo considerado um importante meio de sustentação da família rural.

Quanto ao preparo do solo para o plantio, os entrevistados informaram que, antes da APAEB, isso era feito manualmente, com uso de enxada e queimadas. Após a Associação, muitos passaram a fazê-lo mecanicamente, com o uso do trator fornecido por esta. O percentual de agricultores que já utilizaram o trator ficou da seguinte forma: 25% no estrato I, 35% no II e 42,8% no estrato III, podendo-se inferir que os associados do Grupo III, por serem mais antigos e terem maiores rendimentos, estejam tendo mais oportunidades de acesso ao equipamento. Considera-se, assim, que o maior tempo de dedicação à formação da entidade seja um fator que, provavelmente, esteja influenciando a que os mesmos tenham condições de obter maiores benefícios.

A cultura do sisal, a principal na região, também foi alvo de algumas mudanças. Como a qualidade tem sido privilegiada em toda a cadeia produtiva, com bastante influência no preço da fibra, os agricultores que cultivavam essa planta passaram a ter maior cuidado nos tratos culturais. As fibras de má-qualidade, além de terem menor preço, podem se tornar “refugo”, ocasionando prejuízo para a Associação, que adquire o produto. O sisal é aproveitado em apenas 4% de seu volume, no entanto, mesmo não tendo um centro de pesquisa dessa planta em nível de Estado, que é uma reivindicação antiga, algumas experiências vêm sendo feitas com vistas ao aproveitamento de seus resíduos para alimentação animal, além da produção de subprodutos, como é o caso do adubo e biogás.

No que se refere aos níveis de renda da propriedade, 75% dos entrevistados do estrato I disseram não ter percebido nenhuma mudança, provavelmente devido ao seu menor tempo de associação. No estrato II, 60% dos associados informaram que havia ocorrido elevação no nível de renda, enquanto no estrato III 66,7% dos agricultores relataram ter ocorrido incremento nos rendimentos percebidos. Mesmo que as evidências demonstrem que a renda aumentou, a percepção de um número significativo de agricultores é de que mantêm a mesma situação financeira, embora com a ressalva de que se sentem mais seguros com a entidade, pois esta, além de contribuir para a elevação da auto-estima dos associados, tem buscado alternativas para melhorar a situação dos agricultores.

Outro fator significativo, em termos de mudanças, refere-se à adição de novos produtos, como é o caso da criação de cabra e ovelhas. Esse é um fenômeno positivo que vem ocorrendo na região, com o incentivo da APAEB, que é o aumento do efetivo do rebanho de ovino e, principalmente, de caprino. Sendo a criação bovina característica e lucrativa apenas para os grandes produtores, a APAEB desenvolveu um processo de conscientização dos pequenos agricultores e, com o apoio da COOPERE, incentivou a criação de ovinos e, ou, caprinos, uma vez que seria menos dispendiosa e mais lucrativa do que a criação bovina. A cabra, além de ser um animal resistente, de fácil

adaptação ao semi-árido, necessita de pouca área, alimenta-se da vegetação rasteira e produz um leite de grande valor no mercado.

O incentivo da APAEB para a criação desses animais de pequeno porte favoreceu a regulação do mercado de pele, pois a Associação passou a adquiri-la diretamente do pequeno criador a um preço bem mais elevado (R\$7,00 a ovina e R\$4,00 a caprina), comparativamente àqueles praticados pelos atravessadores (R\$2,00 e R\$1,50, respectivamente).

Tal prática de intervenção da APAEB tem proporcionado benefícios, com perspectivas de melhorias cada vez maiores, com a integração dos mercados interno e externo. Além desse fato, soma-se a preocupação cada vez maior dos consumidores com a saúde, estando as exigências, em termos de alimentos saudáveis, cada vez maiores. A carne caprina, que, segundo pesquisas da EMBRAPA e de órgãos internacionais (Quadro 10), apresenta teores de gordura e de colesterol menores que os das outras carnes (até mesmo que os da carne de frango), pode se tornar um “potencial econômico do Nordeste” (MARTINS, 2002).

Quadro 10 – Comparativo de nutrientes em diversas carnes

Carne Assada (100 g)	Calorias	Gordura (g)	Colesterol (g)	Proteína (g)	Ferro (g)
Caprino	131	2,76	0,85	25	3,54
Ovino	252	17,14	7,82	24	1,50
Bovino	263	17,14	7,29	25	3,11
Suíno	332	25,72	9,32	24	2,90
Frango	129	3,75	1,07	24	1,61

Fonte: Dairy Goat Journal, jan./fev. de 1999. In: Informativo “Folha do Sisal” (APAEB, 1999).

Além disso, o leite e a carne caprina têm grande valor, pois são reconhecidos por terem propriedades nutricionais, que podem reduzir as deficiências de algumas vitaminas, ferro e outras; atuando, ainda, na intolerância

à glicose, diabetes, doenças cardiovasculares e outras (AQUILLES, 2002). Assim, do ponto de vista social, é uma alternativa para o estado de subnutrição da região, e, conjugado com tudo isso, está a possibilidade de diversificação do processo produtivo. Essa é uma atividade que permite ao pequeno produtor conviver com a seca, ou seja, possibilita que as unidades familiares se tornem mais produtivas e, conseqüentemente, possam garantir maior estabilidade técnico-financeira, contribuindo para a sustentabilidade das famílias e da região.

4.3.4. Condicionantes da sustentabilidade econômica dos sistemas produtivos dos agricultores

Quanto à sustentabilidade econômica, dimensionada pela segurança financeira, a pesquisa enfatizou duas variáveis, ou seja, o trabalho e a renda das famílias dos entrevistados, dimensionadas pelo número médio de membros ocupados e de aposentados, pela intensidade do trabalho e pela razão média de dependência familiar, entre outros.

Analisando aspectos do mercado laboral da família dos entrevistados, verificou-se, como mostrado no Quadro 11, que a média de membros ocupados variou de 1,6 a 1,9, isto é, aproximadamente dois componentes das unidades familiares trabalhavam e recebiam renda. Separados por estratos, observou-se que, no estrato I, cerca de 50% das famílias só tinham um membro trabalhando e, em 45% destas, havia dois membros trabalhando e dividindo as responsabilidades financeiras; no entanto, no II estrato existiam 45% e 30% das unidades familiares com um e dois membros ocupados, respectivamente; no entanto, no estrato III esses percentuais passaram para 33,4% e 47,6%, respectivamente, para um e dois membros.

A partir dos dados sobre o número dos membros ocupados e o tamanho da família, foi possível calcular a razão média de dependência familiar, que indica quantas pessoas que um membro da família remunerado mantém, além de si mesmo. Nos estratos I e II, a razão média de dependência foi maior (2,4) que a do estrato III (1,9), uma vez que parte das famílias naqueles estratos estava em fase de formação e maturação do ciclo de vida, tendo, com isso, mais filhos menores para sustentar.

Quadro 11 – Aspectos do mercado laboral dos membros da família dos agricultores associados à APAEB – Valente, BA, 2002

Característica	Unid.	Estrato (Por Tempo de Associado)		
		I (5 anos a menos)	II (6 a 15 anos)	III (15 anos a mais)
1. N ^o médio membros ocupados	N ^o	1,6	1,9	1,95
2. N ^o de membros ocupados				
• Um	%	50,0	50,0	33,4
• Dois	%	45,0	30,0	47,6
• Três	%	-	10,0	9,5
• Quatro	%	5,0	10,0	9,5
3. Razão de dependência familiar	N ^o	2,4	2,4	1,9
4. Percentual de membros aposentados	%	20,0	35,0	42,9
5. N ^o médio de membros após./pens.	N ^o	0,2	0,6	0,7
6. Renda familiar				
• Renda total	R\$	363,50	374,00	422,00
• Renda média	R\$	227,18	196,80	216,40
• Renda <i>per capita</i>	R\$	93,20	83,11	111,00
7. Intensidade do trab. do entrevistado				
• N ^o dias/semana	N ^o	6,2	6,8	6,3
• Horas/dia	N ^o	8	7,5	7,4
8. Intensidade do trab. do cônjuge				
• N ^o dias/semana	N ^o	5,8	5,9	5,8
• Horas/dia	N ^o	6,6	6,7	5,2
9. Natureza do trab. do entrevistado				
• Agrícola	%	80,0	70,0	81,0
• Não-agrícola	%	5,0	5,0	4,7
• Ambas	%	15,0	25,0	14,3
10. Natureza do trabalho do cônjuge				
• Agrícola	%	58,0	72,2	76,2
• Não-agrícola	%	21,0	16,7	19,0
• Ambas	%	21,0	11,1	4,8
11. Natureza do trab. outros membros				
• Agrícola	%	37,5	22,2	27,7
• Não-agrícola	%	50,0	55,6	66,7
• Ambas	%	12,5	22,2	5,6
9. Estabilidade do trabalho				
Membros com carteira de trab.	%	34,4	35,3	41,4

Fonte: dados da pesquisa (2002/2003).

A presença de membros aposentados foi menor nas famílias, principalmente dos estratos I e II (cerca de 25% e 35%), comparativamente ao que foi observado no estrato III, onde 42,9% das famílias possuíam algum membro aposentado. Os aposentados e pensionistas têm, geralmente, papel importante na manutenção da família, sobretudo por possuírem renda, que, apesar de não ser elevada, é estável e regular, o que proporciona maior estabilidade financeira às unidades familiares.

Com relação à renda familiar, notou-se, nas entrevistas, que a maioria dos agricultores apresentou dificuldades para expressar quanto recebiam pelo trabalho realizado. Tal constatação demonstra que, além de terem dificuldades para avaliar a rentabilidade de seu próprio empreendimento, o agricultor possui limitações, pelas próprias incertezas do ambiente natural e socioeconômico, de poder administrar os gastos e de planejar os possíveis investimentos, que pudessem ser realizados no futuro.

Para se ter um conhecimento aproximado da renda, procurou-se indagar sobre as várias despesas realizadas semanalmente, e, com isso, pôde-se identificar mudanças relevantes na renda dos associados. Pesquisa anterior, realizada por Oliveira (1999), já havia constatado melhoria na renda familiar²⁹, de modo similar ao que foi obtido neste estudo.

De acordo com os dados do Quadro 11, nota-se que a renda mensal total das famílias era de R\$363,50, R\$374,00 e R\$422,00, nos estratos I, II e III, respectivamente. Tais resultados indicam que, praticamente, não houve diferenças entre os estratos I e II (2,8%); embora o mesmo não tenha sido observado, com respeito ao estrato III, cuja diferença de renda foi superior em 16,1% e 12,8%, comparativamente às dos estratos I e II, respectivamente. A explicação para que os associados do estrato III tenham apresentado maior rendimento pode estar associada ao maior tempo de experiência que possuem, como agricultor e como associado da APAEB, com condições de possuir certa capitalização que proporciona estabilidade e condições de reinvestimento. Além disso, por serem famílias, no ciclo de vida em dispersão as despesas com

²⁹ Ver Figura 4A.

familiares praticamente não existem e, além de tudo isso, já contam com outra fonte de renda, proveniente das aposentadorias/pensões. Os resultados também indicaram que, nos três estratos, mais da metade das famílias (65%) possuía renda superior a R\$300,00 mensais. Contudo, em termos da renda *per capita*, que realmente mostra a vulnerabilidade financeira das famílias, pôde-se constatar que ela estava, em termos gerais, em torno de R\$95,77, ou seja, próximo à metade do salário mínimo da época da entrevista (R\$200,00). Tal resultado indica, segundo dados convencionais da FAO (0,5 salário mínimo *per capita*), que uma parte dos produtores pode ser enquadrada como de subsistência ou, como afirmaram Bernades et al. (1999), como de “agricultores familiares periféricos”, definidos pelos autores como aqueles que percebem o mínimo para as despesas da subsistência familiar, com menores condições de integração nos mercados e de realização de novos investimentos ou de capitalização. Os demais poderiam ser enquadrados como “agricultores familiares de transição”, com área insuficiente (em média de 17 ha) e de baixa fertilidade, comparativamente àqueles que poderiam ser categorizados como “consolidados”, que possuem melhores condições de vida e de produção (principalmente os do estrato III). Em face dessa realidade contextual é que se observa o papel relevante da APAEB na qualidade de vida da maioria daqueles agricultores. Já que, individualmente, na condição de “periféricos” ou de “transição”, não teriam condições de executar os projetos implementados pela Associação (comentados anteriormente) que, além de promoverem a integração dos mesmos no mercado, têm a preocupação com os aspectos educativos (maior conhecimento, informações e habilidades) e, principalmente, com aqueles de natureza social, que visam, em último instância, a melhoria da qualidade de vida dos associados.

Constatou-se também que, mesmo percebendo rendimentos limitados (em termos médios, todos os grupos possuíam renda familiar um pouco superior ao salário mínimo) era intensa a jornada de trabalho dos agricultores. Ou seja, trabalhavam, em média, seis dias na semana; embora muitos produtores, principalmente do grupo II, tenham dito que trabalhavam todos os dias, passando a média para 6,8 dias. Quanto ao número de horas trabalhadas, praticamente não

foram registradas diferenças entre os estratos, variando esse número de 7,4 horas (estrato III) até 8 horas (estrato I). Apesar das médias apresentadas, vários agricultores informaram que trabalhavam mais de oito horas diariamente. A carga horária diária de trabalho feminino foi subestimada, até mesmo pelas próprias mulheres, já que só levavam em consideração o trabalho realizado na lavoura, desconsiderando toda labuta doméstica, demonstrando a existência do fenômeno da dupla jornada de trabalho, sem o devido reconhecimento.

Com relação à natureza do trabalho do agricultor, observou-se que a maioria dos entrevistados realizava atividades agrícolas, correspondendo a cerca de 80% em todos os estratos. As atividades não-agrícolas desempenhadas podem ser consideradas insignificantes, em torno de 5% nos três estratos. No caso de o produtor realizar ambas as atividades (agrícola e não-agrícola), foram observadas certas diferenças entre os três grupos de agricultores, da seguinte forma: no estrato II, 25% deles desempenhavam as duas atividades, enquanto nos estratos II e III estas percentagens foram de 15% e 14,3%, respectivamente. Tal resultado indica maior pluralidade no estrato II, provavelmente por terem uma família maior, menor renda média e *per capita*, o que exige o desempenho de atividades agrícolas e não-agrícolas. A justificativa apresentada pelos agricultores para realização de trabalhos não-agrícolas estava, principalmente, no período de seca prolongado, que afeta a região e a vida das famílias, obrigando alguns agricultores a se tornarem pluriativos, ou seja, dedicando-se menos à terra e procurando outras atividades, seja nos projetos da APAEB, seja na construção civil ou em trabalhos temporários da prefeitura e do Estado.

No que diz respeito aos demais membros da família que trabalhavam e recebiam renda, notou-se que prevaleceu uma ocupação em atividades não-agrícolas. Esses membros correspondem, em sua maioria, aos filhos dos sócios, ficando a distribuição por estrato da seguinte forma: 50%, 55,6% e 66,7% nos estratos I, II e III, respectivamente. Como pode ser verificado, o último estrato possuía maior percentual de filhos trabalhando nas atividades não-agrícolas. Uma explicação para tal resultado é que o estrato III possuía mais filhos adultos e, como a APAEB dava prioridade aos membros da família do associado, no

momento da contratação de mão-de-obra para seus próprios projetos (laticínio, curtume, supermercado, indústria), esse percentual foi superior (19,9%) ao do grupo II. Com respeito aos estratos I e II, os membros estavam em outras atividades agrícolas (que, não somente, da APAEB), mas, também, em outras posições não-agrícolas, especificamente como empregados do setor de serviços, tanto em órgãos públicos (prefeitura) quanto em empresas locais, como no caso da indústria de calçados, entre outras.

Não há dúvida de que os empregos não-agrícolas têm proporcionado benefícios para a população de agricultores associados, pois garantem a seus filhos determinado rendimento e, conseqüentemente, maior estabilidade, com reflexos sobre a qualidade de vida das famílias. Deve-se, entretanto, ressaltar que esse fenômeno pode resultar, principalmente no longo prazo, em um desafio a ser enfrentado pelos agricultores, com reflexos sobre a sustentabilidade da produção agrícola familiar, que reside na falta ou escassez de sucessores, no meio rural, para o desempenho das atividades agropecuárias.

Pesquisa realizada por Silvestro et al. (2001) evidenciou que o tamanho das famílias rurais vem diminuindo, nos últimos anos, demonstrando “que mais de dez por cento das famílias hoje dedicadas à agricultura não têm sucessores”, em razão de os jovens estarem buscando, fora do meio rural, oportunidades mais promissoras de renda. Tal questão deve ser refletida no caso de Valente, porque está se criando, como notado nas entrevistas, na mentalidade das famílias dos associados, uma grande expectativa com relação aos empregos gerados pela Associação. Mesmo existindo projetos, como a Escola Família Agrícola, que visam manter as pessoas no meio rural, com mais capacidade e condição de produzir, as próprias famílias alimentam-se da esperança de conseguir um emprego “melhor” (não-agrícola) para o filho, justificado pelo fato de que o trabalho não-agrícola pode “ser menos duro e ter o dinheiro mais garantido todo mês”, como foi manifestado por um agricultor. Isso pode provocar, com o tempo, dificuldades para a própria APAEB, cujos projetos têm no agricultor familiar seu principal fornecedor. Além disso, existe a representação, que está se formando

sobre o trabalho rural, em termos de “mais duro e instável”, por parte do agricultor, que é, em última instância, o motor da entidade.

Em face desse contexto, considera-se que um trabalho de cunho socioeducativo deve ser realizado pela APAEB, para elevar mais a auto-estima do agricultor, reduzir seu desestímulo e, principalmente, mostrar o seu valor e a importância de seu trabalho.

Com relação à estabilidade do trabalho das pessoas ocupadas, observou-se que, em termos gerais, apenas 37% dos membros familiares possuíam carteira assinada (34,4% dos trabalhadores do estrato I, 35,3% do II e 41,4 do III). Essa diferença, de aproximadamente 20% no nível de estabilidade trabalhista, registrado entre os grupos, deve-se ao fato de que os membros familiares trabalhadores estão, em sua maioria, vinculados à Associação, que proporcionava todas as garantias trabalhistas, principalmente aos do estrato III, que eram os maiores beneficiários com os empregos da APAEB não somente, como já foi comentado, por terem um maior percentual de filhos adultos, como também, conforme pressuposto, pelo maior tempo de associado desse grupo, que, de alguma forma, proporciona-lhe “certos direitos” de pertencimento e, portanto, mais oportunidades.

4.4. Percepção dos agricultores sobre qualidade de vida e implicação da APAEB neste indicador social

Nesta seção foram discutidos os aspectos associados às condições da sustentabilidade social, isto é, os resultados sobre a qualidade de vida dos agricultores associados, de formas objetiva e subjetiva, como pressuposto pelo modelo teórico de Metzger et al. (1980). Procurou-se, também, associar o conhecimento científico do modelo com o “saber comum” dos agricultores, em termos do que seria para eles qualidade de vida. Além disso, analisaram-se as posições desses agricultores sobre a atuação e funcionamento da APAEB e suas implicações sobre esse indicador social.

4.4.1. Condicionantes da sustentabilidade social: dimensões concretas da qualidade de vida

Neste item foram analisados os fatores que, concretamente, condicionam a qualidade de vida da família, focalizando-se nas modificações ocorridas, em termos de acesso aos diversos domínios da vida.

4.4.1.1. Acesso a serviços

No que se refere aos serviços comunitários básicos, como transporte coletivo, equipamentos de lazer, serviços de comunicação, estabelecimentos escolares, comércio, serviço de saúde, iluminação pública, creches e associações de moradores, constatou-se que a maioria da população pesquisada não possuía acesso a vários serviços. Transporte coletivo, equipamentos de lazer, comércio, comunicação (telefone) e iluminação pública foram apresentados como inexistentes ou muito insatisfatórios. A exemplo da iluminação, que beneficiava poucas residências, mesmo em comunidades localizadas até 8 km da sede, tal situação era percebida pelos agricultores como uma distribuição não-equitativa deste serviço, caracterizando uma situação de desigualdade social.

Com relação aos domínios da vida, associados ao ambiente (condições sanitárias e higiênicas) e à saúde (condições de infra-estrutura e recursos humanos), verificou-se que eles só foram encontrados naquelas comunidades de maior porte. Além disso, especificamente com relação aos postos de saúde, estes eram percebidos, pelos agricultores, como muito insatisfatórios, porque tinham problemas de disponibilidade de profissionais para o atendimento às famílias. No caso das creches e dos estabelecimentos pré-escolares, o quadro apresentou-se menos desfavorável, uma vez que, em média, 70% das comunidades dispunham desse serviço, não muito distante das residências, sendo baixo o índice de insatisfação por parte dos entrevistados, no que concerne a esse componente educativo (10% no estrato I, 5% no II e 4,5% no III). A existência de associação de moradores em todas as comunidades visitadas apresentou-se como um fator positivo para a mobilização e integração de seus membros, que se sentiam satisfeitos com o serviço prestado.

A partir dessas informações, é possível inferir que a inexistência ou deficiência de algum serviço era decorrente, sobretudo, da falta de condições ou, mesmo, do pouco comprometimento do poder público com as questões sociais, justificando-se, assim, o descrédito e a insatisfação da população com relação ao desempenho dos gestores dos órgãos governamentais. Nesse sentido, um maior reconhecimento e respaldo eram creditados à APAEB, pelo fato de a mesma estar atendendo a muitas das necessidades não-satisfeitas pelo Estado e pela Prefeitura Municipal.

4.4.1.2. Condições da habitação

Considerando a importância das condições de moradia na qualidade de vida dos indivíduos/famílias, examinaram-se algumas variáveis relevantes (Quadro 12) para a identificação do padrão desse domínio da vida.

Quanto às condições da habitação das famílias dos agricultores, observou-se que ocorreram algumas mudanças por intermédio da Associação, sendo uma delas associada ao tipo de iluminação usada nas casas. A região era caracterizada, principalmente na zona rural, pela ausência de iluminação pública. Diante disso, a entidade passou a incentivar o uso da energia solar, vista como de elevada importância, já que permite a eletrificação de cercas, diminuindo o uso de madeira, para criatório de caprinos e ovinos; permite o acesso a meios de comunicação (rádio e Tv); possibilita o estudo à noite; proporciona maior conforto às famílias; além de reduzir o uso do lampião, abastecido por combustível poluente. Já foram implantados mais de 350 sistemas de energia solar, financiados pelo Fundo Rotativo da APAEB. No que se refere aos entrevistados, que residiam até 15 km da sede, observou-se que o estrato III, era o que tinha o maior número de usuários de energia elétrica (52,4%); foi, também, o que possuía o maior número de beneficiários do sistema de energia solar (33,3%), comparativamente aos agricultores do estrato I (15%) e do estrato II (10%), podendo-se inferir que este era o grupo mais privilegiado pela Associação, possivelmente pelo seu maior tempo de dedicação à APAEB.

Quadro 12 – Características da habitação dos agricultores entrevistados.
 APAEB – Valente, BA, 2002/2003

Aspecto	Unid.	Estrato (Por Tempo de Associado)		
		I (5 anos a menos)	II (6 a 15 anos)	III (15 anos a mais)
1. Iluminação				
Lampião/lamparina/velas	%	25,0	20,0	14,3
Solar	%	15,0	10,0	33,3
Elétrica	%	60,0	70,0	52,4
2. Abastecimento de água				
Carregada	%	65,0	70,0	61,9
Rede geral	%	35,0	30,0	38,1
3. Armazenamento da água				
Latas, baldes ou potes	%	10,0	10,0	19,0
Caixa sem cobertura	%	15,0	-	9,5
Caixa com cobertura	%	25,0	15,0	4,8
Cisternas	%	50,0	75,0	66,7
4. Material das paredes				
Alvenaria	%	100	100	90,4
Taipa	%	-	-	4,7
Outros	%	-	-	4,7
5. Telhado				
Telha de barro	%	100	95,2	95,2
Laje e telha de barro	%	-	-	4,8
Telha de barro e amianto	%	-	4,8	-
6. Tipo de abertura das janelas				
Vão aberto com proteção	%	-	5,0	9,5
Com esquadria de madeira/metal	%	100	95,0	90,5
7. Número médio de cômodos				
Somente 2	%	5,0	-	4,8
de 3 a 4	%	20,0	20,0	9,5
com 5 ou mais	%	75,0	80,0	85,7
8. Como costuma dormir a família				
Todos no mesmo quarto	%	10,0	-	9,5
Crianças maiores de 3 anos em quartos separados dos pais	%	15,0	20,0	-
Crianças em quartos separados dos pais por sexo	%	75,0	80,0	81,0
9. Tipo de aquisição da casa				
Própria	%	100	100	100
10. Saída de esgoto				
Exposto	%	95,0	95,0	100
Fossa séptica	%	5,0	5,0	-
11. Destino do lixo				
Exposto	%	35,0	30,0	23,8
Enterrado	%	20,0	25,0	23,8
Queimado	%	35,0	40,0	47,6
Latas para coleta	%	10,0	5,0	4,8

Fonte: dados da pesquisa (2002).

Outra mudança significativa nas habitações, por interferir diretamente em um dos maiores problemas, que afetam a vida das pessoas na região, foi o incentivo à construção de cisternas, realizado por meio de um sistema de mutirão, com apoio creditício da APAEB. Outro fator associado ao padrão habitacional foi a forma de abastecimento de água. Observou-se, como evidenciado no Quadro 12, que em torno de 35%, nos três estratos, possuíam abastecimento de água, por meio de rede geral. Entretanto, para o restante dos agricultores (65%), a água, proveniente das cacimbas escavadas, era carregada na cabeça ou sobre animal. Isso retrata a dificuldade de acesso a esse recurso natural, evidenciando-se a importância de seu armazenamento por meio de cisternas, que retêm água da chuva, amenizando a situação de escassez, em determinados períodos do ano. Os dados relativos ao armazenamento da água foram os seguintes: no estrato I, 50% tinham cisterna, sendo 50% delas construídas por meio de financiamentos da APAEB; no estrato II, de 75% dos agricultores, estando 60% apoiados pela Associação; e no estrato III, dos 66,7% que possuíam cisterna, 42,8% receberam auxílio dessa entidade.

Relatando sobre as condições sanitário-higiênicas, verificou-se que a água carregada dos tanques e armazenada em potes, caixas sem tampas ou cisternas era diretamente utilizada para o consumo, de acordo com as informações repassadas pelos entrevistados. No entanto, na maioria das residências a saída do esgoto proveniente da pia ou do banheiro era, em quase sua totalidade, despejado a céu aberto ou jogado nas plantas. Embora esta não seja a prática recomendada, evidenciou-se que ela não apresentava risco de propagação de doenças, devido às distâncias entre as casas e também à alta temperatura, que evapora rapidamente as águas. Em suas necessidades fisiológicas, a maioria das famílias utilizava o “mato”, deixando os dejetos expostos. Sobre o destino do lixo, observou-se considerável mudança no trato com o lixo, a partir de orientações da APAEB. Os agricultores passaram a utilizar melhor o lixo orgânico e a queimar os plásticos, pois entenderam os problemas ambientais causados por esse tipo de material.

Quanto ao tipo de aquisição da casa onde os agricultores residiam, todos se posicionaram como proprietários, mesmo daquelas construídas nas terras dos

país. Esse é um resultado importante, já que a posse da casa é também um elemento fundamental para determinação da qualidade de vida familiar, do ponto de vista concreto. O material das paredes que prevaleceu foi a alvenaria (adobe), com telhas de barro (quase 100%), que é a mais adequada para a região de calor. O tipo de abertura de janelas predominante foi o de esquadria de madeira ou metal. O número médio de cômodos apresentou pequena diferença entre os grupos de agricultores, prevalecendo as casas com mais de cinco cômodos (75%, 80% e 85,7% nos estratos I, II e III, respectivamente).

No que se refere ao padrão habitacional, na percepção do pesquisador e levando em conta a realidade regional, pode-se dizer que as casas apresentavam níveis baixo, médio e bom de construção, sendo o padrão médio o mais significativo, com 65% no estrato I, 75% no estrato II e 66,7% no estrato III. Embora fosse avaliado como de padrão médio, a maioria era percebida como satisfatória na visão dos entrevistados.

O componente saúde foi analisado considerando as principais doenças que algum membro da família havia contraído nos últimos três meses, antes da data desta pesquisa. As principais enfermidades relatadas foram: dores no corpo, provenientes do tipo e intensidade do trabalho ou da idade avançada, além de problemas de estômago, gripes e resfriados (Quadro 13).

Quadro 13 – Principais enfermidades em algum membro da família relatadas pelos agricultores. APAEB/BA, 2002/2003

Característica	Unid.	Estrato (Por Tempo de Associado)		
		I (5 anos a menos)	II (6 a 15 anos)	III (15 anos a mais)
1. Principais doenças				
Dores no corpo	%	20,0	5,0	28,6
Problemas no estômago	%	-	5,0	14,2
Gripes e resfriados	%	15,0	10,0	28,6
Não contraiu doenças	%	65,0	80,0	28,6
2. Qualidade do atendimento				
Bom	%	70,0	85,0	90,4
Regular	%	15,0	5,0	4,8
Ruim	%	5,0	10,0	4,8

Fonte: dados da pesquisa (2002/2003).

A forma mais freqüentemente utilizada para combater as doenças, segundo depoimentos dos entrevistados, foi a utilização de medicamentos caseiros, sobretudo chás. Já os que haviam procurado atendimento médico, quando questionados a respeito da qualidade do serviço, informaram que o mesmo havia sido bom (cerca de 80%, na média dos estratos). É relevante ressaltar que tais atendimentos eram prestados no hospital, em razão da própria deficiência dos postos de saúde nas comunidades, em termos de funcionamento, o que proporcionava certa insatisfação à população do campo, por não possuir um atendimento mais rápido, próximo à sua moradia.

Outro domínio da vida, citado no modelo de Metzger et al. (1980), referencial desta pesquisa, diz respeito à segurança pessoal, especificamente no que se refere à ocorrência de atos de violência. Quanto a este assunto, os entrevistados relataram que se sentiam completamente seguros em suas comunidades (não tendo sido citado nenhum caso de violência), afirmando, inclusive, que não tinham receio de sair à noite. Alguns casos esporádicos de brigas mencionados estavam relacionados ao excesso de bebidas alcoólicas, que não chegaram a apresentar perigo, pois havia sido solucionados entre eles, não sendo necessário acionar o serviço policial.

4.4.1.3. Vida social e familiar

Para conhecer as condições do relacionamento humano dos agricultores, foram priorizadas algumas variáveis associadas às famílias, parentes e amigos, destacando-se os aspectos, tanto de coesão quanto de conflitos, presentes ou ocorridos no espaço familiar e social. Os resultados indicaram que os entrevistados eram felizes e orgulhosos de suas próprias famílias, uma vez que os membros se sentiam unidos, em sua maioria (100% no estrato I e 95% e 95,2% nos estratos II e III, respectivamente). Pelos relatos e depoimentos, evidenciou-se um bom relacionamento entre os familiares (pai, mãe e filhos), que mantinham um ambiente de amizade, confiança, respeito e de diálogo, quando se defrontavam com alguma crise ou, mesmo, quando precisavam dividir alguns problemas ou compartilhar de certos eventos não esperados.

Constatou-se, também, que em mais de 90% das famílias não existiam divergências internas relacionadas a práticas e crenças religiosas, dinheiro e finanças, drogas, jogo, problemas escolares, horários de dormir, sexo, amigos e aparência. Os fatores que apresentaram pequena incidência, em termos de alguma discordância, estavam relacionados a: questões de vício (álcool), relatadas por 5%, 10% e 4,8%, respectivamente, nos estratos I, II e III; aspectos relativos à não-divisão das tarefas domésticas, o que sobrecarregava o segmento feminino (presente em 10%, 10% e 4,8% dos estratos I, II e III, respectivamente); discussões associadas ao tipo de vestuário dos filhos jovens, ressaltado por 10% e 5% dos grupos I e II, respectivamente, apesar de a maioria das discórdias ter sido resolvida pelo diálogo.

Outro aspecto da vida social dos indivíduos/família refere-se a como se sentem com respeito aos seus vizinhos e amigos. Quanto à relação com os vizinhos, detectou-se um resultado bastante positivo. Praticamente quase todas as famílias, dos três grupos de agricultores, relataram que o relacionamento mantido com seus vizinhos era muito satisfatório, enquanto 20% restantes detectaram que era bom, ou seja, afirmaram que existiam apoio moral e emocional e um ambiente de solidariedade entre os mesmos. A proximidade e a boa relação entre vizinhos, tal como constado entre os parentes, derivavam-se da convivência e socialização dos momentos bons e difíceis, o que contribuía para a atenuação dos conflitos, situações estressantes, enfim, para uma melhoria na qualidade de vida. Texeira (1997) comentou sobre essa questão da vida social e familiar, mostrando que o nível de estresse se reduz e a qualidade de vida é melhor quando existe ligação emocional entre familiares e amigos/vizinhos; divisão de valores, muito encorajamento, fé em Deus e capacidade para lidar e para se ajustar aos problemas, conflitos e discórdias.

Essa questão torna-se mais evidente ao analisar a relação de trocas sociais, por meio das ajudas. Observou-se que 30% dos entrevistados do estrato I já receberam alguma ajuda, enquanto nos estratos II e III esses percentuais foram de 45% e 61,9%, respectivamente. Os favores trocados ou as ajudas mútuas possuem papel relevante, na visão do produtor, porque equivalem, normalmente, às atividades relacionadas ao preparo da terra, ao plantio, à colheita e à

construção de cercas e cisternas, sendo estas feitas por meio de mutirão, constituído geralmente de vizinhos e parentes. Nessa questão, a Associação tinha uma forte influência, pois incentivava o resgate desta prática, que estava sendo esquecida, como evidenciado no seguinte depoimento:

... antigamente a gente via assim a cada semana, reunia um grupo de 20 ou 30 pessoas e trabalha na terra de um cidadão, na próxima na outra, e isso tinha morrido, mas através da Associação, da união nós estamos resgatando isso hoje, nós já estamos vendo a comunidade fazendo mutirão. (Técnico da APAEB, dados da pesquisa, 2002).

Como se percebe, o mutirão³⁰ é um trabalho de grupo que beneficia uma família numa relação de reciprocidade, de solidariedade na produção e de divisão da força de trabalho, por meio de trocas de favores, principalmente no que se refere à força de trabalho ou, mesmo, a bens e outros serviços.

Nessas relações de reciprocidade, também podem ser incluídas ações relativas à divisão de tarefas, ou seja, como são partilhadas as responsabilidades dos diferentes membros familiares. Por exemplo, com respeito aos gastos do orçamento doméstico (manutenção da casa), constatou-se que havia certo equilíbrio nessa divisão de responsabilidades, sendo as decisões tomadas através de diálogo e ajuda dos membros adultos. No entanto, por questões culturais, ainda foi constatado um percentual significativo de famílias em que a obrigação de prover era desempenhada exclusivamente pelo homem (marido), tarefa atribuída culturalmente a este, cobrado por ele próprio, basicamente naquelas questões relacionadas às contas mais importantes, de maior valor, como era a alimentação, que consumia a maior parte do orçamento doméstico. No estrato I, em 40% das famílias a responsabilidade era exclusiva do marido; no II e III estratos, era de 50% e 35%, em favor do marido. O estrato III apresentou a melhor equidade na distribuição das responsabilidades, provavelmente por ter maior número de filhos adultos, que contribuía para o orçamento e de esposas que exerciam outras atividades ou se encontravam aposentadas.

³⁰ Mais sobre o tema, ver “Ação coletiva e organização dos Agricultores no Semi-árido de Sabourin” (2003).

No que se refere, no entanto, ao trabalho doméstico, verificou-se que esse compromisso ficava, na maioria das famílias, sob a responsabilidade exclusiva da mulher. Em 55% das famílias do estrato I, as tarefas domésticas não eram compartilhadas com outros membros; no II, 65%; e no III, 33,3%. Nos casos em que o trabalho era dividido, geralmente as filhas ajudavam na limpeza e no preparo das refeições. Isso reifica a rigidez da divisão sexual do trabalho, principalmente o doméstico, que não tinha o devido valor e reconhecimento econômico, restando à mulher realizar várias tarefas, tanto na casa quanto na lavoura, o que caracterizava a múltipla jornada de trabalho (CEBOTAREV, 1994).

No que concerne ao domínio da vida associado ao lazer, pôde-se perceber que todos os membros familiares dos agricultores participavam de algum tipo de atividade recreativa. Entre as mais freqüentes estavam: visitas a amigos e parentes, freqüentar a igreja ou eventos religiosos na comunidade, jogar bola, ouvir rádio, freqüentar bares e participar de reuniões da APAEB, além dos encontros culturais nas comunidades.

4.4.2. Satisfação das famílias com os diversos componentes da qualidade de vida

A avaliação do grau de satisfação das famílias relacionado à qualidade de vida, que permite dimensionar a condição de vida que se tem ou se deseja, foi feita subjetivamente, de acordo com as percepções dos agricultores entrevistados, levando-se em conta o nível de satisfação com os diversos componentes da vida, apresentados no modelo de Metzger et al. (1980), que são: educação, trabalho, renda, serviço comunitário, saúde, lazer, integração social, habitação, segurança física e religião. Esses componentes foram avaliados pelos produtores em termos do nível de satisfação com os mesmos, tendo sido atribuídos valores, apresentados pelos produtores, que variaram de 1 a 4, equivalendo, respectivamente, aos seguintes graus de satisfação: insatisfeito, pouco insatisfeito, satisfeito, muito satisfeito.

Quanto à importância, os componentes da vida foram ordenados em uma hierarquia eleita pelos entrevistados do mais importante para o menos importante, conforme distribuição evidenciada no Quadro 14. Para os agricultores, os três domínios de maior importância em suas vidas estavam associados a ter boa saúde, renda e trabalho estável.

Quadro 14 – Nível de satisfação e importância atribuídos aos componentes da vida pelos agricultores – APAEB, Valente, BA, 2002/2003

IMPORTÂNCIA Componentes da Vida por Ordem de Importância	NÍVEL DE SATISFAÇÃO												
	Unid.	Estrato (Por Tempo de Associado)											
		I (5 anos a menos)				II (6 a 15 anos)				III (15 anos a mais)			
		4*	3*	2*	1*	4*	3*	2*	1*	4*	3*	2*	1*
1º Saúde	%	-	75,0	15,0	10,0	-	75,0	20,0	5,0	-	80,9	4,8	-
2º Renda	%	5,0	45,0	45,0	5,0	-	55,0	35,0	10,0	9,6	57,1	28,5	4,8
3º Trabalho	%	-	70,0	20,0	10,0	5,0	75,0	15,0	5,0	14,3	71,4	14,3	-
4º Educação	%	-	70,0	25,0	5,0	-	75,0	20,0	5,0	-	80,9	14,3	4,8
5º Habitação	%	10,0	75,0	10,0	5,0	15,0	75,0	5,0	5,0	14,3	66,6	14,3	4,8
6º Serv. comunitários	%	-	30,0	60,0	10,0	-	30,0	65,0	5,0	-	52,4	42,8	4,8
7º Integração social	%	35,0	65,0	-	-	20,0	80,0	-	-	14,3	80,9	4,8	-
8º Religião	%	15,0	85,0	-	-	50,0	50,0	-	-	38,1	61,9	-	-
9º Lazer	%	15,0	75,0	10,0	-	15,0	75,0	10,0	-	4,8	90,4	4,8	-
10º Segurança física	%	55,0	45,0	-	-	55,0	45,0	-	-	42,9	57,1	-	-

Fonte: dados da pesquisa (2002/2003).

* 4 = muito satisfeito; 3 = satisfeito; 2 = pouco satisfeito; e 1 = insatisfeito.

O nível de satisfação dos agricultores, na maior parte dos componentes, foi observado como bastante elevado (Figura 5). Os que apresentaram maior nível de satisfação (mais de 70%), nos três estratos, foram: educação, trabalho, saúde, lazer, integração social, habitação e religião. A média geral de satisfação total, em relação a todos os domínios, foi de 65,7% e 14, 4%, respectivamente para as categorias satisfeito e muito satisfeito. Comparando os três estratos, em termos de satisfação total com qualidade de vida (satisfeito e muito satisfeito), pôde-se observar que as diferenças foram de 3,2% (entre os estratos I e II) e 8,8% (entre os agricultores do estrato I e III, respectivamente). Tais resultados indicaram que, praticamente, são baixas as discrepâncias entre os grupos, em que a maior não ultrapassou a 10%, entre os estratos I e III.

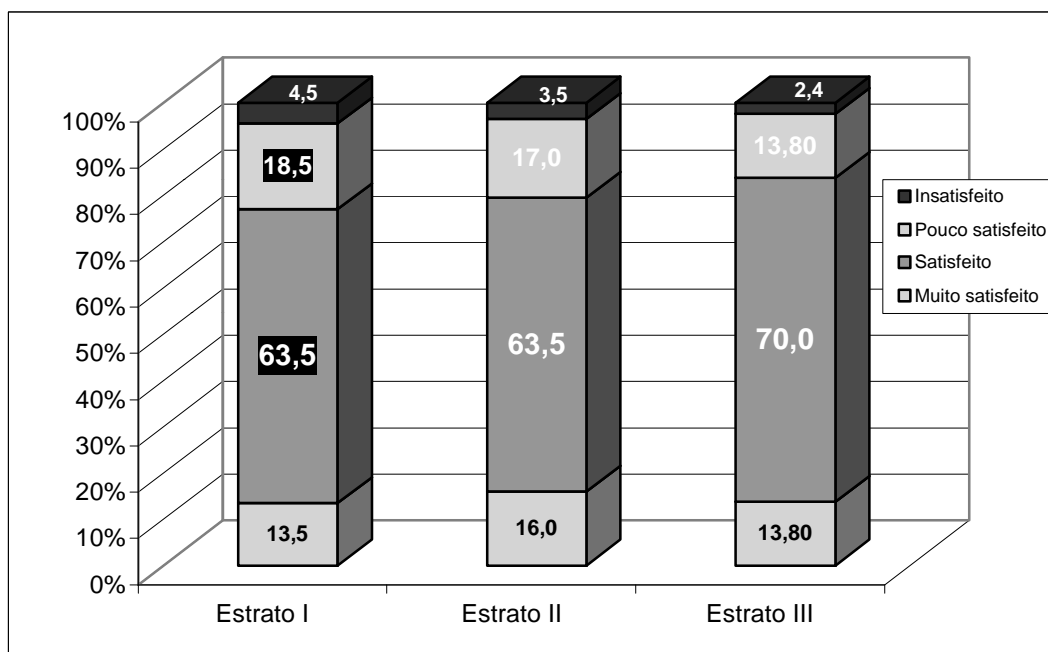


Figura 5 – Nível de satisfação total dos agricultores associados – APAEB/BA, 2002.

Observou-se, contudo, que nos componentes trabalho, renda e serviço comunitário foram observadas algumas diferenças significativas, além de serem estes os domínios com os quais os agricultores estavam mais insatisfeitos. A renda foi mais bem observada pelo grupo III, com 57,1% de satisfação e 9,6% de muita satisfação, indicando que mais da metade dos associados do grupo III se sentia bem com suas condições de vida. Tal satisfação pode estar sendo influenciada pelo fato de ser este o grupo com maior estabilidade financeira, tanto pessoal quanto familiar. Os outros estratos, com respeito à renda, apresentaram menor satisfação: 55% no grupo II e 50% no grupo I. O mesmo foi constatado com relação ao trabalho, em que o nível de satisfação foi de 70% no grupo I, implicando que os associados mais jovens têm encontrado mais dificuldades, provavelmente pelo baixo poder aquisitivo, por estarem em fase de formação ou maturação, com mais despesas e maior índice de demanda reprimida de bens. Quanto aos serviços comunitários considerados, constatou-se que esse foi um dos domínios da vida de menor grau de satisfação (30% para os grupos I e

II e 52,4% para o III), podendo-se inferir que os gastos públicos não estavam conseguindo prestar um atendimento de qualidade aos agricultores.

Em razão dos resultados apresentados, pôde-se sintetizar, como evidenciado na Figura 5, que mostra o percentual médio de todos os componentes da vida em cada uma das quatro categorias de satisfação, nos três estratos de produtores, que mais da metade dos agricultores sentia-se bem com suas condições concretas de vida; as expectativas, em termos do padrão de vida, estavam concentradas em três componentes (trabalho, renda e serviços comunitários). Embora a discrepância não tenha sido elevada, os produtores com maior tempo de vinculação à APAEB foram os que apresentaram o nível mais elevado de qualidade de vida (83,8%), comparativamente aos de menor tempo de associado (77%). Tais diferenças indicaram que o tempo de associado tem influência nas melhorias ocorridas na vida das pessoas, uma vez que nas entrevistas os associados fizeram referências aos benefícios da Associação, tanto para o município quanto para eles próprios.

4.4.3. Percepção dos agricultores sobre qualidade de vida

Ao comparar o conhecimento técnico com a percepção dos agricultores sobre o que, na opinião dos mesmos, seria qualidade de vida, pôde-se observar que, na imagem dos produtores, esse termo está associado ao padrão de vida, ou seja, ao que eles almejam ou ao que gostariam que melhorasse não só para a própria família, como também para outros, como mostrado nos depoimentos a seguir:

*Para mim a **qualidade de vida é ter a terra e a água**. A água aqui é muito difícil, mas quando tem um pouco nós pode trabalhar bem. Não precisa muito. Com coragem e fé em Deus a terra dá o sustento da família. (H, 39 anos).*

*A qualidade de vida é **melhorar a vida do trabalhador**. Na roça, nós dá muito duro, a vida é muito difícil, **mesmo quando temos disponibilidade para o trabalho**, fica muito difícil, **porque as condições são muito precárias**, então a gente sofre e não vê resultado, os políticos não ajudam só*

vem aqui pra pedir o voto e some e povo fica na vida difícil.
(H, 41 anos).

A precariedade das condições de trabalho coloca-se como um empecilho enfrentado pelos agricultores, dificultando o desenvolvimento das atividades e a possibilidade de obter os recursos necessários à sobrevivência. Como a região é caracterizada pela adversidade climática, a falta de água é apresentada por muitos como um grande transtorno, refletindo, ainda mais, na vida das pessoas. A falta de políticas que proporcionem oportunidades de uma vida melhor para conseguirem adaptar-se ao ambiente físico desfavorável da região foi apontada como um grande problema. Nesse sentido, a água é vista como um fator de melhoria da qualidade de vida, bem como as políticas públicas voltadas para a realidade da região, que poderiam amenizar as situações de adversidade, segundo os agricultores. A questão religiosa também esteve bastante presente, uma vez que a fé em Deus apareceu nos depoimentos como primordial para se ter qualidade de vida, isto é, têm a fé de que Deus poderá lhes proporcionar uma vida melhor, o que demonstra que, além da união (coesão, partilha, solidariedade), possuem flexibilidade ou adaptação diante da precariedade das condições de vida.

A situação financeira também aparece nos discursos dos entrevistados:

Qualidade de vida é uma situação financeira melhor, né. Ninguém vive sem dinheiro, né. O dinheiro a gente tira da luta na terra, a gente precisa vender a farinha, a cabra, o feijão pelo preço bom para comprar outras coisas, pra uma precisão, pra quando um fica doente. Aqui a necessidade é porque o dinheiro é pouco. (H, 36 anos).

A baixa remuneração pelo trabalho realizado ou pelo que é produzido revela a insuficiência dos recursos financeiros e, com isso, as necessidades não são satisfeitas, tornando a busca por uma melhor renda uma grande aspiração comum entre os agricultores. Isso explica a preocupação que os entrevistados têm para que os filhos consigam outra ocupação mais estável e menos árdua do que o trabalho no campo.

A boa saúde foi eleita como o componente mais importante ou de maior peso na vida dos agricultores, ou seja, sentiam que para se ter uma boa qualidade de vida era necessário ter saúde; consideravam que as pessoas saudáveis e bem-alimentadas tinham maior disposição para o trabalho, como mostrado no seguinte depoimento:

Eu entendo a qualidade de vida, como a saúde. Se a pessoa tem saúde, a pessoa pode trabalhar, pode dar duro e muito ou pouco a pessoa tira o de comer. A pessoa planta feijão, cria um bicho, vende o dia, faz qualquer coisa. (H, 44 anos).

O relacionamento com filhos e parentes também esteve presente nas entrevistas:

A qualidade de vida é a felicidade, é quando não tem briga em casa, de pai e filho e o pai pode dá educação e sustento com o trabalho, sem passar necessidade, sem precisar pedir. (H, 46 anos).

Para ter qualidade de vida precisa ter dignidade, precisa ter os direitos respeitados pelos políticos, para dar direito a todo mundo, não adianta uns ter muito e outros não ter nada. Todos são filhos de Deus, quando a gente vê um irmão passando dificuldade, passando fome e sofrendo, é muito triste. A qualidade de vida é isso, todo mundo vivendo bem com estudo para os filhos, com trabalho e união para lutar por uma vida melhor. (M, 42).

Nota-se, nesses depoimentos, a importância dada à boa relação entre os familiares, bem como o valor que tem a educação escolar dos filhos, como uma forma de conseguir melhores condições de vida. Percebe-se, também, a preocupação não só com o bem-estar individual, mas coletivo. O exercício da cidadania, através da exigência dos direitos para si próprio e para a coletividade, fica claro nos depoimentos dos entrevistados, demonstrando a existência de uma conscientização, influenciada predominantemente pelos encontros comunitários, além de um sentimento de solidariedade, quando relataram que “qualidade de vida é todo mundo vivendo bem”.

Categorizando os depoimentos, é possível mostrar os pontos principais que dão significados a uma vida de boa qualidade. Na percepção dos agricultores: ter saúde, acesso a melhores condições para trabalhar, ressaltando dois recursos naturais, que são água e terra, além de um ambiente socialmente favorável em termos de políticas e serviços comunitários satisfatórios; possuir uma renda adequada às necessidades familiares, vida feliz com filhos e parentes, fé em Deus, boa educação para os filhos, paz e cidadania, em termos de poderem ter seus direitos garantidos e que haja “responsabilidades” sobre suas vidas.

Em função dos depoimentos dos agricultores, em termos da percepção sobre o que é qualidade de vida, constatou-se que não existe uma defasagem entre o que foi previsto pelo referencial teórico da pesquisa e o conhecimento comum ou popular, no sentido de que qualidade de vida para os agricultores envolve, também, vários domínios da vida, que devem estar associados à realidade cotidiana dos indivíduos/famílias e que devem representar suas necessidades não satisfeitas, suas aspirações (viver bem, ter estudo, saúde e ser respeitado) e potencialidades.

4.4.4. Implicações da APAEB na qualidade de vida dos agricultores

Na percepção dos entrevistados, a APAEB teve fortes implicações sobre a qualidade de vida deles e suas famílias. Constatou-se uma notável diferença nesse aspecto, entre os três estratos. Como pode ser visualizado na Figura 6, 55% dos agricultores do estrato I afirmaram que havia ocorrido alguma mudança na qualidade de vida dos mesmos, com a atuação da APAEB, justificando que as modificações podem não ter sido mais amplas, pelo fato de serem associados há pouco tempo e porque ainda não tinham se envolvido completamente nas atividades e projetos da APAEB. No entanto, 90% e 100% dos agricultores dos estratos II e III relataram que a associação teve uma influência expressiva na qualidade de vida deles, pois afirmaram que não teriam conseguido muitas “coisas” se não tivessem contado com o apoio da APAEB. Apesar de todos os agricultores do estrato III reconhecerem a importância da APAEB, eles

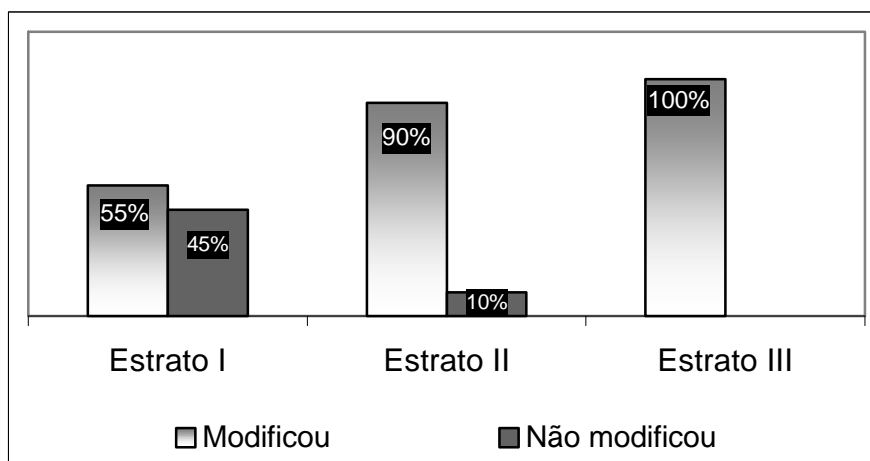


Figura 6 – Percepção dos agricultores associados quanto à atuação da APAEB na qualidade de vida. Valente, BA, 2002/2003.

manifestaram algumas reclamações relacionadas a diretoria e técnicos, os quais, segundo os depoimentos, estavam afastados dos associados mais antigos: *os mais antigos que ajudou a construir a sede, foram esquecidos*. Tais reivindicações vinham acompanhadas do sentimento de inferioridade e abandono, pois esses associados se mostraram constrangidos em procurar os novos técnicos e diretores, declarando que a *APAEB hoje possui muita gente nova, com muito estudo e ela é quem fala bonito*. Isso demonstra certas dificuldades enfrentadas por alguns associados, que podem prestar grande contribuição por meio das experiências de vida que, entretanto, não estão se sentindo à vontade para procurar os novos profissionais que trabalham na Associação, embora depositem nela bastante confiança e esperança de que a mesma é de fundamental importância para ajudar a melhorar as condições de vida dos agricultores.

Quanto às modificações apontadas pelo conjunto de associados, que caracterizam melhorias nas condições e padrão de vida dos agricultores, podem-se, inicialmente, citar aquelas relacionadas às próprias características do sistema produtivo, tanto em termos das condições de trabalho quanto dos aspectos ligados à comercialização:

Eu senti que mudou e para melhor. Nós sempre trabalhou duro, tinha que vender o dia no motor (de sisal), um trabalho arriscado, e não tirava tanto (rendimento), depois que me associei, a coisa foi melhorando e hoje trabalho na minha terra, plantando o que é meu. (H, 37 anos).

Antes quando o marido ia vender o sisal, ele tinha que viajar em cima do caminhão, era muito arriscado, hoje com a indústria, vende aqui mesmo e não arrisca a vida. (M, 38).

Nota-se, por meio desses depoimentos, uma significativa melhoria nas condições de trabalho, pelo fato de passarem a trabalhar exclusivamente na própria terra, com melhores resultados. A facilidade e a segurança para a comercialização dos produtos foram, também, apontadas como uma das vantagens da Associação, proporcionadas por meio do Posto de Vendas e da indústria de tapetes e carpetes, que contribuíram para a melhoria de renda, regulação de preços e criação de empregos, como destacados nos seguintes depoimentos:

A gente aqui não tinha emprego, os filhos não sabia onde ia trabalhar, tinha que ir embora, hoje não, hoje a gente vê o emprego, muita gente trabalhando. Eu mesmo tenho dois filho trabalhando na indústria e isso me deixa sem preocupação, eles pode comprar as coisas deles. (H, 56 anos).

A principal melhora foi o preço. O sisal aumentou, o couro aumentou e o leite aumentou. Quem vende para a APAEB, tem uma renda melhor. Eu crio cabras e vendo o leite pra o laticínio, assim dá pra ter uma renda boa...o criatório foi incentivo da APAEB, eu tinha umas 8, hoje tenho 23. (H, 44 anos).

Bem, além dos empregos gerados na indústria, no curtume e no laticínios, esses projetos possibilitaram oportunidades mais rentáveis aos agricultores, uma vez que o setor de laticínio permitiu valorizar mais o leite de cabra, que passou a ser comprado a R\$0,90, proporcionando uma renda mensal média de até R\$540,00 ao agricultor que vendia, em média, 20 litros por dia. A pele, que antes não tinha destino, passou a ser vendida ao curtume, contribuindo também para

um incremento da renda familiar. Assim, verifica-se que, nas áreas de trabalho e na geração de renda, houve muitas melhorias devido à influência da APAEB, na percepção dos agricultores e a ela associados.

A educação foi, também, uma área que apresentou resultados bastante positivos. Primeiro, os agricultores relataram ter adquirido mais informações e novos conhecimentos, nas reuniões e cursos promovidos pela Associação. Esses conhecimentos não eram somente de natureza técnica (manejo do solo, utilização racional da água ou introdução de novas culturas), mas também relacionados aos seus direitos como cidadão e valorização da auto-estima. Além disso, associada ao setor educativo estava a educação dos filhos na EFA, considerada de muita importância para os entrevistados, pois valorizava a realidade vivida pelos jovens:

Depois da APAEB eu tive orientação, para não fazer queimada, só de plástico. Aprendi a armazenar melhora a água, tem ainda os cursos que a gente aprende muita coisa, os direitos da gente. No de DLS a gente aprende a valorizar as coisas que a gente faz. (H, 48 anos).

A EFA é muito boa, hoje meu filho se interessa mais pela roça e fala as coisas que aprendeu. (H, 35 anos).

Quanto ao lazer, observou-se que a APAEB proporcionava muitos momentos de diversão para os agricultores. As confraternizações e as próprias reuniões foram apontadas como bons momentos de diversão. O clube social da APAEB foi tido como uma grande conquista, já que consistia em um espaço para eventos e recreação da família.

O nosso lazer melhorou porque a APAEB sempre faz festa, distribui brindes nas reuniões, faz brincadeiras e tem o clube, que a gente pode entrar e os mais novos gostam muito. (M, 41 anos).

No que concerne às condições de moradia, as mudanças derivadas da APAEB estavam relacionadas à água e à energia, uma vez que tais investimentos tiveram financiamentos mediados pela Associação. Percebeu-se, também, que

houve aumento no consumo de bens para uso pessoal/familiar, dado que muitos entrevistados informaram terem adquirido bicicletas, TV, rádio e motocicletas, entre outros bens, após a Associação, seja em razão do aumento da renda ou, mesmo, porque conseguiram financiar uma parte desses bens:

A gente vivia sem água e sem luz, com o projeto (financiamento), a gente tem cisterna e energia solar que não deixa ficar no escuro, a vida melhorou muito. (H, 32 anos).

Com os filhos trabalhando na indústria e me ajudando eu melhorei a casa, comprei a televisão e um filho já comprou uma moto, aos poucos a gente vê melhora. (H, 49 anos).

Pelos depoimentos apresentados pelos agricultores quanto à influência da APAEB na sua qualidade de vida e levando em consideração os objetivos e finalidades da Associação, é possível inferir que esta entidade tem conseguido proporcionar oportunidades de melhoria nas condições de vida das famílias dos pequenos agricultores do semi-árido baiano. As melhorias, como comentadas anteriormente, envolveram diversos componentes da vida, que estão interconectados, direta ou indiretamente, com o desenvolvimento, com a qualidade de vida, com o bem-estar do agricultor/família e seu ambiente mais próximo e com a sustentabilidade.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Num contexto marcado por um modelo de desenvolvimento econômico dependente, assimétrico e descontínuo, no qual prevalecem os interesses dos detentores do poder, uma vez que o clientelismo e o paternalismo fazem parte da realidade cotidiana do processo de gestão das políticas públicas, constata-se uma situação de: concentração fundiária e da renda; situação de desemprego e de pobreza; êxodo rural e marginalização da agricultura familiar; além de degradação e contaminação do ambiente.

Pressupõe-se que essa situação de adversidades seja provocada, basicamente, por falhas do “mercado,” que não é regulado em termos dos impactos sociais e ambientais, mas encontra-se altamente influenciado pelas políticas nacionais restritivas que, por sua vez, estão subordinadas às propostas dos organismos internacionais, em termos de estímulo à acumulação financeira, característica da globalização liberal.

Todo esse conjunto de fatores tem conduzido a não-sustentabilidade do setor agrícola familiar, incentivando a adoção de um novo paradigma produtivo, que tenha condições de estimular sistemas de produção integrados, humana, ambiental e economicamente. Uma das estratégias apontadas para tal desafio tem sido a mudança de rumo do desenvolvimento, que seja estruturalmente mais equilibrado e tenha como eixo as transformações sociais, em termos da melhoria

da qualidade e redução da exclusão social. Para tanto, uma das alternativas apresentadas tem sido contemplar o homem e seu ambiente, numa escala mais reduzida em termos de sua realidade cotidiana. É, nesse sentido, que se convergem duas correntes do pensamento científico-contemporâneo: por um lado, de que a sustentabilidade é mais viável de ser alcançada, quando é estimulado o desenvolvimento territorial ou local, pelo próprio fenômeno da proximidade social, que permite uma maior integração entre os atores do desenvolvimento; e, de outro lado, estão em destaque as constituições institucionais, que propiciam a mobilização e participação cívica ou a densidade do tecido institucional, que permite a associação de atores que, por meio de suas racionalidades endógenas e diferenciadas, ligam-se uns aos outros, por suas próprias convenções, cuja base é geralmente local. Entretanto, para a ocorrência de um desenvolvimento local sustentável é necessário que ocorram a descentralização e a participação democrática, uma vez que essas situações podem criar, em escala local, uma maior interligação entre as instâncias decisórias, estimulando a consciência e a organização da sociedade, além de contribuir para a implantação da gestão participativa. Assim, um dos impactos da descentralização no desenvolvimento local é a acumulação do capital social, que permite aos membros de uma comunidade confiar um no outro e cooperar na organização de grupos ou de instituições sociais, como é o caso da APAEB.

Diante dessas circunstâncias, o propósito inicial deste estudo foi identificar o caminho e as manifestações das famílias de pequenos agricultores do semi-árido baiano, quanto à implantação de uma estratégia de desenvolvimento local, que foi a formação de uma associação, desenvolvida com base na valorização da capacidade, das potencialidades e da matriz cultural dos atores envolvidos no contexto da sociedade local. Especificamente, objetivou-se, com esta pesquisa, analisar as implicações das ações da APAEB, implementadas no município de Valente, BA, sobre a qualidade de vida dos seus associados, bem como sobre o desenvolvimento local.

A literatura utilizada neste trabalho possibilitou a proximidade com os conceitos-chave para alicerçar o conhecimento das categorias analíticas que permearam o estudo. Os conceitos ressaltam a necessidade e o crescimento da

autoconscientização do indivíduo, enquanto ser social, para se inserir e se autovalorizar através da mobilização coletiva. Tais proposições estão diretamente ligadas e são intrínsecas aos propósitos da APAEB, convergindo com o ideário de busca por soluções, de ordem comunitária, para os problemas que enfrenta grande parte da população do semi-árido. Assim, participação cidadã, desenvolvimento local sustentável e qualidade de vida compuseram as noções dos referenciais teóricos empregados nas análises desta pesquisa, que teve como objeto de estudo os agricultores associados à APAEB. Além disso, para uma análise mais dinâmica dessas categorias, fez-se uso de uma análise histórica, em termos do município como um todo e da própria Associação. Assim, o referencial de participação permitiu uma melhor compreensão das dimensões históricas em que se deram as mudanças e que motivaram a organização popular, que passou por diferentes etapas. Na década de 70, registrou-se a influência das CEBs no processo de conscientização dos indivíduos, iniciando-se, em seguida, o processo de abertura democrática, após dolorosos conflitos com o regime militar. A partir desse momento emergem os movimentos sociais, também protagonizados por organizações não-governamentais, que reivindicam os direitos à cidadania. Todos esses acontecimentos desenharam a conjuntura que favoreceu o surgimento da APAEB, que objetiva a inserção ativa dos indivíduos, enquanto cidadãos, na sociedade, por meio de ações coletivas, que têm como finalidade modificar uma realidade, em um ambiente de confiança e reciprocidade, no sentido de troca de informações e experiência, cooperação dos associados, implantação de atividades indispensáveis ao seu funcionamento e coerentes com a qualidade de vida de seus membros, bem assim com o processo de desenvolvimento local.

Esse desenvolvimento, que apresenta diversas configurações conceituais, sendo adotada aquela que o aborda como um processo endógeno, de mobilização das energias sociais em espaços de pequena escala, visando implementar mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e a qualidade de vida. Essa endogeneidade implica a necessidade de implantação de um projeto coletivo desejado pelos atores locais, que promova a valorização do ser humano, aproveite as potencialidades do local, em um contexto

democrático. Para tanto, é preciso que sejam estabelecidas articulações e distribuição de responsabilidades para que o projeto, que expressa a identidade local, possa realmente ser efetivado, de forma a transpor os limites do econômico, enfatizando um desenvolvimento mais humano e social.

Nesse sentido, considera-se essencial a análise objetiva e subjetiva da qualidade de vida, pois permite compreender os fatores relacionadas às necessidades concretas da população, bem como suas dimensões subjetivas que, geralmente, estão associadas tanto às aspirações do indivíduo/famílias, suas particularidades, vivências, valores e costumes, quanto às condições de seu ambiente circundante.

Mesmo entendendo que os problemas da região são de ordem político-histórico-estrutural, necessitando de ações continuadas de longa duração, os resultados permitiram revelar um estilo de desenvolvimento atenuado para o município, com interferência pontual da APAEB. A interferência da Associação, que atuava há pouco mais de 20 anos no município de Valente, foi mais localizada, uma vez que procurou se centrar nos interesses dos associados não somente buscando a melhoria da qualidade de vida dos mesmos, como também atuando como organização social. Sua atuação como tal envolveu: a promoção da mobilização, conscientização e participação dos agricultores, com valorização da cidadania; a diversificação da produção e ampliação do mercado, com obtenção de vantagens competitivas; a revitalização de valores das comunidades rurais, apoiando a cultura do sisal em espaços tradicionais. Contudo, do ponto de vista social ou da sociedade como um todo, a APAEB, apesar de haver contribuído para a criação de um ambiente inovador (com a implantação da fábrica de tapetes e carpetes) e incentivado a geração de empregos, bem como a formação de novos grupos organizacionais, não teve uma identidade compartilhada, que funcionasse como um elemento de coesão, promovendo um incremento das articulações público-privado, Estado e Sociedade, ou seja, uma politização do espaço público. Pressupõe-se que essa dificuldade para a geração de complementaridades, mutuamente benéficas, entre a Associação e as instâncias governamentais se deve ao fato de que não existe, na prática, uma cultura comunitária participativa, que contribua para a formação das redes ou laços de coesão social, que vão se

estabelecendo gradativamente até permitir à sociedade desenvolver o provimento sinérgico necessário à promoção do desenvolvimento local. Ou seja, não foi constatado que o município tivesse um projeto popular de desenvolvimento para o território, em torno do qual estivessem mobilizados todos os atores, trabalhando em forma de parceria e com responsabilidades determinadas para a valorização dos atributos da região como um todo, sem separar a cidade das comunidades rurais. Além disso, é importante ressaltar que não bastaria a implantação de um projeto que beneficiasse somente o setor agrícola, porque o desenvolvimento local é um conceito multissetorial e espacial, sendo a agricultura uma parte dele. No entanto, para que este projeto popular pudesse promover o desenvolvimento local, ele deveria, por meio de ações coletivas e integradoras, reforçadas pelas solidariedades locais e pelos vínculos das comunidades com os atores e poderes, visar a valorização do trabalho, a cooperação, a troca de informações e o bom uso dos recursos públicos, por meio de uma gestão participativa. Assim, somente nessas condições seria possível emergir as energias locais para que o desenvolvimento alcançado fosse sustentável.

Por essas razões, conclui-se que a APAEB contribuiu para um desenvolvimento local atenuado, quando, por meio de iniciativas inovadoras, como a construção de uma fábrica de tapetes e carpetes, em pleno sertão nordestino, gerou mudanças no município, como: a geração de mais empregos, ainda que os mesmos tenham privilegiado os filhos dos associados, houve uma contribuição para a diminuição na emigração no município. Além disso, em face dos impostos pagos à prefeitura, elevou-se a arrecadação municipal, induzindo a um maior aquecimento da economia, com reflexos sobre o desenvolvimento dos meios de comunicação local e sobre a valorização da cultura popular, por meio da criação de novos espaços, principalmente em atividades associadas ao artesanato. Incentivou, também, a criação de uma consciência cidadã, por meio do aumento do número de organizações comunitárias e desenvolvimento de projetos educativos, bem como uma participação mais efetiva dos indivíduos, principalmente das mulheres nos movimentos populares, possibilitando que estas passassem a conhecer melhor seus direitos e analisassem a efetividade das ações

públicas, em termos de um melhor atendimento às necessidades e anseios da população. Além de tudo isso, por meio da atuação da APAEB, o município tornou-se uma referência comercial por obter grande parte do sisal produzido em toda a região; conseguindo, inclusive, integrar-se ao comércio internacional. Apesar de todas essas implicações positivas da APAEB, a análise dos dados censitários, das últimas décadas, indicou que o município apresentava carências nos serviços de infra-estrutura básica (principalmente nas áreas de saneamento básico e de educação), considerados de responsabilidade do poder público, e isso provocava questionamentos sobre o uso efetivo dos recursos (impostos e taxas), em prol do bem-estar da população. Além disso, constatou-se que a renda *per capita* média se manteve em níveis abaixo da metade do salário mínimo, indicando precariedade e vulnerabilidade das unidades familiares, podendo-se concluir que o social não constituiu o eixo do desenvolvimento municipal, não incorporando todas as dimensões para que fosse sustentável.

Os resultados, do ponto de vista do microssistema familiar dos associados da APAEB, permitem concluir que ocorreram modificações significativas na realidade cotidiana dos pequenos agricultores familiares. Entre as mudanças, destacam-se: o fortalecimento dos laços de coesão e solidariedade entre as famílias dos agricultores; a criação de uma mentalidade, que valoriza as potencialidades da região; a implantação de outras atividades ou culturas para complementar a renda familiar; as possibilidades de emprego para os filhos dos agricultores; a agregação do valor de produtos como sisal, leite, pele de cabra; maior assistência técnica; e melhorias nas infra-estruturas de lazer, bem como no padrão habitacional, através da utilização da energia solar e de meios para armazenar e ampliar a capacidade de água, como é o caso das cisternas financiadas, além da educação dos filhos voltada para a realidade local. Todas essas mudanças evidenciaram, em última instância, que a APAEB contribuiu para a melhoria da qualidade de vida, tanto no âmbito da casa quanto do roçado. Considera-se que o sucesso de tal ação foi fruto da participação popular, da força das decisões e motivação dos atores sociais, que propiciaram relações de confiança entre lideranças, técnicos e associados, envolvendo questões econômicas, sociais, políticas e culturais em torno de objetivos comuns, que

valorizaram a identidade do sertanejo e, ao mesmo tempo, promoveram inovações que possibilitavam a inclusão dos indivíduos.

Pode-se dizer que a principal contribuição deste trabalho está em socializar uma experiência bem-sucedida de mobilização e participação da sociedade civil, em busca da melhoria da qualidade de vida, num ambiente bastante adverso. Os caminhos e os instrumentos utilizados pelos pequenos agricultores podem encorajar e auxiliar outras iniciativas e, além disso, proporcionar informações e experiências às organizações públicas e privadas, em termos de governança e efetividade das ações, que visam apoiar iniciativas dessa natureza que possam ser revertidas em benefícios sociais para a comunidade local.

Como sugestão, recomendam-se novas pesquisas, que possam aprofundar o tema relacionado a pequenos agricultores, ligados a outras associações na região, que não obtiveram o mesmo êxito da APAEB.

Outras recomendações gerais relacionadas à própria APAEB podem ser sinalizadas em termos de algumas ações, como:

– Buscar meios de aproximação entre a sociedade civil e o poder público, no intuito de construir parcerias duradouras e troca de experiências, principalmente no âmbito local, para que as atuações não sejam isoladas, mas por meio de ações voluntárias e coordenadas, com interesses comuns que levem em consideração, através de uma gestão participativa, as demandas/necessidades das comunidades dos meios rural e urbano; considerando a apreensão das condições contextuais da realidade territorial e procurando localizar os processos inovativos, em que haja uma verdadeira concentração de habilidades de serviços em torno de certos produtos.

– Ampliar a interação da APAEB com outros movimentos sociais ou entidades de base (STR, CDL, entidades religiosas etc.), para que sejam fortalecidas as articulações de redes sociais; que podem, por meio de uma maior coesão social, otimizar a estrutura, a tecnologia e a experiência em gestão social de movimentos associativos e de instituições estáveis, capazes de incorporar a sinergia, sem a qual não há desenvolvimento. Além disso, essa interligação entre as organizações de base pode representar um importante contrapeso ao poder

clientelista da prefeitura municipal, que pode ser um obstáculo à criação de uma verdadeira rede territorial de desenvolvimento.

– Investir na melhoria do ambiente educacional não apenas formal, mas, principalmente, na valorização do conhecimento das regiões rurais, com políticas que procurem estimular os jovens a assumir iniciativas econômicas que os motivem a organizar suas vidas em suas regiões de origem.

– Estreitar a relação entre a APAEB e entidades comunitárias de menor porte. A Associação junto com o MOC e o STR têm incentivado a criação de inúmeras entidades comunitárias. No entanto, torna-se necessária a existência de ações e estratégias mais sistemáticas de desenvolvimento e participação dessas associações comunitárias, sejam elas urbanas, sejam rurais, de forma que ocorram a formação e implantação de um projeto popular amplo, com forte identidade local, dimensionada tanto no plano sociocultural quanto político.

Em síntese, os esforços e a luta da APAEB trouxeram inúmeros benefícios ao município de Valente, BA, que só não foram mais amplos, envolvendo o território e a população como um todo, porque não houve uma maior coesão e, conseqüentemente, uma sinergia entre as entidades locais, principalmente entre o Estado e a sociedade, que proporcionasse uma mudança institucional, gerando-se uma gestão democrática e participativa. Esse fenômeno é conhecido como “o paradoxo do poder local”, quando o processo de descentralização tende a ampliar a democracia e o capital social da população; ao mesmo tempo, porém, pode fortalecer o poder das elites políticas ou das oligarquias locais, que prejudicam o desenvolvimento de projetos/ações, de natureza evolutiva, holística e sistêmica, com prejuízos para que efetivamente ocorra um desenvolvimento local que valorize o ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDEFER, C.P. An empirical test of a new of human needs. **Organization Behavior and Human Performance**, v. 4, p. 142-175, 1969.

ALENCAR, E. **Associativismo rural e participação**. Lavras, MG: UFLA/FAEP, 2001. 80 p.

ALENCAR, E.; GOMES, M.A.O. **Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo**. Lavras, MG: UFLA/FAEP, 1998. 129 p.

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, n^o 14, p.36-72, 1996.

AQUILLES, H. Cadeia da caprino-ovinocultura pode ajudar no combate à fome. **Jornal A Tarde**, Salvador, 23 dez. 2002.

ARRUDA, M. Globalização e sociedade civil repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n. 74, p. 6-17, set./out. 1997.

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO ESTADO DA BAHIA – APAEB/Valente. **Informativo Folha do Sisal**. APAEB: Valente/BA, set. 1999.

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO ESTADO DA BAHIA – APAEB/Valente. **Relatórios Anuais da APAEB-Valente**. Valente, BA: APAEB, 1992, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001.

BAHIA. **Censo Agropecuário da Bahia**, 1970/96.

BERNALDO, L.T.; FRANCIS, D.G.; PATRICIA, M.C.S.; SOUZA, M.M.O. A importância das políticas públicas na busca do desenvolvimento sustentável. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS DE LETRAS E ARTES, 4., 1999, Viçosa. **Anais...** Viçosa, MG: UFV, 1999. (CD-ROM).

BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. 211 p.

BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. **Caderno ILPES**, n. 29, p. 1-12, 1998.

BUARQUE, S.C. **Metodologia de planejamento de desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: Instituto Internacional de Cooperação para Agricultura, 1999. 172 p.

CALIARI, R. O. **Pedagogia da alternância e desenvolvimento local**. Lavras, MG: UFLA, 2002. 237 f. (Dissertação de Mestrado).

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J.G. **Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais**. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/projetos/rurubano/textos>. Acesso em: 15/08/2002. 34 p.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. CAR/BA. **Projeto Áridas – Bahia**: sugestão de estratégias para desenvolvimento sustentável do semi-árido da Bahia. Salvador/Bahia: CAR, maio, 1995. 185 p.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. CAR/BA. **Programa de desenvolvimento regional sustentável – PDRS**: nordeste da Bahia. Salvador: CAR, 1999. 258 p.

CARVALHO, M. C. A. A. **Participação social no Brasil hoje**. Polis Papers. São Paulo, n. 2, 1998. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/publicacoes/papers/19982.html>>. Acesso em: 18/08/2002.

CEBOTAREV, E. Desenvolvimento sustentável para a família rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA DOMÉSTICA, 1995, Pelotas. **Anais...** Pelotas, RS: UFPE, 1995. p.37-55.

CEBOTAREV, Apuntes sobre aspectos básicos en la calidad de la vida. In: —. **Mujer, familia y desarrollo**. Manizales: Universidad de Caldas, 1994. p.109-137.

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES – CEI/BA. **Informações básicas dos municípios baianos: região nordeste.** Salvador: CEI/BA, 1994. v.11, 955 p.

CHILE, C.C. **La dimension territorial del desarrollo** – Lo endogeno y lo exógeno. Cidet, Chile: Universidad del Valparaíso, Octubre, 2002. 29 p.

CORRAGIO, J. L. **Territorios en transicion critica da la planificacion regional en America Latina.** Quito: Ciudad, 1987. Não paginado.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: —. **Anos 90** – Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-115.

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa.** 3. ed. São Paulo: Cortez. 1996. 176 p.

DIAS, W.J.V. **Convivência com o semi-árido** – O caso das experiências apoiadas pelo MOC na Bahia. Bahia: Assembléia Legislativa da Bahia, 2001. 8 p. (Mimeogr.).

DOWBOR, L. **Requisitos para um projeto de desenvolvimento local.** Disponível em: <<http://federativo.bndes.gov.br/dicas/d053.htm>>. Acesso em: 17/07/2001. 3 p.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 38 p.

FOMEZERO. **A fome no Brasil: distribuição regional da pobreza.** Disponível em: <<http://www.fomezero.org.br>>. Acesso em: 14/05/2003.

ENGBERG, L. E. **Rural householdes and resource allocation for development: an ecosystem perspectivel.** Rome: FAO, 1992. 165 p.

FAO. **Brazil: small farmer development in the semi-arid** – Region of the State of Sergipe. [S.l.: s.n.], 1992. 83 p.

FERNANDES, A.V. **Qualidade de vida rural com sustentabilidade na Amazônia: o caso da reserva extrativista do rio Capari no Estado do Amapá.** Fortaleza: UFC, 1997. 93 f. (Dissertação de Mestrado).

FOLHA DE SÃO PAULO. Triplica o número de mulheres casadas chefiando a casa. **Folha de São Paulo**, 30 de novembro de 2002. Brasil 2, p.B2.

FRANCO, A. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentado**. 2000. Disponível em: <www://dlis.undp.org.br/pnud.nsf>. Acesso em: 12/08/2002. 34 p.

FRANCO, Desenvolvimento local integrado e sustentável, dez consensos. **Revista Proposta**, n. 78, p. 6-19, set./out. 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 184 p.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – FUNDAJ. **A dimensão social e política da seca de 1983**. Recife: FUNDAJ, 1998.

GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas: a construção da cidadania brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995. 214 p.

GOHN, **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997. p. 295-377.

GOLDANI, A.M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: FGV, n. 91, p. 7-22, 1994.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Como Alcançar a Sustentabilidade na agricultura Brasileira?** Conferência apresentada no ciclo temático: por uma agricultura sustentável na 54^a Reunião Anual da SBPC. Goiânia: SPBC, 2002. 7 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: 10/01/2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970, 1980, 1996.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Educação eleva IDH do país. **Jornal do IPEA**, v. 2, n. 15, p. 1, jan.-fev. 2003.

JUCÁ, J.F.T. Demonstração final dos resíduos sólidos no Brasil. In: CONFERÊNCIA ESPECIAL DA 14^a SESSÃO – REGEO, 2003. **Resumos...** Porto Alegre: PUC, 2003. 32 p. (CD-ROM).

LAWRANCE, R.; HENDRIX, P.F.; ODUM, E.P. A hierarchical approach to sustainable Agriculture. **American Journal of Alternative Agriculture**, v. 1, n. 4, p. 169-173, 1986.

LIPSHITZ, G. The main approaches to measuring regional development and welfare. **Social Indicators Research**, v. 29, p. 161, 1993.

MARTINS, E. C. A carne caprina na globalização. **Jornal A Tarde**, Salvador, 23 dez. 2002.

MELO, D. L. M. **Impactos da implantação de uma unidade de preservação sobre a qualidade de vida da população do entorno: o caso do Parque Estadual do Rio Doce-MG**. Viçosa, MG: UFV, 2001. 112 f. (Dissertação de Mestrado).

METZEM, E.; WILLIAMS, F.L.; SHULL, J.; KEEF, D.R. **Quality of life as affected by area of residence**. I Project description. Columbia: University Missoure, College of Agriculture, Agricultural Experiment Station, 1980. 112 p. (Research Bulletin, 1036).

NASCIMENTO, H. M. **Capital social e desenvolvimento sustentável no sertão baiano: a experiência de organização dos pequenos agricultores do município de Valente**. Campinas, SP: UNICAMP, 2000. 119 f. (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, I. F. **Produção familiar na região semi-árida: limites e possibilidades**. Disponível em: <www.apaeb.com.br>. Acesso em: 19/12/2002. 46 p.

OLIVEIRA, I. F. **Construindo a cidadania: a convivência com o semi-árido**. Resultados de pesquisa. Valente, BA, 1999. (Mimeogr.).

PINTO, J.B. Planejamento participativo: rito ou pratica de classe. **Vozes: Revista de Cultura**, v. 81, n.1, p. 71-89, jan./fev. 1987.

PINTO, N.M.A. **Estudo da qualidade de vida das famílias modificada a partir da implantação de programas de irrigação: o caso do município de Pinheiros – ES**. Viçosa, MG: UFV, 1995. 130 f. (Dissertação de Mestrado).

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD/IPEA/FJP/IBGE. **Atlas de desenvolvimento humano no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (CD-ROM).

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD/IPEA/FJP/IBGE. **Índice de desenvolvimento humano municipal**. Disponível em: <http://www.undp.bra.br/idhm_br>. Acesso em: 12/04/2003. 96 p.

REICHEL, H. **Desenvolvimento local um projeto para instauração de uma sociedade sustentável**. Disponível em: <http://www.ucdb.br/pesquisa/GDL/artigos.htm>. Acesso em: 15/08/2002. 4 p.

RICC, R. Os novos movimento sociais: uma nova concepção de espaço e gestão pública. In: —. **Participação social: as armadilhas da política de descentralização**. Belo Horizonte: [s.n.], 2002. p. 96-135.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985. 287 p.

ROSA, S. L.C. Agricultura familiar desenvolvimento local sustentável. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, PR: SOBER, 1999. 11 p.

SABOURIN, E. **Ação coletiva e organização dos agricultores no semi-árido**. Disponível em: <http://gipaf.cnptia.embrapa/itens/publ/artigos_trabalhos.html>. Acesso em: 11/01/2003. 11 p.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 329 p.

SANTOS, C.L. **Qualidade de vida das famílias de mulheres beneficiárias do programa de microcrédito para atividades não agrícolas do Projeto Pró-Sertão – Sergipe**. Viçosa, MG: UFV, 1999. 151 f. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, E.M.C. A APAEB e a (Re) organização espacial no semi-árido da Bahia. **Revista Humanas**. Feira de Santana, BA: UEFS, v. 1, n.1, jan./jun. 2002. p. 11-28.

SANTOS, R. **Educação e cidadania**. Brasília: [s.n.], 2002. 126 p.

SCHNEIDER, J.O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 1999. 466 p.

SEM, A. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SILVA, S.B.M.; SILVA, B.C.N. Reinventando o território: tradição e mudança na região do sisal – Bahia. **NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural**. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/portugues/leiturarecomendada/>>. Acesso em: 15/ago./2002. 21 p.

SILVA, J.G.; BELIK, W.; TAKAGI, M. **Projeto fome zero – Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2001. 118 p.

SILVA, A. L. V.; ESTRELA, I.; FERREIRA, I.; COSTA, I.S. **APAEB: uma história de fibra, luta e resistência**. Valente, BA: APAEB, 1993. 160 p.

SILVA, P.R.G. Qualidade de vida no meio urbano: aspectos conceituais e metodológicos. In: FICHER, T. **Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997. 208 p.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Brasília: NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS – SEI (BA). **Anuário Estatístico da Bahia**, v. 11, 1972 e 1997.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS – SEI (BA). **Anuário Estatístico da Bahia**. Salvador/BA. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 14/01/2003.

TAVARES, M. Da C. Transformação social como eixo do desenvolvimento. **Revista Proposta**, v. 30, n. 93/94, p. 34-35, jun./nov. 2002.

TEIXEIRA, E.C. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001. 224 p.

TEXEIRA, K.M.D. **Estrutura e estilo de funcionamento das famílias brasileiras em situações estressantes: adaptações do modelo de Olson**. Viçosa, MG: UFV, 1997. 82 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica).

VADONIS, A.; SIKORA, D.; ROSA, D.; SESSI, D. A pobreza no Brasil e algumas de suas variáveis. Paraná: UFPR, 2002. 33 p.

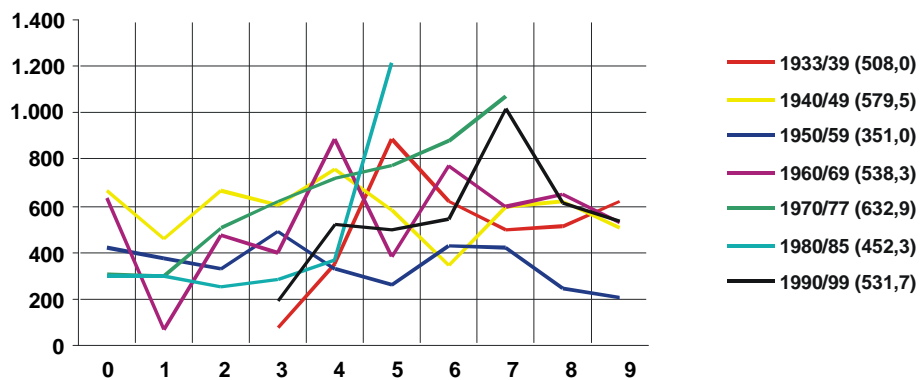
VEIGA, J. E. Problemas da transição à agricultura sustentável. **Estudos Econômicos**, v. 24 (Número Especial), p. 9-29, 1994.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. 304 p.

VIEIRA, L. **Os argonautas da cidadania – A sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 403 p.

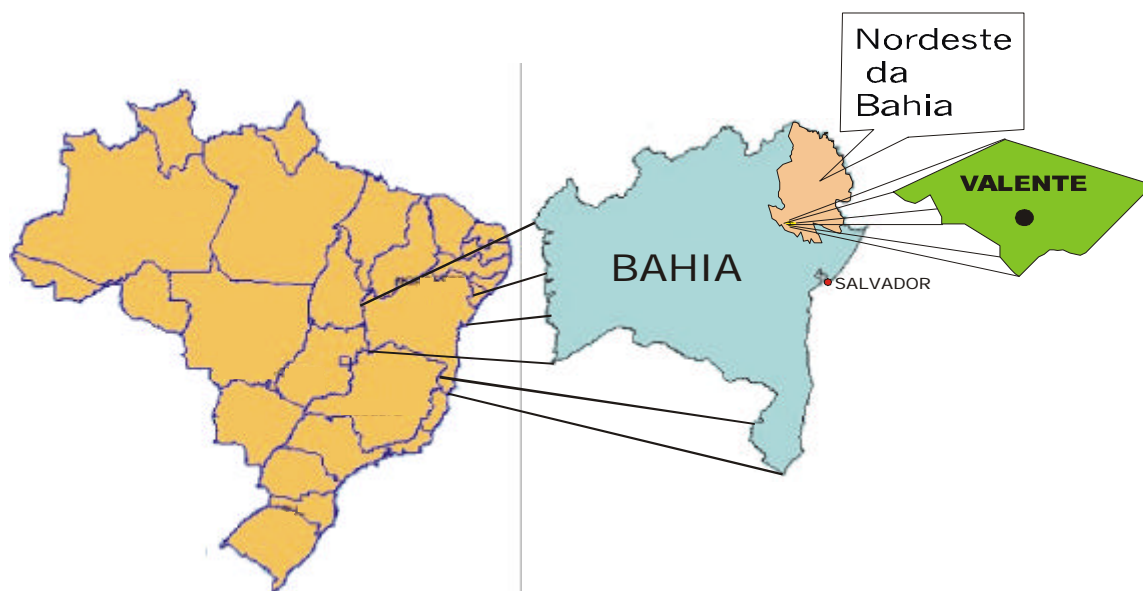
APÊNDICES

APÊNDICE A



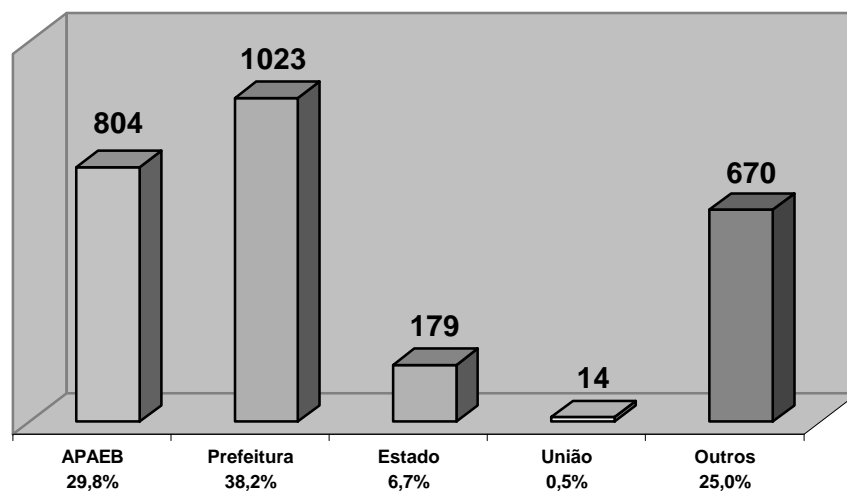
Fonte: Sudene/Denocs/APAEB in Oliveira (2002)

Figura 1A – Pluviosidade do município de Valente, BA, média de 400 a 600 mm/ano – Período de 1933 a 1999.



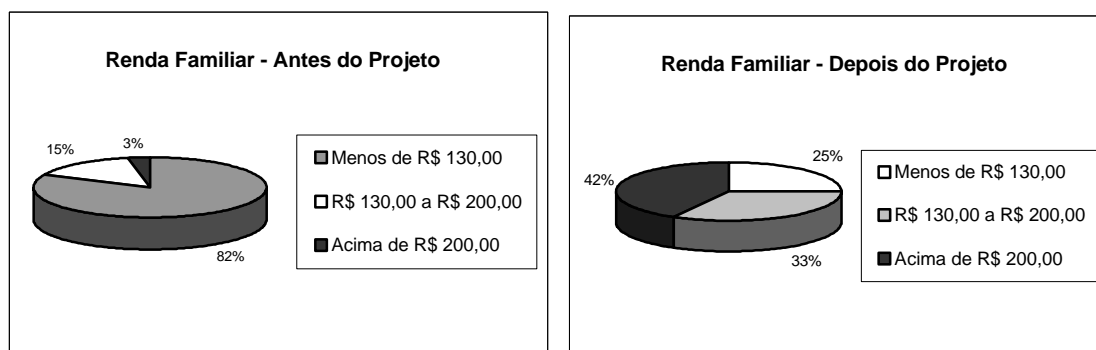
Fonte: Mapas IBGE, editoração gráfica do autor

Figura 2A – Localização do município de Valente, BA.



Fonte: Oliveira (2002)

Figura 3A – Número de empregos no município de Valente, BA, 2002.



Fonte: Oliveira (2002)

Figura 4A – Renda familiar antes e depois das ações da APAEB.

APÊNDICE B



Figura 1B – Agricultor trabalhando em motor de sisal – Valente, BA.



Figura 2B – Plantação de sisal.



Foto: Emílio Gomes

Figura 3B – Trabalhadores do sisal – Valente, BA.

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO Questionário nº _____
 NOME DO PRODUTOR _____
 Nome da Propriedade _____ Localidade _____
 Data da entrevista ____/____/_____
 INÍCIO DA ENTREVISTA _____ FINAL _____

I - COMPOSIÇÃO E PERFIL FAMILIAR

Integrantes (1)	Relação com o(a) entrevistado (2)	Sexo (3)	Idade Especificar (4)	Estado Civil (5)	Escolaridade (6)		Trabalha? (7)	Onde? Especificar (8)	Posse de Carteira de Trabalho (9)
					Ultima séria cursada (6.1)	Escolaridade (6.2)			
1 e 2 - 1.a(o) entrevistada(o); 2.marido 3- Mulher; 4.Filho; 4.Mãe/pai; 5. Outros parentes (irmãos, primos); 6. Outras pessoas; 3. 1 - Masculino; 2.Feminino; 4 e 8 - Especificar; 5 - 1.Solteiro; 2.Casado; 3.Amasiado; 4.Viúvo; 5.Desquitado/divorciado; 6.1 - Em número de anos (especificar); 6.2.-1. Sem instrução/Analfabeto; 2. Ensino Fundamental Incompleto; 3.1º Ens. Fundamental Completo; 4. Ens. Médio Incompleto; 5.Ens. Médio Completo; 6. Ensino Superior; 7 e 9 - 1.Sim; 2. Não.									

II - ASPECTOS RELACIONADOS A QUALIDADE DE VIDA

2.1 - TRABALHO E RENDA

Integrantes (1)	Natureza do Trabalho (2)	Se não trabalha, qual a situação? (3)	Ocupação (4)	Tempo		Contribui para o orçamento familiar? (7)	Renda Recebida (8)	Renda familiar (9)
				Nº de dias/semana (5)	Nº de horas/dia (6)			
1. 1.a(o) entrevistada(o); 2.marido 3- mulher; 4.filho; 4.mãe/pai; 5. outros parentes (irmãos, primos); 6. outras pessoas; 2. 1. AGRÍCOLA; 2.NÃO AGRÍCOLA; 3. OUTRO; 3, 4, 5 E 6 ESPECIFICAR; 7. 1.SIM; 2. NÃO; 8 E 9. EM REAIS E MENSAL.								

Algun membro familiar recebe pensão ou alguma outra renda? (1) Sim _____ (2) Não _____ Quantos _____ Qual o Valor total (em Reais) _____

Em caso de emergência a família tem dinheiro para sanar as necessidades mais urgentes? (1)Sim _____ (2) Não _____ De que forma? _____

2.2 - ASPECTOS DA SAÚDE

Você tem atualmente uma das seguintes doenças crônicas ou graves?			
PRINCIPAIS DOENÇAS NOS ÚTIMOS 3 MESES OU JÁ POSSUIDAS (1)	Procurou atendimento (2)	Tipo de Atendimento (3)	Tomou medicação? (4)
1- Especificar; 2 - 1. Sim; 2. Não; 3 - 1. Farmácia; 2. Médico Particular; 3. Posto ou Centro de Saúde; 4. Hospital; 5. Benzedeira; 6. Outros; 4 - 1. Remédio receitado pelo médico; 2. Remédio receitado pelo farmacêutico; 3. Remédio indicado pela benzedeira; 4. Medicação Caseira; 5. Auto-medicação caseira; 6. Auto-medicação com remédios industrializados.			

-Em sua família existe alguém com problema físico ou deficiência mental? (1)sim _____ (2)não _____ Quem _____

-Você ou alguém da sua família já esteve hospitalizado? (1)sim _____ (2)não _____ Quem _____

-Qual motivo _____

-Onde e qual a qualidade do atendimento _____

2.3 - CARACTERÍSTICAS DA HABITAÇÃO:

-Tempo de residência no local: anos _____ onde morava antes? _____

-Possui Residência no meio rural e urbano? (1)sim _____ (2)não _____

-Quantos dias/semana passa na roça _____ e na cidade _____

-Quantos vezes vai na cidade por semana/mês? _____ e _____

-Qual a finalidade? _____

Condições do quadro habitacional

Como a água chega à sua casa?	Como guarda a água em sua casa?	Tipo de iluminação usada?	Tipo de Abertura de janela da casa?	Como costuma dormir a família?
1. () Carregada	1. () Latas, baldes	1. () Nenhuma	1. () não tem nenhuma abertura;	1. () todo mundo no mesmo quarto
2. () Poço/cisterna – carregada	2. () Poço/cisterna sem cobertura adequada	2. () Velas	2. () Tem o vão aberto sem nenhuma proteção;	2. () crianças maiores de 3 anos em quartos separados dos pais.

3. () Poço com encanamento externo	3. () Poço/cisterna com cobertura	3. () Lamparinas/ Lampião	3. () Tem vão aberto com alguma proteção.	3. () crianças em quartos separados por sexo
4. () Rede geral encanada	4. () Caixa d'água/ em tanques	4. () Elétrica ou solar	4. () tem janela com esquadriha de metal/madeira	

continuação

1. De que material foram construídas as paredes?	2. De que material é feito o telhado da casa?	3. Número de Cômodos que tem sua casa?	4. Quais e quantos são? N° _____	5. Tipo de Aquisição da Casa
1. () Papelão, zinco, palha, sapé	1. () Palha, Zinco, material aproveitado.	1() Somente 1	1() Sala _____	1() Invasa
2. () Pau a pique	2. () Telha de barro	2() Somente 2	2() Quarto _____	2() Ceda/daada
3. () Madeira	3. () Laje	3() Somente 3 ou 4	3() Cozinha _____	3() Alugada
4. () Alvenaria	4. () Laje com telhado de madeira, com telha de barro ou amianto	4() com 5 ou mais	4() Banheiro _____	4() Própria
			5() Área de Serviço	
			6() Copa	
			7() Varanda	
			8() Outros	

-A sua habitação sofreu alguma modificação (construção ou reforma) com a APAEB? (lembrar do projeto cisterna)

2.4 - CONDIÇÕES DO AMBIENTE FÍSICO:

Como é a saída de esgoto da sua casa?	O que é feito com o lixo?	O recolhimento do lixo é feito com qual frequência?
1. () Exposto;	1. () Exposto;	1. () Nenhum
2. () Córrego / rio.	2. () Enterrado	2. () Mensal
3. () Fossa	3. () Queimado;	3. () Semanal
4. () Rede geral	4. () Colocado em latas de lixo.	4. () Diariamente

Para uso do entrevistador

Padrão construtivo do domicílio	
1	BAIXO PADRÃO DA MORADIA (SUJEITO A DESMORONAMENTO E INUNDAÇÕES E/OU MATERIAIS PRECÁRIOS E VULNERÁVEIS)
2	Médio padrão da moradia (não sujeito a desmoronamento, porém com alguns materiais precários)
3	Bom padrão da moradia (não sujeito a desmoronamento e ótimas condições dos materiais)

2.5 - INTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

VIZINHOS

O que você diria de suas relações com seus vizinhos ? (indicar)			
1	Eles são muito bons		
2	Eles são bons		
3	Eles são ruins na maioria		
4	Eles são muito ruins		
5	Não tenho nenhuma relação com os vizinhos		
Você é membro de alguma associação (cultural, política, de pais de alunos, de animação ou defesa do bairro), movimento social, religioso, etc.), além da APAEB?			
1	Sim Qual?		
2	Não		
Você tem título de eleitor?		CPF?	C. Identidade?
1	Sim	() Sim	() Sim
2	Não	() Não	() Não
Você pertence a algum partido político?			
1	Sim		
2	Não		

2.6 - VIDA FAMILIAR E SOCIAL

-Você acha que sua família é unida? (1) Sim _____ (2) não _____ Por que? _____

-Você acha que os membros da família se respeitam? (1) Sim _____ (2) não _____

-Conversam entre si com frequência? (1) Sim _____ (2) não _____

-As responsabilidades da família são divididas entre os membros? (1) Sim _____ (2) não _____

-Como se dá essa divisão? _____

-As decisões familiares são tomadas por meio de diálogo? (1) Sim _____ (2) não _____

-Caso contrário, como? _____

-O trabalho doméstico é compartilhado? (1) Sim _____ (2) não _____

-Como? _____

Marque as áreas de maior discórdia da família:

- () práticas e crenças religiosas () Tarefas domésticas e divisão do trabalho
 () tempo que passa com a família () dinheiro e finanças
 () drogas, álcool e jogo () problemas escolares
 () horário de dormir () sexo
 () roupas e aparência () Amigos
 () outros (especificar) _____

-Nesses casos de conflitos ou problemas, com tem sido a reação da família? _____

O que você diria de sua relação com :			
<i>Mostrar escala</i>	seu pai	sua mãe	seus filhos
Muito ruim	1 ()	1 ()	1 ()
Ruim	2 ()	2 ()	2 ()
Boas	3 ()	3 ()	3 ()
Muito Boa	4 ()	4 ()	4 ()
Não se aplica	5 ()	5 ()	5 ()

- Você recebeu alguma ajuda de alguém ? (1) sim _____ (2) não _____
 -De que tipo ou em que área ? (produção ou familiar) _____
 -Qual é a frequência dessa ajuda ? _____
 -Você já proporcionou alguma ajuda ou doação ? (1) sim _____ (2) não _____
 -Para Quem ? _____ De que tipo ? _____
 -Com que frequência ? _____

2.7 - SEGURANÇA

Você se sente seguro?		
4	Sim, freqüentemente	
3	Sim, de vez enquanto	
2	Sim, mas excepcionalmente	
1	Não	

-Você tem medo de sair de casa à noite?

-Você foi vítima de violência? _____
 -Se sim, por parte de quem? _____
 Por que? _____

-Ocorreu na comunidade algum acontecimento que trouxe insegurança? (1) sim _____ (2) não _____
 Qual ? _____ Quando ? _____

-Quando ocorreu algum ato de violência, qual atitude é tomada e como foi o atendimento?

2.8 - SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS (Existência e Qualidade)

Nós vamos abordar diferentes aspectos de sua comunidade. Diga-me como você o avalia no que concerne a:					
Sim (1) Não (2)		Muito insatisfatório (1)	Insatisfatório (2)	Satisfatório (3)	Muito satisfatório (4)
	Transportes coletivos				
	Equipamentos de lazer				
	Limpeza pública				
	Serviços de comunicação (Correios/telefone)				
	Estabelecimentos escolares				
	Comércio				
	Serviços de saúde (posto)				
	Distribuidora de gás				
	Iluminação Pública				
	Creche				
	Praça de esporte (campo)				
	Telefone Público				
	Associação de Moradores				
	Outros:				

2.9 - RELIGIÃO

Você tem religião? Sim () Não () Qual?	
1	Católica
2	Protestante
3	Espírita

	4	Umbanda
	5	Outra
Em relação a religião você tem		
	1	Uma prática religiosa regular
	2	Uma prática ocasional ou o sentimento de pertencer a uma religião
	3	Nem prática nem sentimento de pertencimento
Sua prática religiosa (mesmo ocasional) é ;		
		Várias respostas possíveis
	1	Individual
	2	Uma prática comunitária/coletiva
	3	Familiar

2.10 - LAZER

-Qual o seu lazer mais preferido? (individual) _____ (coletivo) _____

-Quantas horas dedica por semana? _____

-Gostaria de ter outro tipo de lazer? (1) sim _____ (2) não _____ Qual ? _____

2.11 - IMPORTÂNCIA E SATISFAÇÃO COM OS COMPONENTES DA VIDA

Importância	Hierarquizar
Família	
Integração Social	
Ter saúde	
Situação financeira	
Serviço comunitário	
segurança	
Lazer	
Religião	
Moradia	
Trabalho	
Educação	

1- Muito insatisfeito; 2 – Insatisfeito; 3 – Satisfeito; 4 - Muito satisfeito

2.12 - Na sua forma de pensar, o que significa qualidade de vida? _____

III - USO DA TERRA

CONDIÇÕES DE POSSE DA TERRA	1	
Área Total da Propriedade (ha)	2	
Área total com cultivos temporários (ha)	3	
Área total com cultivos permanentes (ha)	4	
Área total com pecuária (ha)	5	
Área total com matas (há)	6	
Área inaproveitável(ha)	7	

1. 1. Proprietário; 2. Possesiro; 3. Arrendatário/Alugado; 4. Cedida (s/ doc. Posse); 5. Invadida; .

2, 3 , 4, 5, 6, 7 . 1. MENOS DE 3 HA; 2. PROPRIEDADE DE 3 A 10 HA; 3. PROPRIEDADE DE 10 A 20 HA;

4. Propriedade de 20 a 50 ha a mais.

USO ESPECÍFICO DA TERRA					
Hectares utilizados em cultivos temporários. Quais? (1)		Hectares utilizados em cultivos permanentes.Quais? (2)		Hectares utilizados na atividade pecuária. Quais? (3)	
Tipo	ha	Tipo	Ha	Tipo	ha

1,2 e 3 - Especificar.

continuação

Tempo de posse do estabelecimento (1)	Atividades exercidas (2)	Percepção do agricultor como administrador (3)	Assistência Técnica (4)	Assistência Técnica antes da APAEB (5)	Assistência Técnica depois da APAEB (6)	Assistência Creditícia (7)	Tipos de Crédito (8)

1. Em número de anos; 2. 1. Agrícola; 2. Não-agrícola; 3. Ambas; 3. 1. Ruim; 2. Razoável; 3. Bom; 4. Ótimo.

4, 5, 6 e 7 1. Sim; 2. Não; 8. 1. Custeio; 2. Investimento; 3 Custeio e investimento

-Depois da APAEB o senhor observou () aumento () diminuição () manutenção dos níveis de rendimento ou propriedade (produção por área). (lista produtos: milho, arroz, feijão etc) _____

-HOVE ALGUMA MUDANÇA NO USO DA TERRA (CULTURA), COM SUA FILIAÇÃO DA APAEB? (1) SIM ____ (2) NÃO _____
De que tipo? _____

-HOUE MUDANÇA NO MODO DE PRODUÇÃO (TECNOLOGIA, USO DO SOLO, TRATO DA CULTURA) COM SUA FILIAÇÃO A APAEB?

(1) SIM _____ (2) NÃO _____

DE QUE TIPO? _____

-RELACIONAR PRINCIPAIS NECESSIDADES TÉCNICAS, ECONÔMICAS E SOCIAL DO PRODUTOR

-VOCÊ ACHA QUE SEU MODO DE PRODUZIR AFETA EM QUE O MEIO AMBIENTE?

AVALIAÇÃO DA APAEB

- Que mudanças ocorreram no município após a criação da APAEB?

- Que mudanças ocorreram na sua vida pessoal e de sua família com a APAEB?

- O que mudou na forma como os recursos (mão de obra e capital) eram alocados e utilizados?

- Houve mudanças na forma de comercialização? (melhorou, piorou)

- O que representa a APAEB para o senhor(a)?

- Você acha que as decisões da Diretoria da APAEB estão de acordo os desejos da maioria dos associados? Sim _____

Não _____

Caso contrário, quando se sentiu obrigado a aceitar uma decisão que não estava de acordo?

- A APAEB já investiu na sua capacitação? Sim _____ Não _____

Como? _____

-A APAEB promove eventos, reuniões para estimular a união dos associados? Sim / Não

De que tipo?

- Você sente que a APAEB tem poder político no município? Sim _____ Não _____

De que tipo _____

- A APAEB modificou sua qualidade de vida e de sua família? Sim _____ Não _____

(lembrar os componentes da vida: educação, saúde, segurança física e financeira, lazer, moradia)

- Em que a APAEB poderia melhorar sua atuação junto aos associados? (sugestões)